REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

SUMÁRIO DO NÚMERO DE JANEIRO-MARÇO DE 1959

ARTIGOS

Brasil País Tropical, Problemas das Regiões Tropicais, A Ocupação dessas Áreas,

EDGARD TEIXEIRA LEITE 3

Aspectos Geográficos de Andrade Pinto,

MAURÍCIO COELHO VIEIRA 29

Ocupação Humana e Aproveitamento do Município de Mangaratiba,

MARIETTA MANDARINO BARCELOS 63

COMENTÁRIOS

Os Nomes Geográficos e a Cartografia,

Major SEBASTIÃO DA SILVA FURTADO 103

O Bumba-Meu-Boi,

MANUEL DIEGUES JÚNIOR 111

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

Casas de Madeira no Paraná,

DELNIDA MARTINEZ CATALDO 115

NOTICIÁRIO

PROJETO DO NOVO FUNDO FLORESTAL 117
V REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SÔBRE GEOGRAFIA 118
IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS 119
O INIC E A REFORMA AGRÁRIA 119
BRASÍLIA 120
ASPECTO ECOLÓGICO ATUAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO 121
CENSO AGRÍCOLA MUNDIAL 122

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Ano XXI | JANEIRO - MARÇO DE 1959 | N.º 1

BRASIL PAÍS TROPICAL. PROBLEMAS DAS REGIÕES TROPICAIS. A OCUPAÇÃO DESSAS ÁREAS

EDGARD TEIXEIRA LEITE

Acolhi, com desvanecimento o convite da Divisão de Geografia, para participar dos seminários por ela promovidos, sob a égide prestigiosa do IBGE.

Mas vindo aqui, quero deixar desde logo bem acentuado, que de pouca valia será a contribuição que posso trazer a êste grupo de jovens profissionais da geografia, e que, se aceitei, com entusiasmo esta participação, quero que a recebam, sobretudo, como uma homenagem do alto aprêço à obra de devassamento e conhecimento do nosso Brasil, que por êles está sendo realizada, constituindo uma esplêndida demonstração de espírito público, de tenacidade e perseverança, e senso de responsabilidade.

Os geógrafos do Brasil, estão marcando, na verdade, as linhas seguras, para o conhecimento dos problemas nacionais, que têm sua origem, próxima ou remota, na base física da nação, constituída pelo imenso espaço territorial de nossa pátria.

* * *

O tema de nosso seminário é o exame de alguns aspectos do Brasil, considerado como país tropical. Vamos indicar aqui — o que pareceria supérfluo — o teatro dos nossos estudos, desta tarde [2].

Esta definição baseada no critério astronômico dos paralelos — perigosa como tôdas as definições (*omnia definitio periculosa est*) — não permite uma conceituação rigorosa da imensa área, cêrca de 35 000 000 de quilômetros quadrados, situados nos quadros tropicais.

---

1 O presente tema foi desenvolvido segundo o roteiro pré-estabelecido para o seminário de 26 de janeiro, e constava dos seguintes tópicos:

a) — Critério da delimitação da região tropical em função dos tipos de cultura. A posição do Brasil.

b) — Problemas de aclimação de vegetais e animais em regiões tropicais. Exemplos brasileiros.

c) — Posição dos produtos tropicais no mercado mundial. Possibilidades de utilização.

2 Os trópicos são os paralelos que distam do equador 23º 27'. O que fica no hemisfério norte chama-se trópico do Câncer e o que se encontra no hemisfério sul é o trópico do Capricórnio.

Apenas menciono êste aspecto do problema — a dificuldade de fixar em seus exatos têrmos o *conceito de zona tropical*. Escapa aliás isso às nossas cogitações de hoje, pois deve ser tratado pela autoridade dos geógrafos, que vêm envidando esforços no sentido de dizer que os conceitos geográficos sejam a representação mais aproximada da realidade e não simples designação esquemática, excessivamente teórica.

Dois terços do Brasil estão situados dentro da faixa tropical, dela se excluindo no sul apenas pequena parte de São Paulo, quase todo o Paraná e inteiramente o estado de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul.

Menciono, detalhadamente as áreas extra-tropicais — dentro da estrita definição que aprendemos ao estudar geografia e que constitui afinal a base dos conhecimentos sôbre os quais manipulamos a vida, para recordar que, *pela grandeza do espaço geográfico, pela densidade demográfica, pela sua significação econômica e política — é como país tropical que o Brasil tem de ser considerado*.

E, lutando contra todos os percalços que a expressão tropical acarreta — de região de calor tórrido, de alta pluviosidade, de florestas inextricáveis, em que as moléstias são permanente ameaça, criando as mais adversas condições ao homem — não é mais possível esconder a imensa significação, para a civilização moderna, da criação, em região tão mal afamada — no conceito europeu — de um grande estado moderno, que está sendo o maior, o mais formal desmentido a tão errôneas quão apressadas concepções, e que será, como está sendo, uma demonstração da capacidade realizadora do homem na região tropical do planêta.

Por isso, como bem propôs o programa dêste seminário, têm de *ser estudadas a região em face de seus vários aspectos, desde a sua ocupação, aos problemas de aclimação das espécies úteis e a nossa posição, como grande exportador de produtos denominados coloniais*.

Os problemas das regiões tropicais, podem ser enquadrados em duas grandes categorias: *o da adaptação do homem às condições do meio — nos diversos aspectos, de alimentação, de habitação, de vestuário, de combate às moléstias* — apenas para citar alguns itens de que a geografia humana se ocupa detalhadamente, *e o da criação e adaptação de técnicas para a ocupação econômica do espaço geográfico compreendido nesse conceito, as mais diversas modalidades com que êle se defronta, para resolver problemas de produção, de transportes, etc*. É quase que exclusivamente neste item que me deterei, pois fazendo dos problemas econômicos, sobretudo os atinentes à produção primária — a principal preocupação de minhas atividades profissionais — é a respeito dêles que poderei trazer, talvez, modesta contribuição para êste seminário.

OCUPAÇÃO ECONÔMICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO — Quando o colonizador europeu desembarcou no Brasil, se defrontou com uma natureza bem diversa da que lhe era familiar na sua pátria, com

problemas inteiramente novos a resolver, imensas massas florestais, escassa mão-de-obra, condições climáticas diferentes, quase tudo adverso.

Quando se examina à luz fria dos fatos, a epopéia — porque foi das maiores realizadas pelo europeu na era cristã — temos de nos render à evidência, o milagre realizado pelo português. Portugal era então um país que, segundo o historiador lusitano COSTA LÔBO, as guerras, as epidemias, a expulsão dos judeus, as excursões náuticas, diminuíam gradativamente a população, que em 1495 seria apenas de 1 122 000 habitantes, dos quais é importante anotar "sòmente 331 000 homens em condições de manter a máquina do Estado, a lavoura, a indústria, a pesca, a milícia e de realizar as emprêsas marítimas". Foi com êste limitado contingente humano que o português teve de empreender a criação de sua maior obra — que é o Brasil.

Na verdade *a ocupação econômica do espaço geográfico do continente brasileiro é a aventura sem dúvida a mais notável do homem ocidental, readaptando nos trópicos, a civilização européia numa ordem de grandeza que não tem paradigma em nenhuma outra iniciativa dêste tipo, realizada por nenhuma nação européia.*

Indispensável dar plena expressão à magnitude desta tarefa, pois não se trata de simples transplantação de técnicas, métodos de trabalho, sistemas de vida, plantas de cultura conhecida, como ocorreu no caso do norte-americano, que foi um dos êxitos da sua expansão, mas teve de criar, frente a uma natureza bravia e desconhecida, todo um mundo econômico novo, com técnicas de trabalho e culturas novas, improvisando, descobrindo.

Na verdade quando o europeu se defrontou com a natureza selvagem do nosso país, o que trazia como bagagem de técnica agrícola não era pràticamente utilizável nas novas condições em que se encontrava. A própria experiência dos Açôres e das Canárias, foi insuficiente para resolver os problemas que as regiões tropicais lhe apresentavam.

Imensas florestas, agressivas, pelas suas condições específicas e também pela sua fauna, de que as feras eram tão bravias quanto os selvagens que as ocupavam, com direito de nascença, eram tremendos obstáculos a vencer.

Foi êste o espetáculo que o campo apresentou ao europeu. Durante certo tempo, preferiu explorá-lo em atividades extrativas de que o pau-brasil é o exemplo mais marcante e característico.

O indígena que o habitava, sôbre cuja origem tão controvertida, não interessa insistir, representou — seja de civilização em retrocesso ou civilização em evolução, — um papel decisivo na apropriação do ecúmeno e cujas conseqüências são ainda marcantes até hoje na exploração da terra, nas práticas da lavoura, em nosso país.

O colono europeu muito aprendeu com o gentio — e sem sombra de dúvida, a escola tapuia de exploração da terra, foi a primeira escola agrícola do Brasil.

Tal a sua importância, que vale a pena ainda que a largos traços bosquejar as condições de agricultura dos silvícolas brasileiros, para que melhor se possa avaliar até onde se operou a *absorção tecnológica* do invasor.

Lembramos de passagem que o homem no mais primitivo estágio de vida social praticou a *economia de coleta*. Não foi nem pastor, nem lavrador, mas um animal coletor, vivendo de apanha de frutos, raízes tubérculos, rebentos, de animais de todos os tipos, da fauna terrestre e aquática — não desprezados vermes e insetos.

Êste tipo de vida, exigia um grande esfôrço e na sua prática, sem dúvida foi uma excelente escola ativa para o desenvolvimento da argúcia, da perspicácia e engenhosidade.

No estágio da economia de coleta, êle se abastecia do que a natureza lhe oferecia, sem modificar ou alterar as suas condições.

Quando o homem passou a uma situação mais elevada teve de alterar estas condições procurando evitar os inconvenientes da simples economia de coleta. Como todo progresso econômico ou social, esta nova fase representou uma conquista sôbre a natureza: teve nela como grande aliado, o fogo, que nêle se tornou um precioso instrumento, no sentido de desbastar o solo, dominar a floresta e para o preparo dos alimentos e defesa contra as feras que rondavam as suas habitações.

O homem neste estágio de evolução, tem a sua movimentação retardada pelas novas condições de vida. Ao contrário do estágio de coleta, em que o homem é atraído apenas pela abundância de alimentação vegetal ou animal. No período agrícola, êste nomadismo foi-se restringindo pelas condições peculiares de seu novo modo de existência.

Na verdade o nomadismo, na época da descoberta estava bem limitado. Não cabe aqui discutir êste fato. Mas, pelo menos numerosas tribos tinham chegado a um grau de sedentarismo de que temos provas evidentes e incontestáveis. Uma delas é a existência de roçados de algodão e de mandioca. O algodão era o arbóreo, e foi magistralmente descrito por STADEN no seu famoso livro. Os tupinambás, como aliás outras tribos, faziam roças de algodão, e aproveitavam suas fibras para diversos fins. Êles dormem em rêdes, feitas de algodão; tecem com êle, cordas para diversos fins, notadamente a *muçurana*, empregada nas práticas do ritual antropófago. Ora, o algodão era cultivado em roças, e o seu ciclo vegetativo, demorado de muitos meses, criava a necessidade de permanência na região, por tempo prolongado, não se coadunando com o nomadismo.

O mesmo diremos sôbre a mandioca que era uma das bases da alimentação dos indígenas — na guerra e na paz, preparando com

ela farinha de guerra — utilizada como munição de bôca, nas expedições bélicas, o cauim — bebida fermentada, a tapioca, o beiju.

Ora, a cultura da mandioca, cuja vida vegetativa é de ano e meio a dois anos, era um freio ao nomadismo.

Há também um argumento muito valioso, que se contrapõe à tese do completo nomadismo do silvícola: o enorme dispêndio de energia que exigia a derrubada da floresta e o afeiçoamento da terra: árvores de dez a doze pés de diâmetro, exigindo dias e dias, de esforços a machado, e a ação do fogo para vencer a rigeza do lenho, resistindo ao fraco instrumental agrícola: machado de pedra e cunha de madeira de lei.

Executado êste enorme esfôrço, não podiam abandonar o roçado onde tinham plantado a mandioca, o milho, o algodão.

Temos, assim, assentado que em numerosas tribos que haviam transposto o estágio de economia de coleta o homem já estava de certo modo fixado à gleba, condicionada a sua vida aos roçados de mandioca, de milho e outras lavouras, que eram a base de sua alimentação. É esta aliás a opinião de ROQUETE PINTO, divergindo nesse ponto de CALÓGERAS. Se estamos insistindo em esclarecer êste aspecto da movimentação das populações indígenas, é pelo interêsse que apresenta a técnica agrícola do silvícola na primeira fase da ocupação agrícola do território, tendo como acentuou SAINT-HILAIRE: "O sistema agrícola adotado no Brasil é dos tupinambás, carijós, tupiniquins, e outras nações indígenas da subraça tupi, hoje exterminada; os luso-brasileiros adquiriram dêsses selvagens a cultura da raiz — a mandioca — que fornece seu principal alimento e a ela devem uma série de aplicações diversas; o conhecimento de alguns frutos e de vários remédios salutares".

E SAINT-HILAIRE, criticando o tratamento que o europeu dava ao índio, escreve que os luso-brasileiros, deveriam ter "um pouco mais de compaixão para com os descendentes dêsses que *foram seus mestres*".

Não há tempo para detalhes que mostrariam à saciedade, a enorme contribuição do silvícola, na técnica agrícola do país.

Apenas um ou dois exemplos. Ouçamos STADEN de tão dramática convivência com o indígena brasileiro: *"Nos lugares onde querem plantar, cortam primeiramente as árvores e deixam-nas secar de um a três meses. Em seguida deitam fogo à derrubada, e nas cinzas, entre troncos menos carbonizados plantam"*.

A descrição caberia, como uma luva, à técnica do caboclo brasileiro, que adota a mesma do seu antepassado — derrubando a mata, deixando secar o arvoredo e deitando fogo e plantando na cinza.

E ainda hoje, nos meses de agôsto, a *coivara* — ajuntamento da galharia sêca, para queimada — mantém no céu do Brasil, imensas massas de fumaça, que chegam a influir na navegação aérea. Só que o silvícola, usando o machado de pedra, tinha um poder predatório mui-

to reduzido, o que no caboclo atual foi multiplicado pelo machado de aço. Mas, na base de tudo a *escola tapuia*.

Fig. 1 — *Aspecto de um cafèzal na Colônia Agrícola Nacional de Dourados, fundada em 1943, no sul de Mato Grosso. Nessa área, na qual se entremeia à colonização estrangeira (japonêsa, paraguaia, espanhola e portuguêsa), a de elementos nacionais, principalmente nordestinos, o café embora não seja a principal lavoura, desperta interêsse, nas terras mais elevadas das encostas, semelhantes, em grandes extensões às terras roxas de São Paulo.*

Foto — CNG.

Mas não foi apenas técnica a contribuição do silvícola à agricultura que o europeu rico realizou na terra ocupada. Preciosa foi a das espécies vegetais que o indígena tinha conseguido domesticar, algumas das quais figuram na primeira linha da produção brasileira: assim o milho, a mandioca, o algodão arbóreo, o fumo, a batata-doce, a banana, o abacaxi, a abóbora, o amendoim e numerosas frutas e produtos hortícolas, de capital importância [3].

Note-se que a industrialização de alguns dêles, como a mandioca e o algodão, estavam em grau bem adiantado. Para o caso da mandioca, a técnica de sua exploração atual acompanha, em suas linhas gerais, os mesmos processos do indígena, em grande área do país, ten-

---

3 Em 1950, sob os auspícios de duas entidades norte-americanas foi criada uma comissão para "Preservação das Roças Indígenas de Milho" com o fim de promover ampla seleção dos milhos existentes em nosso continente, pois êles estão se extinguindo e representam uma reserva de material de inestimável valor para os mais variados estudos, material cuja perda seria irreparável.

Quatro centros foram criados para êste fim, sendo um no Brasil, em virtude de acôrdo entre organizações norte-americanas e a Universidade de São Paulo. Está funcionando junto à secção de genética da Escola de Agricultura de Piracicaba.

do até guardado para certa parte da aparelhagem e da fase da fabricação os nomes primitivos: *tipiti, manipueira,* etc.

Um indígena do tempo da descoberta que ressurgisse agora e voltasse a certas regiões do Brasil, encontraria em utilização centenas de técnicas que antepassados ensinaram aos que se dizendo civilizados, as destruíram numa selvageria de bárbaros, em menos de dois séculos de ocupação.

Entre elas os seus processos de derrubada de matas, trocados apenas o machado de neolítico pelo de aço de Volta Redonda; o sistema de queimada — com as *coivaras* quando o mato é ralo; o cultivo de mandioca pelos métodos que utilizava; a sua industrialização, com os *tipitis* e a *manipueira;* o plantio de milho e das leguminosas, apenas para mencionar alguns aspectos do que era a *escola de agricultura tropical tapuia,* onde se matricularam os europeus recém-vindos e cujos ensinamentos constituem a base e os fundamentos, ainda hoje de 90% da agricultura brasileira.

O machado, a foice, o fogo, a coivara e depois a enxada, eis os símbolos da principal atividade do país — por isso que constituem o princípio instrumental técnico da nossa agricultura.

Foi, entretanto, com as técnicas aprendidas do indígena, com o braço escravo africano, que se realizou a ocupação econômica das primeiras áreas geográficas do Brasil fixando-se em núcleos demográficos, e centros de ação política e administrativa, no litoral.

Nunca será demasiado pôr em relêvo a contribuição do indígena na agricultura do país. É na permanência da lavoura tapuia que se explica a situação da nossa agricultura — fora limitadas regiões que dela se emanciparam.

As conseqüências são enormes para a orientação de uma política de renovação agrícola, pois tem êste movimento de se defrontar com uma tradição de quatro séculos, arraigada na mentalidade das massas rurícolas.

É isso que explica tantos insucessos das tentativas de modernização da agricultura, pois as que os agrônomos e técnicos indicam, não encontram ressonância, e, ao contrário, até hostil acolhimento do lavrador, que julga mais certo o que lhe foi ensinado pelos pais e avós, noções de agricultura tapuia.

OCUPAÇÃO ITINERANTE — "Para alguns autores a agricultura itinerante é um elemento natural do quadro tropical, resultante da pobreza dos solos e como imposição de condições climáticas". Estas palavras são de um dos nossos mais brilhantes geógrafos — JOÃO DIAS DA SILVEIRA.

Êste aspecto da ocupação agrícola do país, precisa ser devidamente esclarecido, pois tem implicações de imensa repercussão econômica.

A lavoura de mineração — que tem como conseqüência a itinerância agrícola que predomina no país — foi devida, antes de mais

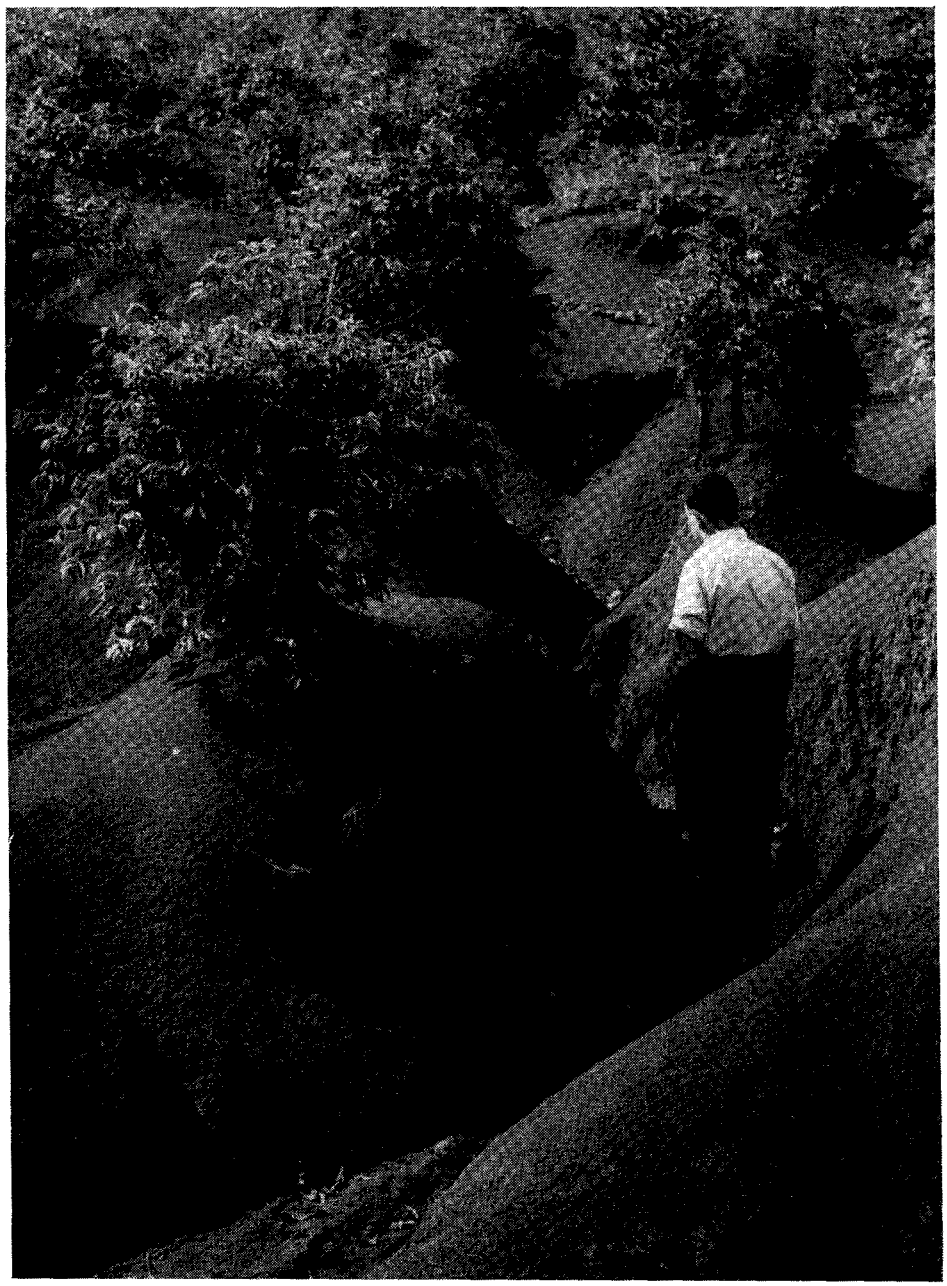


Fig. 2 — *A fotografia mostra-nos um cafèzal nas proximidades de Águas da Prata, nordeste de São Paulo. Podemos notar a erosão, em profundos sulcos, nos solos resultantes da decomposição de rochas básicas.*

nada, à imensidão do espaço geográfico, de que dispunha o homem, e que ainda acontece hoje em várias regiões.

Eram terras virgens, com húmus acumulado por várias centúrias, onde as colheitas se processavam em condições altamente favoráveis, de que são exemplos, ainda hoje, as muitas zonas cafeeiras do Paraná, com produção de 300 arrôbas por mil pés e a do milho, no mesmo estado, permitindo, tal a sua produção, concorrer, apesar dos obstá-

culos da distância, com as safras locais de pontos mais distantes do país. Foi uma conseqüência da baixa densidade demográfica — muita terra e pouca gente. E, completando o quadro, o baixo nível técnico da nossa agricultura, para a qual os problemas de conservação do solo, a sua reposição com princípios elementares, a escolha de boas sementes, o combate às pragas, e a preservação de colheitas, são matéria desconhecida. Continua, na sua quase totalidade, na técnica tapuia a que já nos referimos.

Êste aspecto do problema é da mais alta relevância e imprimiu à paisagem agrícola características especiais, que assumem feições de extrema gravidade.

Quando a terra virgem começou a escassear, — pelas sucessivas e impiedosas devastações do revestimento florestal, e quando a população aumentou a sua densidade, não teve o agricultor, na técnica mais racional, o instrumento para restabelecer um nível de razoável produtividade nas suas lavouras.

É disto que resulta a situação atual da produção agrícola, cuja expansão — inferior às necessidades alimentares de uma crescente população — é feita à custa de áreas novas, de terras virgens.

Assim a agricultura itinerante — pode-se afirmar com segurança — não é uma conseqüência do *solo tropical* — note-se bem — mas do *homem tropical,* o que se verifica onde ela não se adaptou a êste tipo de atividade.

Vale apresentar um exemplo que ilustra os diversos aspectos destas assertivas.

O café, cuja cultura foi iniciada nas encostas da Tijuca (DF), em início do século passado, invadiu o vale do Paraíba, criando uma esplêndida e efêmera civilização na província do Rio de Janeiro. Em menos de oitenta anos, tôda ela desapareceu: estando o estado do Rio, que produziu cêrca de seis milhões de sacas nos dias surtos cafeeiros do Império e depois na República, no norte do estado, reduzido a uma produção insignificante — note-se bem — de cêrca de trezentas mil sacas, e tôda ela deficitária.

E o café se estendeu ao norte de São Paulo com safras espetaculares de duzentas e trezentas arrôbas por mil pés, tornando-se Campinas um dos mais ricos centros econômicos do país. Depois, continuou a marcha para o sul, com o fastígio de Ribeirão Prêto nos anos de 1910 e quando as terras se esgotaram penetrou no Paraná, onde já hoje existem regiões consideradas de terras cansadas e onde há quarenta anos, os lavradores obtinham colheitas de 300 arrôbas por mil pés. E o café realiza uma itinerância, num exemplo, que talvez seja o mais espetacular na paisagem agrícola do mundo, por se tratar de uma *cultura permanente*.

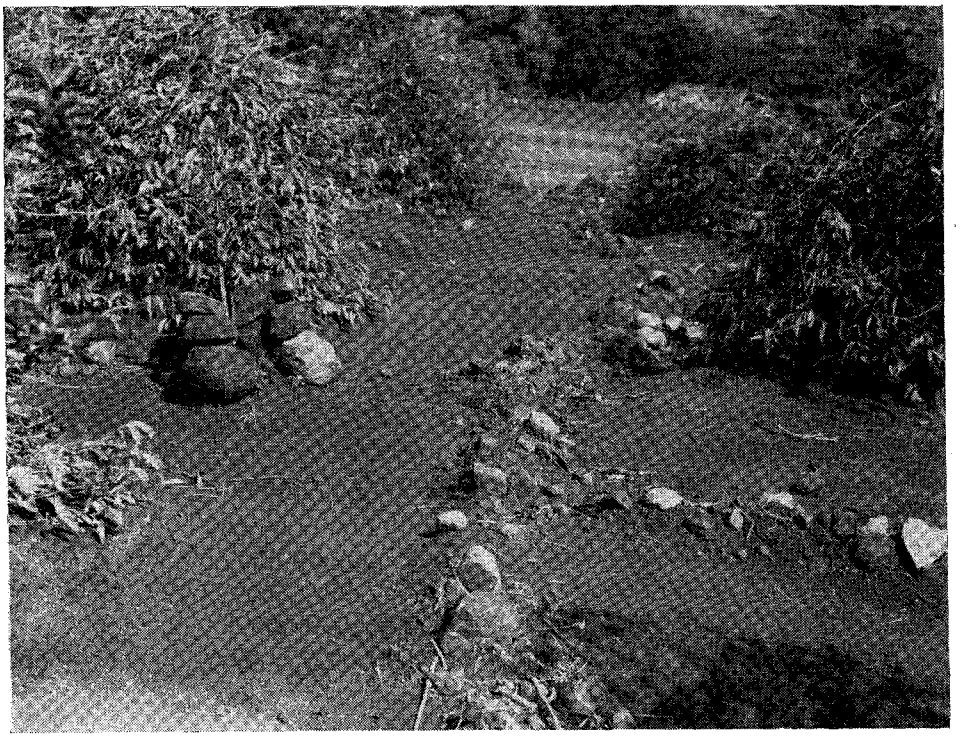


Fig. 3 — *Temos nesta ilustração, um cafèzal situado numa encosta de rochas básicas decompostas, na região de Aguas da Prata, nordeste de São Paulo. Podemos observar os cordões de pedra colocados junto aos cafeeiros, como proteção contra a erosão.*

É preciso que se atente bem neste aspecto do problema — trata-se de uma lavoura permanente, isto é, cuja implantação exigiu enormes dispêndios e tremenda massa de trabalho, desde o desmatamento da floresta, o desbravamento da terra, a formação das sementeiras, a construção de todo o aparelhamento de mão-de-obra, de casas para operários e empregados, terreiros de secagem, máquinas de beneficiamento, tulhas e paióis, estradas rurais, — enfim tôda a importante instalação para um empreendimento dêste tipo.

Se se tratasse de cultura anual, — de cereal como o milho e arroz, e de outras plantas alimentares, de que temos tantos exemplos, em tantas partes do mundo, nas regiões tropicais e mesmo nas zonas temperadas — isso seria menos impressionante.

Mas, o caso assume aspecto inédito quando se atenta nas condições exigidas para a instalação de uma zona cafeeira.

Não discutirei aqui — por se afastar demasiado da matéria em tela — se a itinerância do café não teria sido detida se se adotasse para êle o método de *plantio protegido,* que em 24 países produtores de café do mundo se pratica, notadamente na Colômbia, que começou a plantar café no ano em que êle penetrou no vale do Paraíba e que enquanto o estado do Rio passou de um efêmero período como dissemos de 6 milhões no Império a cêrca de 300 mil sacas atualmente, a Colômbia, começando com uma exportação de 200 está hoje em tôrno

de seis milhões, de café dos melhores do mundo, bebida mole, de alta cotação, que se vende melhor e mais depressa que o brasileiro.

Isso proveio do modo de cultura, dando ao café as melhores condições de sua região de origem, cultivando-o sob a proteção de leguminosas.

É o *sombreamento,* adotado como se disse em 24 países cafeeiros do mundo que tem tido como conseqüência: a) manter em produção as mesmas áreas, por quase um século; b) ensejar um tipo de beneficiamento, que forneça café estritamente mole de alta cotação, enquanto o sistema de plantio em pleno sol — que só o Brasil, grande país cafeeiro do mundo adota — determinou a tremenda andança desta lavoura, em menos de 150 anos, das matas da Tijuca ao estado do Rio, a São Paulo, ao Paraná, numa tremenda devastação florestal, sem par talvez no cinturão tropical do planêta, transformando uma lavoura *permanente* em *itinerante*.

Embora talvez me distanciando do nosso temário — mas, dentro do rigoroso dever que temos todos, e notadamente os geógrafos de estender os problemas brasileiros, à luz da realidade geográfica, peço a vossa atenção para êste aspecto da nossa geografia agrária, com grandes implicações com a geografia humana e a geografia econômica.

Então, um observador apressado, dêstes que visitam quinze dias um grande país como o Brasil e escrevem livros de quinhentas páginas, em sínteses apressadas e juízos temerários, que acompanhasse num mapa a marcha da expansão cafeeira no Brasil meridional e fôsse assinalando as datas de ocupação das áreas, ficaria surpreendido com a rapidez desta caminhada — em cêrca de 150 anos — que é nada para a vida de uma nação. Comparando a produção nas respectivas áreas produtoras verificaria que a tremenda decadência das chamadas "zonas velhas" em poucos decênios, sem dúvida iria tirar conclusão a mais desfavorável e aparentemente lógica sôbre a pobreza das *terras tropicais*. E talvez encontrasse um título pejorativo, senão para o livro, mas para um de seus capítulos: Tristes Tropiques, Vanishing Land, ou cousa semelhante.

Entretanto, olhada de perto a verdade, verifica-se que o que houve na cultura cafeeira do Brasil foi um *êrro de técnica*: plantio em pleno sol de uma planta que é de sub-bosque (milhões de cafèzais, na África, no centro americano são assim cultivados) e uma inconsiderada expressão em áreas impróprias, como topografia inadequada, como inclinação, como exposição, como solo, e também latitude como o caso de plantio abaixo do paralelo 24, em regiões sujeitas a geada.

Entretanto se o nosso imaginário viajante visitasse uma região de terras velhas, como o município de Campinas, que passou de grande produtor mundial de café a quase importador do que necessita, para consumo local, iria apreciar lavouras de café, executadas com rigor de técnica — com curvas de nível, devidamente adubadas e cultivadas,

com produção elevada — implantadas em zona velha, de terra cansada, de solo empobrecido.

É um tremendo desmentido à assoalhada inadequação das terras tropicais.

Não há solo que resista ao tratamento predatório, da agricultura de mineração, destruído pela coivara tapuia, sem o menor cuidado pela reposição de princípios orgânicos e minerais, como se a terra fôsse um manancial inesgotável de fertilidade.

Se na Europa o solo tivesse o mesmo tratamento do que lhe dá o agricultor, entre nós, a sua população estaria passando fome ou obrigada a importar 90% de sua alimentação.

Temos, aliás, outro exemplo — de uma grande cultura comercial — a do açúcar, que instalada no Nordeste notadamente em Pernambuco, nos primeiros anos da descoberta, se manteve nas mesmas áreas, havendo engenhos naquele estado, há quatrocentos e cinqüenta anos, nos municípios de Cabo, Rio Formoso, Sirinhaém, etc. Esta estabilidade agrícola, teve aliás repercussão da maior relevância política e social pois foi o engenho açucareiro que organizou uma sociedade com base econômicamente estável e deu uma contribuição notável na formação da nação brasileira.

Fig. 4 — *Lavoura de cana-de-açúcar nos contrafortes da Borborema — Na faixa úmida que precede o planalto da Borborema e que se estende pelos seus contrafortes, a cana-de açúcar continua sendo a cultura tradicional e de maior expressão econômica. A fotografia mostra um aspecto da paisagem canavieira, base da indústria açucareira pernambucana, próximo de Recife (município de Vitória de Santo Antão).*

Foto: F. JABLONSKY

Outro exemplo temos no cacau que encontrou no recôncavo baiano condições ótimas para seu desenvolvimento e apesar da técnica rudimentar de sua agricultura, se expandiu e se manteve nas suas zonas de ocupação.

A conseqüência a se tirar é que seria errôneo considerar a pobreza generalizada e constante do solo, como característica iniludível de região tropical.

É preciso pois não confundir o que se deve à ação do homem na sua atividade predatória constituindo uma lavoura de mineração, rompendo o equilíbrio dos fatôres naturais, e o que é resultante do próprio solo, de sua natureza intrínseca.

PROBLEMAS DE ACLIMAÇÃO — A adaptação das espécies animais e vegetais, que servem ao homem, para sua alimentação e para as demais finalidades da vida, constitui um dos mais empolgantes aspectos da história humana.

Da enorme massa de espécies vegetais silvestres, o homem até hoje apenas cuidou de número reduzido delas. Constituem entretanto a base da vida civilizada, caracterizando, tal a sua significação, as diversas regiões do planêta.

De cêrca de oitocentas espécies de plantas silvestres que o homem domesticou e utiliza, a maioria delas provém de regiões subtropicais e temperadas.

Fig. 5 — *A cultura do sisal bastante generalizada nas zonas úmidas da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, nas quais predominava anteriormente as culturas de subsistência, aparece também em plena zona sertaneja, como mostra a fotografia, tirada na região de Sertânia, no interior de Pernambuco.*

Foto: F. JABLONSKY

O Novo Mundo deu uma contribuição de cêrca de 70 plantas alimentares — cereais, leguminosas, verduras, frutas e cêrca de uma centena de espécies de plantas alimentícias, estimulantes, técnicas e medicinais.

O problema de aclimação de várias espécies vegetais nas zonas tropicais, não representou para o homem obstáculo maior, no caso do Brasil. Na verdade, como veremos, as espécies vegetais que constituem a base de nossa vida econômica, sofreram apenas uma *trasladação*: a cana-de-açúcar, o café, o arroz, a batata-inglêsa, o eucalipto e o próprio trigo, que é uma espécie de maior área de expansão do planêta, apenas para citar algumas delas. É interessante observar que alguns dos mais importantes setores agrícolas são constituídos de espécies introduzidas depois da descoberta.

À lista já mencionada, cabe acrescentar o côco-da-índia que dá uma contribuição valiosa à economia do Nordeste e empresta uma nota característica à sua paisagem litorânea.

Várias destas espécies encontraram condições tão favoráveis que prosperaram mais que nas suas áreas de origem — como é o caso do café e também do eucalipto, cujas culturas no Brasil são as mais importantes do mundo.

Entre exemplos de aclimação dignos de menção especial está o *sisal*.

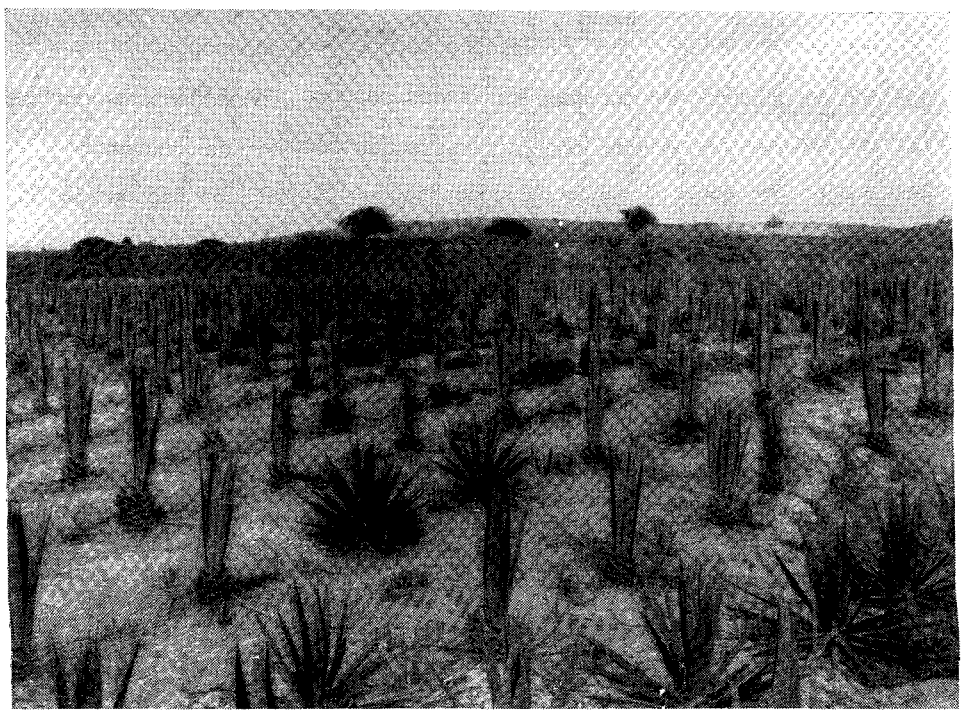


Fig. 6 — *Também no Pará aparece a cultura do sisal, especialmente na Colônia Agrícola de Tomé-Açu às margens do rio Acará, como ilustra esta foto. Foram os colonos japonêses que a introduziram na região, assim como a cultura da pimenta-do-reino, feijão soja, arroz, milho, tomates e hortaliças.*

Foto — CNG.

Introduzido em 1934 no Nordeste, com sementes oriundas do México, iniciou-se em 1939 um surto de amplitude econômica verdadeiramente promissora. Em 20 anos, a produção brasileira de sisal atingiu 120 000 toneladas, das quais cêrca de 90 000 colhidas na Paraíba.

Êste exemplo precisa ser meditado, pelo que representou a introdução de uma nova espécie na economia regional. Em dois decênios, o sisal passou a dar uma contribuição de 44% ao estado da Paraíba. Há a acrescentar outro aspecto de alta relevância: trata-se de uma espécie xerófita — que encontra nas terras semi-áridas do Nordeste um *habitat* muito favorável. E como sabemos será, sobretudo pelas culturas xerófitas, que se poderá realizar um eficiente combate aos efeitos da sêca.

Trata-se de fibra de imensas possibilidades, pela sua larga aplicação para a agricultura e para fornecimento de celulose e outras finalidades.

Um dos centros mundiais de sisal — a Indonésia — tem sua produção consumida pela China e pela Rússia, e que tem ampla utilização nos grandes países ocidentais, para diversas utilizações.

Basta, neste sentido, recordar que os Estados Unidos, só de atilhos para a amarração de cereais, nas ceifadeiras mecânicas, consome anualmente quantidade igual à de tôda a safra brasileira: 120 000 toneladas.

Para que a cultura do sisal tenha seguimento é necessário desenvolver a sua industrialização de modo que o Brasil, em vez de matéria-prima, que vale hoje 148 dólares por tonelada, possa enviar ao exterior o produto industrializado, que alcança 236 dólares, deixando no país a diferença entre êstes preços, representada pelos impostos, pela mão-de-obra, serviços bancários, etc.

Outro exemplo que pela sua alta significação econômica, merece especial destaque, é o da introdução da juta na Amazônia. Até 1934, falharam tôdas as tentativas do seu cultivo no sul do país. Aquêle ano marca o início das primeiras tentativas feitas por japonêses e brasileiros, na região de Parintins, no Baixo Amazonas.

Em pouco mais de vinte anos — tornou-se cultura inteiramente integrada na economia amazônica. Desenvolve-se nos rios amazonenses, notadamente nos de águas barrentas, não havendo pràticamente limites para a sua expansão, embora também prolifere em terras altas, o seu crescimento bem pode ser qualificado de vertiginoso: produz em 97 dias e o crescimento das hastes é de três centímetros em 24 horas. Existem na Amazônia condições ótimas. A safra atual é de 60 000 toneladas, fornecendo matéria-prima para a fabricação de mais de 100 milhões de sacos de juta, para café, açúcar e as safras de cereais — milho, trigo e também o feijão.

Devo pedir atenção especial para a juta, pelo aspecto político do problema: até alguns anos atrás, era o Brasil abastecido pela Indonésia e pelo Paquistão, transformados hoje em um dos campos mais agi-

todos da Ásia. Se as nossas grandes safram continuassem na dependência dêsses países, iríamos nos defrontar com grandes dificuldades, não só de suprimento de matéria-prima, como de preço. De outro lado, a juta veio trazer contribuição valiosa para a economia amazônica, notadamente pela fixação do homem, a sua imensa possibilidade de expansão, o que poderá fazer daquela região essa fonte de suprimento *de juta* dos mercados mundiais. É mais um exemplo da substituição do Brasil, no papel de suprimento de matérias-primas tropicais, aos países asiáticos, já mencionados.

Fig. 7 — *A fotografia mostra o desembarque de fardos de juta em Óbidos, na margem do Amazonas. A cultura da junta vem assumindo, desde 1935-36, relativa importância na região do Baixo Amazonas. Foi aí introduzida, por colonos de origem japonêsa, por volta de 1930.*

Foto — CNG.

E também na Amazônia, o exemplo da *pimenta-do-reino*, que introduzida ali por japonêses, está se constituindo em fonte de riqueza apreciável.

Tornado o Brasil auto-suficiente desta especiaria, poderá constituir valioso produto de exportação para as repúblicas do Pacífico. Lembro a êste respeito os esforços que estão sendo feitos atualmente no Acre, para o abastecimento de Lima, de pimenta-do-reino que pelo seu valor elevado comporta o transporte aéreo, como aliás acontece com o produto paraense para o Brasil meridional.

A *aclimação de espécies animais* se processou no Brasil, desde os primórdios da vida colonial e algumas delas, pela sua rápida expan-

são, fazem parte da história econômica, da ocupação do país, como é o caso da hinterlândia nordestina.

Não é preciso recordar a importância que teve na conquista e economia, a tropa que foi por longo período o único meio de transporte organizado do país.

Fig. 8 — *Tropa de burros trafegando em Mato Grosso — A tropa de burros, aspecto muito comum nos caminhos do interior do país, é geralmente constituída de um grande número de animais, entre os quais se destaca a "madrinha" da tropa adornada de aros de metal e trazendo guizos que orientam os outros animais e facilitam sua reunião. Notar na fotografia a capa de lã dos tropeiros, suas botas pesadas e o chapéu que os protege das intempéries.*

Embora saindo do temário para me conservar dentro do objetivo que é o estudo de problemas brasileiros, atinentes às regiões tropicais, eu quero chamar a atenção dos nossos geógrafos, para a singular importância para o país, já não da aclimação de espécies alienígenas, mas do aproveitamento econômico de espécies nativas do nosso país.

É um capítulo de alto interêsse e que precisa ser decididamente atacado.

Pela menção de alguns exemplos, melhor isso se demonstrará:

Na Bahia, GREGÓRIO BONDAR, pôs em evidência a importância do *licuri,* palmeira nativa, até então inexplorada e que chegou a integrar a nossa balança comercial com cinqüenta milhões de cruzeiros.

Também é de recente aproveitamento a *oiticica* — que até vinte anos atrás constituía um tropêço para a agricultura nordestina e que depois da industrialização dos seus frutos se tornou uma riqueza ponderável no Nordeste.

Exemplo ainda mais marcante é o caso do *babaçu* — que constituindo o maior complexo vegetal oleaginoso nativo do mundo, apenas era utilizado pela população local para limitados usos domésticos, e que em quarenta anos se tornou a base da economia maranhense, com aplicações industriais em todo o país, com a criação de um parque industrial que teve nêle a sua principal matéria-prima. A sua exploração está retardada pela incompreensão do problema, que não é de transporte nem de beneficiamento, mas de reduzir o excesso de vegetação que impede o florescimento da palmácea.

Fig. 9 — *O babaçu é uma das plantas nativas que merecem ter sua exploração intensificada, pelas grandes possibilidades econômicas que apresenta para as zonas em que floresce. Na fotografia acima (São Luis, Maranhão) vemos um babaçual, no meio do qual se cultivam bananeiras.*

Foto — CNG.

Papel — Especial referência merece a possibilidade de industrialização das madeiras tropicais para a produção de celulose e de papel.

O problema já está bastante estudado e, em breve, estará aberto às florestas tropicais, de madeiras duras, de matas heterogêneas, um futuro promissor como produtor de matéria-prima para aquêles fins.

Enquanto nas regiões de climas temperados, que detêm hoje a liderança da produção de papel, o pinho necessita de longo prazo para a sua maturidade econômica, na Amazônia, por exemplo, êste prazo é limitado a três anos, com a vantagem de ser de vegetação espontânea.

Num futuro próximo, teremos, talvez, instalado no vale amazônico grande parte industrial de celulose e de papel, tentado pela abundância de matéria-prima.

É na verdade, um dos aspectos mais relevantes da economia amazônica a imensa massa de matéria-prima por um produto cujo consumo cresce com o grau de civilização.

Não quero concluir esta relação sem indicar um vegetal da mais alta significação que é o *faveleiro,* cuja área de dispersão, em formações nativas é enorme, cobrindo imensa área no interior do Piauí, Bahia (até Canudos) e produz um óleo comestível de alta valia, já estudado por SANTA ROSA existindo uma monografia muito completa sôbre o assunto, editada pelo Instituto Nacional de Tecnologia.

Destas espécies, o *babaçu,* a *carnaúba,* a *oiticica* o *caroá* e o *faveleiro,* são nativas do Nordeste e com exceção do primeiro que se apraz nas planícies úmidas, com alta precipitação pluviométrica das zonas limítrofes da hiléia, as demais são francamente xerófitas. E como no combate aos efeitos da sêca, daquela região, tem de ser obtida uma imensa contribuição das espécies xerófitas, que estão já aclimadas às condições adversas do polígono, é um problema urgente o destas espécies nativas na região, juntamente com outras, ainda não exploradas econômicamente, como o *faveleiro.*

É um aspecto importantíssimo do problema, pois o combate aos efeitos das sêcas — cuja conseqüência é um desemprêgo das grandes massas humanas — não pode ser alcançado apenas com a açudagem — como era doutrina vigente até há pouco — nem pela grande industrialização.

Mas, tem de encontrar seu remédio, na fixação do homem em condições razoáveis de economia estável no sertão, tornando produtivas imensas áreas — onde a irrigação não é exeqüível, ocupando-as com culturas xerófitas.

Todo o esfôrço neste sentido — de pôr em relêvo espécies vegetais nativas ou a introdução de espécies — como o caso da carnaúba, da oiticica, do caroá e do sisal — é tarefa da maior relevância. E o estudo do problema — no âmbito pertencente à geografia — é uma tarefa a que precisa ser dada a sua exata relevância.

EXTRATIVISMO — Examinando-se a produção primária brasileira, sob o ponto de vista de ocupação econômica do seu território e da população nela empenhada, verificou que o Brasil é o maior país extrativista do mundo.

O desequilíbrio tantas vêzes mencionado entre a ocupação econômica e o produto global — com implicações na renda nacional — provém exatamente da enorme área em que predomina a pura economia de coleta e o extrativismo.

Da Hiléia Amazônica — com 56 produtos de expressão comercial representando 55% do território nacional — mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, só limitadíssima área está explorada pela agricultura, cêrca de 4 000 quilômetros quadrados, conforme o relatório do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. E, afora dela, aí es-

tão os babaçuais do Piauí, as caranaúbas, as fibras e oleaginosas do Nordeste, a zona da araucária, do mate e do quebracho, no Brasil meridional, num alinhamento rápido e por demais incompleto.

Conseqüência disso, é o baixo padrão de vida da população, na quase totalidade da área do extrativismo, que em geral vive na mais estreita dependência de outras regiões, para a sua própria alimentação — como é o caso da Hiléia Amazônica.

Disso resulta — juntamente com a decorrência das principais lavouras introduzidas ou praticadas no Brasil, a qualificação de país colonial, não raro interpretada pejorativamente.

Na verdade, ao se iniciar o aproveitamento do território recém-descoberto, o colonizador teve de cogitar das produções para as quais poderia encontrar mercado. Êstes não existiam no país: era na Europa que iria conseguir comprador, primeiro para o pau-brasil, depois para o açúcar, e, posteriormente, quando se alargou a nossa agricultura, só o mercado estrangeiro poderia absorver os nossos volumosos estoques de café, cacau, algodão, oleaginosas, etc., como ainda hoje ocorre.

Daí, sob o ponto de vista internacional, a característica econômica do Brasil que é a de país colonial.

De costas para o interior, olhos postos no oceano, preocupados com as cotações em libras, dólares, francos, marcos, continuaremos largo tempo aí como país exportador de gêneros coloniais, isto é, gêneros produzidos nas colônias criadas pelo europeu.

Enorme, na verdade é a contribuição das regiões tropicais para a civilização: em produtos alimentares, em matérias-primas para indústrias, em medicinais.

Nos primeiros, o arroz, o milho, o açúcar, os óleos, as bebidas tônicas, o chá, o café, o cacau, o mate, as frutas entre os segundos, as fibras de vários tipos, a borracha, os produtos florestais, numa rápida menção, muito incompleta.

Com as profundas modificações ocorridas depois da última guerra, no *status* político das regiões da Ásia e da África, com a independência de largas áreas produtoras de gêneros coloniais, vai-se operando um reajustamento de mercados tradicionais.

Pràticamente as metrópoles absorvem tôda a produção.

A situação, entretanto, está-se modificando. Cessou a obrigatoriedade e compulsoriedade de abastecimento metropolitano. Os mercados se alargaram e, o que é ainda mais importante, houve uma expansão nos mercados internos, de modo considerável.

Êstes fatôres — e outros decorrentes de ordem política estão criando condições especiais para as regiões, fora da Ásia e da África — e, portanto, para o Brasil, como fornecedor dos chamados produtos tropicais.

Fig. 10 — *A fotografia mostra, na Paraíba, o principal produtor de sisal do país, a última fase do beneficiamento do produto — o enfardamento, feito geralmente em prensas manuais, após a classificação das fibras por uniformidade de tamanho.*
Foto — CNG.

Incontestàvelmente a nossa posição se modificou neste sentido, embora não tenhamos sabido ainda tirar dela todo o proveito.

Tem todo cabimento, quanto à comercialização, o conceito de D. ANTÔNIO MEJIA, que foi longo tempo o orientador da cafeicultura colombiana: *o Brasil sabe produzir e tem como produzir, mas não sabe vender.*

Bastaria recordar o caso do café, cujas crises, desde o início da República, tem sua origem na superprodução. Produz-se mais café do que pode ser consumido. E o que faz o Brasil ? Queima oitenta milhões de sacas de café, para restabelecer o equilíbrio, ou retém, por conta do govêrno, volumes enormes de café — como está acontecendo, para que se crie uma situação praticável para o escoamento das safras. Das suas safras ? Não, das safras mundiais.

Foi à sombra desta política, de deter a superprodução, por *meios inadequados, note-se bem,* que se deve a *imensa expansão* da cafeicultura mundial, há quase meio século, com tremendas repercussões econômicas, das quais uma das mais nocivas tem sido a necessidade de comissões para adquirir os excedentes de café.

Se um industrial fabricasse vinte milhões de pares de calçados e se pudesse escoar quinze milhões, iria, necessàriamente, reduzir a sua produção ao nível do consumo, sob pena de ruína.

Entretanto, o govêrno, que é o gerente da principal fábrica nacional de dólares, que é a produção cafeeira, deixa que as safras de café

cresçam sem contrôle, permitindo continuem em plena produção milhões de cafeeiros francamente deficitários, e que se realize com a manutenção de preços capazes de compensar uma miserável colheita de vinte e quinze arrôbas por mil pés.

Só no estado de São Paulo existem 600 milhões de pés de café cuja produção é francamente deficitária e que, se não fôssem os preços artificiais garantidos pelo govêrno, já teriam sido substituídos por outras lavouras ou por pastagens.

E o que é ainda pior: deixa o govêrno produzir e exportar café de baixa qualidade, dada a classificação inadequada que se pratica, encaminhando aos mercados internacionais produtos que não podem competir com os colombianos e de certos países do centro americano.

---

* Para que se tenha uma idéia dêsses defeitos e a respectiva classificação que recebe o café, veja-se:

I — Tabela de equivalência dos defeitos

1 pedra grande ou torrão grande	5 defeitos
1 pedra regular ou torrão regular	2 "
1 pedra pequena ou torrão pequeno	1 "
1 pau grande	5 "
1 pau regular	2 "
1 pau pequeno	1 defeito
3 conchas	1 "
5 verdes	1 "
5 quebrados	1 "
2 ardidos	1 "
5 chochos ou mal granados	1 "
1 casca grande	1 "
2/3 cascas pequenas	1 "
1 côco	1 "
1 prêto	1 "
2 marinheiros	1 "

II — Tabela de classificação

Tipo 2 —	4 defeitos	4 (base	26 defeitos
2 — 5	5 "	4 — 5	30 "
2 — 10	6 "	4 — 10	33 "
2 — 15	8 "	4 — 15	36 "
3 + 10	10 "	5 + 10	39 "
3 + 05	11 "	5 + 5	42 "
3	12 "	5	46 "
3 — 5	14 "	5 — 5	52 "
3 — 10	16 "	5 —10	59 "
3 — 15	19 "	5 — 15	66 "
4 + 10	22 "	6 + 10	73 "
4 + 5	24 "	6 + 5	80 "
		7 — 10	200 defeitos
6	86 defeitos	7 — 15	220 "
6 — 5	99 "	7 — 20	240 "
6 — 10	111 "	7 — 25	260 "
6 — 15	123 "	8 + 20	280 "
7 + 10	135 "	8 + 15	300 "
7 + 5	147 "	8 + 10	320 "
7 (base)	160 "	8 + 5	340 "
7 — 5	180 "	8	360 "

(Extraído de: *Cartilha de classificação do café* do IBC. — 1958).

É o mesmo que um fabricante de calçado, para tomar o exemplo anterior, deixasse sua indústria produzir sapatos de qualidade inferior, propositadamente.

É evidente que a base da política cafeeira reside no contrôle da superprodução e da qualidade, eliminando os cafèzais deficitários e proibindo o plantio, por certo tempo de novas lavouras.

Isto já foi tentado, no início do século, em São Paulo, e, em 1930, a proibição foi feita, por ocasião da destruição de 80 milhões de sacas de café, excedentárias.

Só uma política dêste tipo, corajosamente executada, possibilitará manter em bom funcionamento a nossa grande fábrica nacional de dólares.

O futuro do café depende disso. Demorei-me no setor, embora o exame tivesse sido por demais sucinto, porque é um exemplo que mostra o tremendo descontrôle da nossa política de produção de produtos coloniais.

O programa proposto para êste seminário, indica o exame da possibilidade de utilização dos produtos tropicais nos mercados mundiais.

Para o caso do Brasil, temos, diante de nós, condições muito favoráveis, já mencionadas, em relação às áreas que escapam ao contrôle do chamado mundo ocidental, e que gravitarão cada vez mais na órbita comunista asiática. Mas, de outro lado, temos que contar com a concorrência de regiões africanas e também latino-americanas.

Todo estudo dêste gênero, deve concluir, após a análise do problema, por fixar linhas para uma política econômica.

No caso vertente, é imprescindível que tenha como ponto de partida o estabelecimento produtor, — começando na sua fonte de origem. Deverá uma política sadia ser norteada pela produtividade e pela qualidade.

Só assim, poderemos manter a nossa posição nos mercados internacionais em face da concorrência de áreas símiles.

É na fundição que se fabrica o ferro, diz o velho ditado inglês.

Devemos meditar neste prolóquio, quando examinarmos o problema da produção tropical.

Não temos mais monopólio do café e do cacau, como também perdemos o da borracha.

A lição foi fecunda em ensinamentos, só que não tem sido aproveitada. Temos de mudar de rumo. De outra forma, sob o ponto de vista da produção tropical, para o mercado externo, seremos, cada vez mais, uma economia ameaçada.

Economia ameaçada — é bem esta a definição da conjuntura agrícola do nosso país. Se de um lado a modificação do *status* político, já referido, criou possibilidades de abastecimento ocidental para o Brasil, em produtos ditos coloniais, de outro lado a concorrência que se esbo-

ça, vigorosa, no continente africano, nas áreas ainda sob influência européia, impõe a necessidade de uma imediata e profunda renovação de métodos de produção.

Só a tecnização da agricultura — no seu exato sentido, — possibilitará a agricultura nacional, de produtos tropicais, enfrentar a conjuntura.

Vemos o caso do café — que é um exemplo alarmante do nosso sistema predatório de trabalhar a terra.

Esta renovação, com técnica é muito mais importante que uma política artificial, com p reços de govêrno, para pôr em têrmos de concorrência vitoriosa a nossa produção tropical.

Ela tem de atingir, de forma drástica a classe operária rural, com um exército de milhões de homens, que têm apenas como instrumento o machado, a enxada e uma tradição tapuia de trabalho da terra.

A meu ver, mesmo êste é o aspecto mais importante da nossa economia agrícola. Não será apenas com o agrônomo — o número dêles é cinco mil para um imenso país de dois milhões de estabelecimentos rurais a serem orientados — mas, sobretudo, o operário rural, modernizado em seus conhecimentos, que poderá empreender a grande revolução da nossa agricultura. Esta *renovação de mentalidade* é o futuro da renovação agrícola do país — com implicações sôbre a nossa possibilidade de manter a nossa posição de criadores de produtos tropicais.

Só a *educação em massa* por meio do sorteio militar dos nossos rurais, é que se alcançará tal objetivo.

Foge a êste seminário, o detalhe do problema. Mas êle aí fica esboçado com a apresentação dos têrmos da equação: agricultura rotineira, tipo tapuio, mineirando o solo. Baixo rendimento agrícola, acarretando produtividade inadequada. Número de técnicos — da ordem de cinco mil para orientar dois milhões de propriedades, vários milhões de operários de mentalidade rotineira, incapazes de aplicar técnica adequada de fertilizantes, da boa semente, do combate às enchentes, às pragas, à conservação conveniente da produção.

SUMMARY

The present work was the subject of a lecture made by the author in the Conselho Nacional de Geografia in which he analyses some aspects of Brazil, considered as a tropical country; regarding its present development it is considered the most formal contradiction to the erroneous European conceptions about tropical regions.

He emphasizes the influence of Indian procedure related to the agricultural technics brought by European, which are largely employed until now by our farmers. Being one among those factors responsible for the stagnation of our agriculture those technics require a politic of renovation although it goes against the mentality of our farmers attached to the primitive, traditionnal, agricultural methods.

Next the author criticizes the processes of coffee plantations, calls the attention for the necessity of increasing our production and the utilization of our vegetal species, its industrialization, as an economic factor for the settlement of men.

Taking the examples of Africa and Asia concerning the independence of productive areas of colonial food-stuffe the author shows Brazil great possibilities in the market, in the present moment; nevertheless, the country needs a better governmental orientation regarding the problems of production and exterior market. And he adds that only the increasing of our agricultural productivity and selection of products we can stand and improve our

positions in international markets as we have no more the monopolization of coffee, cacao and rubber and we are induring the concurrence of African areas of European influence.

Ending the work, the author criticizes the artificial prices for coffee and concluded saying that the solution for our agrarian problems is in the renewal of the mentality of our contry-men through an education based in a better orientation in the cultivation of land.

RÉSUMÉ

Cet article est la transcription d'une conférence faite, au Conselho Nacional de Geografia, par le Dr. EDGAR TEIXEIRA LEITE. Dans cette conférence il analyse quelques aspects du Brésil en tant que pays tropical, démontrant que son développement actuel prouve que certaines conceptions européennes sur les régions tropicales sont fausses.

Il insiste sur l'influence des procédés indigènes ont eu sur les techniques agricoles d'origine européenne. Ces procédés sont encore anjourd'hui largement utilisés dans tout le pays et constituent un des facteurs de son stage agricole. Ils exigent une politique de rénovation qui aura à vaincre l'hostilité des agriculteurs habitués aux méthodes traditionnelles. Il critique le procédé en usage dans la culture du café, rappelle alors la méthode employéé à Colombie de protection au végetal, insiste sur la necessité de développer les cultures etrangéres tout en utilisant les espèces végétales du pays, fait ressortir l'importance de la culture des espèces indigènes et de leur industrialisation non seulement comme facteur économique mais aussi de fixation de l'homme au sol.

En rappelant les modifications politiques survenues en Afrique et en Asie après l'indépendance des régions productrices des denrées coloniales, l'auteur met en relief les grandes possibilités qui, dans les circonstances actuelles, le Brésil peut avoir dans le commerce mondial, mais qui exigent une meilleur orientation de la part du gouvernement surtout dans la manière de traiter les problèmes de production et de commerce extérieur. C'est seulement en augmentant la productivité agricole et en sélectionnant le produit que le Brésil pourra maintenir et élever la position qu'il occupe dans le marché international. Le pays a perdu le monopole du café, du cacau et du caoutchouc et souffre la concurrence des régions africaines d'influence européenne.

Pour conclure il désapprouve la politique employée pour etablir les prix artificiels du café et déclare que la solution des problèmes agraires se trouve dans une rénovation de la mentalité de l'agriculteur; il faut l'instruire, l'orienter sur la meilleur manière de faire usage du sol.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS DE ANDRADE PINTO*

MAURÍCIO COELHO VIEIRA
(Da Divisão de Geografia)

INTRODUÇÃO

Andrade Pinto acha-se situado no estado do Rio de Janeiro, fazendo parte do município de Vassouras como 3.º distrito. Está compreendido entre 22º 10' e 22º 20' de latitude sul e entre 43º 20' e 43º 30' de longitude oeste do meridiano de Greenwich.

É uma região bem caracterizada tanto no aspecto físico quanto no econômico, sendo que a posição e os meios de transporte são fatôres favoráveis à expansão do comércio quer dentro do próprio município, como podemos observar no mapa de uso da terra, quer com Rio das Flores, Paraíba do Sul e Distrito Federal para onde se escoa a maior parte de sua produção.

Abrange uma área de 73 quilômetros quadrados, ou seja, 5,6% de todo o município, nela vivendo cêrca de 5 000 habitantes, dando uma densidade relativa de 69 habitantes por quilômetro quadrado.

Limita-se ao norte com os municípios de Paraíba do Sul e Rio das Flores, dos quais é separado pelo rio Paraíba do Sul; a leste ainda com o município de Paraíba do Sul; ao sul com Avelar e a oeste com Sebastião de Lacerda, respectivamente 11.º e 8.º distritos do município de Vassouras.

Embora faça parte de uma grande unidade e possua as mesmas características do conjunto denominado vale do Paraíba, Andrade Pinto apresenta certo destaque devido sobretudo à suavidade topográfica.

De fato, a conformação do relêvo não favoreceu os agentes erosivos e por isso as voçorocas, que os locais denominam "panelas" ou "terras podres", são raríssimas, pràticamente inexistentes. Eis a razão por que os solos do distrito em aprêço são considerados os melhores do município e também os mais valorizados. Outro fator que contribui no caso é a decomposição de certas rochas, dando solos férteis em determinadas localidades.

Atualmente a atividade básica é a pecuária, seguida de perto pela avicultura, havendo todavia boas lavouras. Estas têm na abóbora seu produto principal, que juntamente com os legumes, influi de modo considerável para a estabilidade da famosa feira de Avelar e recentemente de Maçambará. Devido a tudo isto, o recenseamento de 1940 apontou Andrade Pinto como o mais populoso distrito, maior mesmo que Vassouras, sede do município.

---

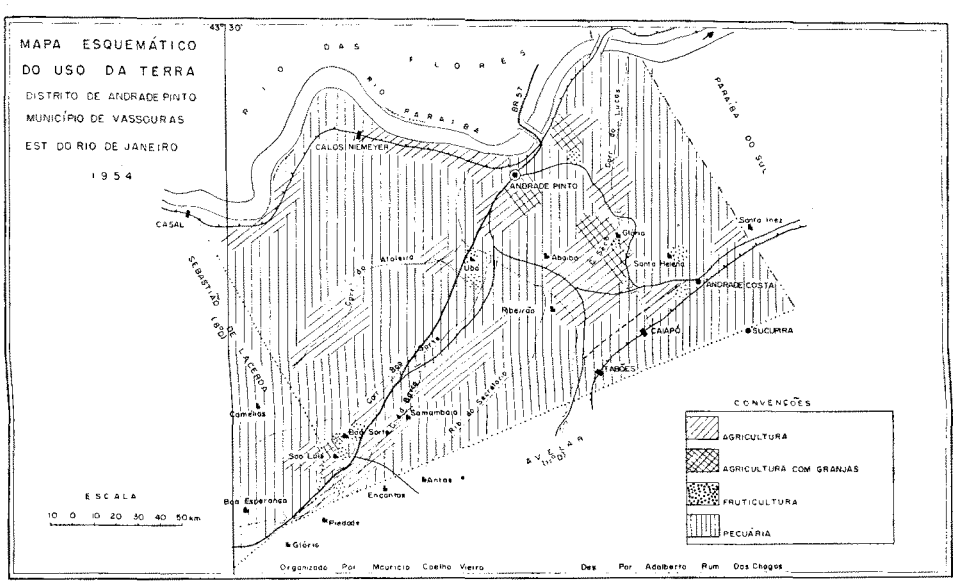
* Tese com que o autor concorreu ao concurso para a carreira de Geógrafo do Conselho Nacional de Geografia — 1954.

Analisando a evolução econômica, notamos anteriormente à pecuária e à avicultura, uma fase de predominância canavieira e outra mais antiga cujo sustentáculo foi o café. A fase canavieira pouco tempo durou porque os resultados não foram compensadores. O café marcou época famosa, tanto na grandeza quanto na decadência.

Como sabemos, Andrade Pinto sofreu como todos os demais distritos de Vassouras, a invasão da agricultura cafeeira. Suas matas foram derrubadas e em seu solo fértil e virgem floresceu a agricultura do café. Porém, a rubiácea que tornou Vassouras a "princesa do café" e fêz aparecer em seus distritos fazendas das mais belas e ricas, como é o caso de São Luís da Boa Sorte, Ubá, Glória e outras, teve também a sua decadência, motivada pela abolição da escravatura e o cansaço do solo.

A derrocada que avassalou todo o município de Vassouras, teve em Andrade Pinto influências menos funestas. Assim sendo, tal distrito como também o de Avelar são hodiernamente as potências econômicas mais estáveis e sólidas do município de Vassouras. Embora a saída dos trabalhadores para o Distrito Federal, Volta Redonda e outras indústrias tenha causado dificuldades à lavoura, a pecuária desenvolveu-se muito, o mesmo acontecendo às granjas. Estas atividades não requerem grande quantidade de homens, como a lavoura e, se todos continuarem a melhorar suas fazendas, teremos dentro em breve um distrito modêlo no tocante à criação, além de ter aumentado seu potencial econômico.

Por outro lado, os meios de transporte que já são bons, melhorarão ainda mais, visto que a estrada-tronco do distrito, que liga Andrade Pinto a Vassouras e Paraíba será asfaltada. Andrade Pinto está, pois, fadado a um progresso vertiginoso e ininterrupto, ampliando consideràvelmente sua prosperidade e grandeza.



CAPÍTULO I

A PAISAGEM NATURAL

Quem pretender estudar a paisagem natural do distrito de Andrade Pinto, terá que se deter no relêvo e constituição geológica, pois a vegetação foi completamente exterminada, dela restando apenas alguns testemunhos espalhados pelas capoeiras existentes. Como se verifica, foi grande a modificação introduzida pelo homem, facilitando a ação do clima através dos elementos temperatura e chuva sôbre o conjunto atual.

Compreende-se assim o reflexo no regime hidrológico e, sobretudo, a evolução econômica.

RELÊVO E GEOLOGIA

Observando a região de Andrade Pito da descida de Maçambará e do caminho para Guaribu, respectivamente, a 480 e 490 metros de altitude, notamos um nível de cristas onde a erosão trabalha ativamente, como podemos verificar pelas ravinas vistas na figura 1. O alinhamento de cristas que sobressai no conjunto, é o nível superior

Fig. 1 — *Vista panorâmica obtida do alto do Chalé, sôbre uma "chapada", a 445 metros de altitude. Vemos à direita o nível superior das cristas com inúmeras ravinas. Mais abaixo está o nível intermediário, em cujas encostas, onde afloram rochas básicas, há excelentes lavouras de abóbora e feijão, notando-se o limite do cultivo pela cumiada revestida de capim. Ao centro avistamos o alto de Maçambará. À esquerda a sede do sítio do Chalé e ao canto após a capoeira inicia-se o vale da Barra. Entre os dois alinhamentos da direita está o córrego Boa Sorte.*

(Foto A. J. P. DOMINGUES)

(480-490 metros), que abrange poucas partes do distrito em estudo, cuja área começa logo após o dito ravimento.

Mais adiante, depois do nível superior, seguido sempre no sentido de Andrade Pinto-Paraíba do Sul, já dentro do distrito, averiguamos que os ravimentos ainda são encontrados, porém em menor número. Estamos em presença de um relêvo mais suave, no qual a orientação é N 70.º E, refletindo a direção do gnaisse, que aí é a rocha predominante. As cristas apresentam então menores altitudes (420-450 metros) e formam um nível intermediário, que é o mais comum na região.

Fig. 2 — *Vale do córrego Boa Sorte, no qual estão instaladas várias fazendas. Vemos ainda a estrada que liga Andrade Pinto a Vassouras, que atualmente está sendo alargada e brevemente será asfaltada. Tem grande influência na economia local.*

(Foto A. J. P. DOMINGUES)

Entre estas cristas existem vales muito abertos, como podemos observar na figura 2, no fundo dos quais há cursos d'água de grande importância para a economia distrital.

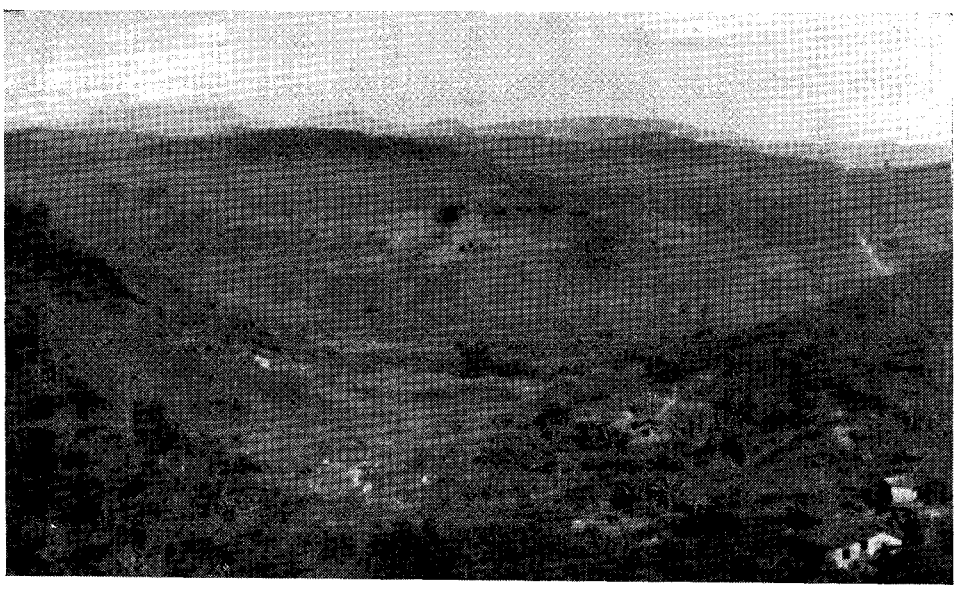


Fig. 3 — *Vista tirada para jusante de um vale estrutural simétrico, a 459 metros de altitude. Vê-se depois, na direção da fazenda dos Encantos, uma capoeira da fazenda São Luís da Boa Sorte, antes da qual, afloram rochas básicas e adiante o alinhamento da Tetéia.*

(Foto A. J. P. DOMINGUES)

Correspondendo ao nível intermediário, encontramos vales suspensos cortando as camadas de gnaisse do nível superior. São vales estruturais de grande utilidade, pois devido a êles os locais transpõem a

Fig. 4 — *Vista tomada na direção da fazenda da Samambaia, notando-se a dessimetria do vale e sua correspondência com o nível intermediário. Ao fundo avistamos as serras de Petrópolis.*

(Foto A. J. P. DOMINGUES)

crista e fazem boas lavouras. As figuras 3 e 4 nos dão uma idéia dos mesmos.

Partindo do rio Paraíba, nas imediações de Carlos Niemeyer, a 313 metros de altitude, na direção de Avelar, temos inicialmente um pequeno terraço de 10 metros (do nível do rio), sôbre o qual existem ótimas lavouras.

Em seguida aparece o nível das colinas: um mais baixo, com cêrca de 20 a 25 metros; outro mais alto com 45 a 50 metros, que vai corresponder ao nível das fazendas Boa Esperança — São Luís e Boa Sorte. Essas colinas correspondem a terraços dissecados pelo rio Paraíba. Seu nível é bem nítido nas margens do Paraíba e nos vales dos córregos Atoleiro, Boa Sorte, Lucas e seu afluente, o córrego Sêco, sendo que o mais alto termina geralmente em "garupas". Nos demais cursos d'água, não mais presenciamos tal panorama.

Em seguida, temos o nível intermediário a 420-450 metros (107-137 metros em relação ao rio Paraíba), bastante regular, que corresponde ao nível Resende-Vassouras, conforme o perfil do rio Paraíba. Êsse nível é denominado "chapada" pelos locais.

Todos os cursos d'água correm segundo a orientação do gnaisse, exceto o rio Ubá, que depois da estação de Tabuões começa a cortar as camadas da mencionada rocha.

A paisagem observada em conjunto tem aspecto "apalacheano".

Dominando todo o conjunto temos o alinhamento da Tetéia, visto na figura 5, com aproximadamente 600 metros de altitude, terminando abruptamente, formando uma escarpa maior. Logo adiante deparamos o rio Ubá e a vila de Avelar, a 485 metros. O alinhamento em

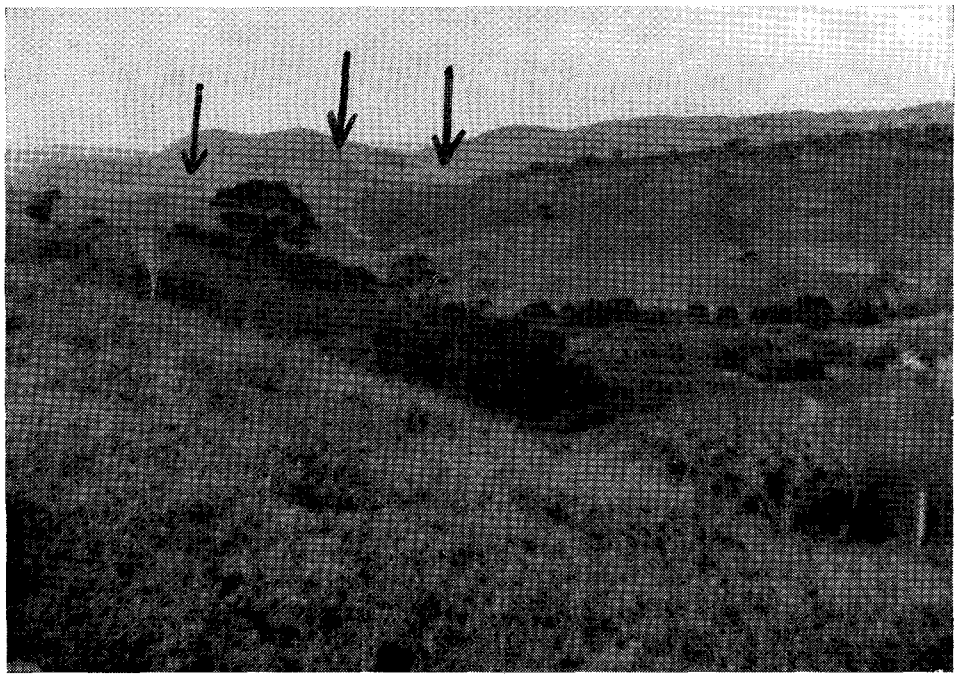


Fig. 5 — *Paisagem próxima da fazenda das Antas e do ribeirão do Secretário. Vê-se o alinhamento da Tetéia com suas voçorocas, indicadas pelas setas.*

(Foto CELMO M. M. VIEIRA)

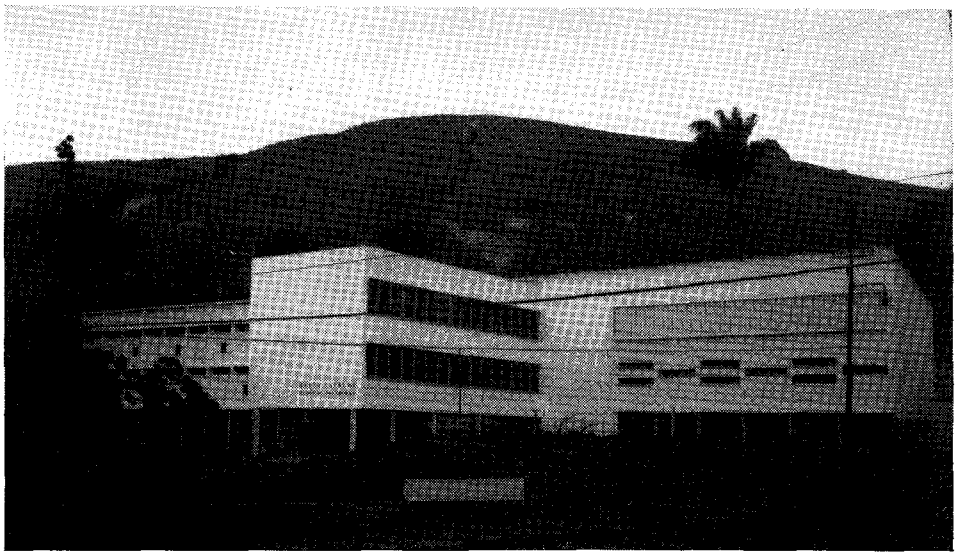


Fig. 6 — *Nota-se no morro atrás do grupo escolar Barão de Vassouras, uma das inúmeras voçorocas que circundam a cidade.*

(Gentileza da Foto Santo Antônio)

aprêço corresponde ao nível de Pindamonhangaba no perfil do rio Paraíba. No alto da Tetéia vimos um péssimo aproveitamento das capoeiras e uma errônea organização de pastagens com utilização de fortes declives. Em conseqüência surgiram recentemente as voçorocas ou "panelas", como chamam os locais. Se não corrigirem os erros, dentro

de algum tempo vislumbraremos aí idêntico cenário ao existente nas proximidades de Sebastião de Lacerda, Vera Cruz e nas cercanias de Vassouras, como vemos na figura 6.

Entre a vila de Andrade Pinto situada a 296 metros de altitude e o povoado de Andrade Costa, com 407 metros, verificamos a existência de um terraço de 10 metros onde se acha localizada a vila. A seguir deparamos o nível das colinas e posteriormente o intermediário. Após êste surge novamente o nível das colinas.

Após Andrade Costa e Avelar o relêvo se vai acentuando para atingir as elevações de Petrópolis.

Em todo o distrito de Andrade Pinto afloram rochas de grande importância para o conjunto.

A mais característica, que simboliza a geologia de Andrade Pinto é o gnaisse, sendo encontrado por tôda parte e sempre exercendo influência, ora na estrutura, ora evitando as voçorocas ("panelas" ou "terras podres"), ora utilizado nas rodovias em forma de saibro.

Além do gnaisse, rocha predominante e responsável pela morfologia, encontramos no 3.º distrito de Vassouras, o diabásio. Aflora desde Maçambará até Andrade Pinto. No nível intermediário situado à margem direita do córrego Boa Sorte, nas proximidades de São Luís (subida para a fazenda da Glória), vimo-lo em grande escala, o mesmo acontecendo na subida da estrada para Andrade Costa, nas imediações de Andrade Pinto. Aparece em forma de dique e de *boulders*, cuja decomposição apresenta esfoliação concêntrica. Perto das fazendas

Fig. 7 — *Afloramento de diabásio entre as fazendas São Luís da Boa Sorte e Glória, notando-se claramente a esfoliação.*

(Foto A. J. P. DOMINGUES)

Abaíba e Ribeirão, verificamos sua ocorrência em um grande dique, ostentando o formato de lâminas conforme observamos no arenito de Freyberg, no córrego São Mateus (bacia do São Francisco). Êstes afloramentos denominados de "pedras de ferro" pelos locais têm enorme influência na agricultura, dando excelentes solos. A figura 7 mostra-nos um dêsses inúmeros *boulders*. Também no município de Paraíba do Sul são vistos afloramentos de rochas básicas.

Fig. 8 — *"Caieira" de dolomita. Sua exploração deu origem a uma indústria de moagem com sede na vila.*

(Foto CELMO M. M. VIEIRA)

Outra rocha de grande utilidade para a economia local é a dolomita, conforme a análise qualitativa feita no Instituto Nacional de Tecnologia. Sendo um carbonato de cal e magnésio $MgCO^3$. $CaCO^3$, muito contribui para a fertilidade dos solos entre Andrade Pinto e Andrade Costa, belo povoado de pequenas porém sólidas lavouras.

Em conseqüência de tal afloramento há perto da vila de Andrade Pinto, a 360 metros de altitude, uma grande "caieira", vista na figura 8, dando origem a interessante indústria: a Moagem de Minério Ltda.

Na margem esquerda do córrego Boa Sorte numa elevação (425 metros de altitude) acima da sede do mesmo nome há quartzo hialino, cujo afloramento é pequeno e não apresenta valor extrativo devido à má qualidade, no ponto de vista industrial.

Além destas já mencionadas, outras rochas podem ser encontradas, porém em menor escala. É o caso da pimelita, verificada em Andrade Costa, mineral que contém silicato ferroso, conforme análise qualitativa do já citado Instituto Nacional de Tecnologia e do pegmatito, que deparamos nas proximidades da Escola São Luís da Boa Sorte, formando um veio de 50 centímetros de largura.

Entretanto, nenhuma das rochas citadas apresenta importância para a morfologia local como o gnaisse, embora tenham relevante papel para os solos particularmente o diabásio, e a dolomita para a indústria.

CAPÍTULO II

A EVOLUÇÃO ECONÔMICA E OS RECURSOS ATUAIS

No estudo da economia podemos determinar três fases distintas: a cafeeira, a canavieira e a atual, compreendida pela pecuária e pequena lavoura.

A fase cafeeira corresponde ao pioneirismo. Seu êxito foi devido à fertilidade dos solos virgens e durou até o cansaço das terras.

A fase canavieira durou pouco tempo, pois o desgaste das terras aliado à ausência de irrigação, adubagem, tipos de cana cultivada e qualidade do produto não poderia dar resultados compensadores.

A fase atual, baseada na pecuária e pequena lavoura é uma conseqüência lógica das anteriores. E se a pequena lavoura tem dado bons resultados é porque nas partes baixas há concentração de húmus ou devido às ocorrências de solos mais férteis existentes no distrito. A influência topográfica por sua vez atenuou as conseqüências da erosão. Entretanto, difìcilmente a atividade agrícola poderá concorrer com a pecuária.

Como vemos, Andrade Pinto sempre se destacou no município de Vassouras. Anteriormente com suas excelentes culturas de café e atualmente através de pequenas lavouras e sobretudo na atividade pecuarista.

FASE CAFEEIRA

Depois de cultivado na Guiana Francesa, o café foi introduzido no Brasil por PALHÊTA, inspirado em JOÃO DA MAIA GAMA, segundo TEODORO BRAGA. As cinco mudas e mil e poucas sementes adquiridas, deram origem aos inúmeros cafèzais brasileiros.

"Introduzido o café na Amazônia, em 1727, era natural que aquela imensa região fôsse o primeiro campo da cultura cafeeira no Bra-

sil. E, assim, se deu, embora não pudesse ela ali prosperar devido às condições climáticas" [1].

Com efeito, as condições do meio não favoreceram o cultivo da rubiácea não só na Amazônia como em todo o Nordeste. Mesmo assim, em 1731, segundo TEODORO BRAGA, foram remetidas para Lisboa pequenas partidas de café do Pará e do Maranhão. Isto fêz com que D. João II isentasse o café de direitos durante doze anos e ainda mais: recomendasse aos seus delegados na Amazônia que incentivassem o seu plantio.

Sendo diminuta a produção da Amazônia como também do Nordeste, apenas o Ceará se destacou com boa produção para a época (encostas das serras de Baturité, Aratanha e Pacatuba), o café começou a se destacar após sua introdução no Rio de Janeiro, em 1860, graças a JOÃO ALBERTO CASTELO BRANCO.

Depois de expandir-se pelo atual Distrito Federal, o café encontrou no território fluminense o meio mais propício.

O obstáculo oferecido pela serra desapareceu em parte. O homem embrenhou-se pelo interior fluminense, conquistando e modificando imensa região habitada por silvícolas e coberta por extensa floresta. Desapareceu o conjunto natural da mata e surgiu outro artificial em seu lugar. A nova fisionomia foi idêntica em todo o vale do rio Paraíba.

"Dois rumos notáveis e principais tomou a invasão cafeeira em terras fluminenses, nos primeiros anos da disseminação da rubiácea: o do noroeste, com os núcleos importíssimos de São João Marcos e Resende, o do norte, de que decorreriam as grandes lavouras de Vassouras, Valença e Paraíba do Sul. A zona oriental da capitania, a de Cantagalo, só mais tarde viria a ser aproveitada pelos cafèzais, já muito depois dos anos da Independência" [2].

Segundo TAUNAY, a zona de Vassouras assumiu "importantíssimo papel nos fastos primevos do café". Bem antes da fundação da cidade o café foi cultivado em Pati do Alferes, destacando-se entre as grandes fazendas a de Pau Grande, de propriedade do barão DE CAPIVARI e depois do filho, o visconde DE UBÁ.

Na atual fazenda de Ubá, da Cia. Centros Pastoris do Brasil, a maior do distrito, o café teve seu cultivo iniciado entre 1800 e 1810. Foi portanto uma das primeiras regiões cultivadas no município.

"Na sesmaria de Vassouras, concedida, em 1782, a FRANCISCO RODRIGUES ALVES e seu sócio, LUÍS HOMEM DE AZEVEDO, erguer-se-ia a capital do café brasileiro nas primeiras décadas do século XIX [3].

Após a chegada de CUSTÓDIO FERREIRA LEITE em 1816, a lavoura cafeeira tomou grande impulso. O notável cafèzista foi um dos maiores animadores da lavoura cafeeira na província do Rio de Janeiro e

---

[1] — AFONSO DE E. TAUNAY — *Pequena História do Café no Brasil* — (1727-1937) — Capítulo II, página 31 — DNC — Rio de Janeiro, 1945.

[2] — AFONSO DE E. TAUNAY — Obra citada — Capítulo II, página 39.

[3] — AFONSO DE E. TAUNAY — Obra citada — Capítulo II, página 39.

também em Minas Gerais. Além do entusiasmo, destacou-se na propaganda, sentindo prazer em abrir novas fazendas. Conseguiu trazer para as terras fluminenses seis irmãos, vários sobrinhos e primos, sendo que quase todos prosperaram.

"Desde os anos do Primeiro Império, como vimos, crescera imenso o cafèzal brasileiro, ocupando áreas cada vez maiores na província fluminense, na Mata de Minas e no norte de São Paulo. Enormes superfícies magnìficamente florestadas haviam sido tomadas de assalto pelas lavouras da rubiácea. E, nada de mais eloqüente para documentar o fato, do que a inspeção das diversas cartas geográficas da região centro-meridional do Império, os mapas sucessivamente impressos, onde vemos os núcleos de população, vilas e cidades surgirem ràpidamente em zonas onde, havia bem pouco, reinava a solidão e vagueavam índios.

Posseiros derrubavam a mata e abriam lavouras que, dentro em breve, os enriqueceriam. Cada vez mais intenso o apêlo ao avolumamento dos braços, reclamados pelos cafèzais novos" [4].

Com isto, a agricultura do café enriqueceu muita gente, mas estragou grande quantidade de terras. Derrubando a mata e plantando-se o café, eram sempre bons os resultados, pois os solos estavam virgens e férteis. Os métodos utilizados, porém, eram péssimos. Os fazendeiros poderiam ter conservado o solo dedicando-lhe um pouco do lucro. Deveriam pelo menos evitar a cultura em declives íngremes, mas assim não procederam. O resultado é que, com o correr do tempo tornaram-no impraticável para a agricultura cafeeira. Cansaram-no demasiadamente. O interessante é que êles bem sabiam das conseqüências futuras, pois tinham exemplos anteriores no Distrito Federal. "Ao passo que as lavouras das matas fluminenses e mineiras haviam progredido de modo tão notável, o centro primitivo de disseminação cafeeira — o carioca, declinava ràpidamente como era de esperar, pois os cafèzais haviam sido plantados, geralmente, nas abas íngremes da serra da Tijuca" [5].

É bem verdade que os nossos agrônomos só vieram a se impressionar com os problemas da erosão muito mais tarde, como salienta Taunay. Francisco Belisário Soares de Sousa fêz a respeito importante crítica, salientando que era mais útil aos agrônomos ensinarem a conservação dos solos do que adubar os já estragados.

Os estragos provocados pelo café, a falta de braços em conseqüência da abolição da escravatura e também o absenteismo, ocasionaram o desaparecimento quase total da lavoura cafeeira do vale do Paraíba. Daí ser célebre e notável o rifão: "pai mineiro, filho cavaleiro, neto sapateiro", isto é, "pai enriquecido, filho gastador ou pródigo, neto pobre" [6].

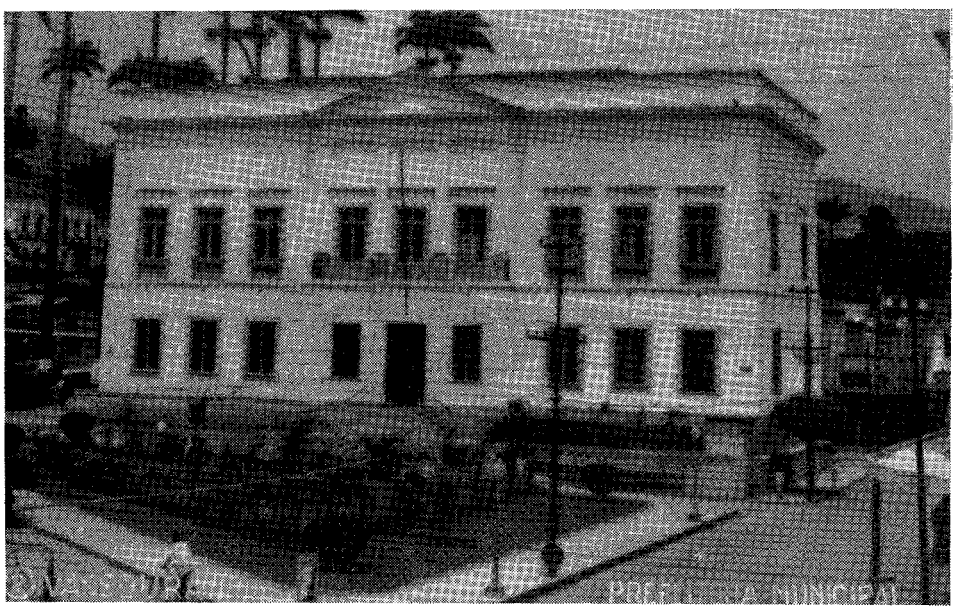
A cultura do café estragou terras não só no vale do Paraíba, mas também no sul de Minas Gerais e em certas partes de São Paulo.

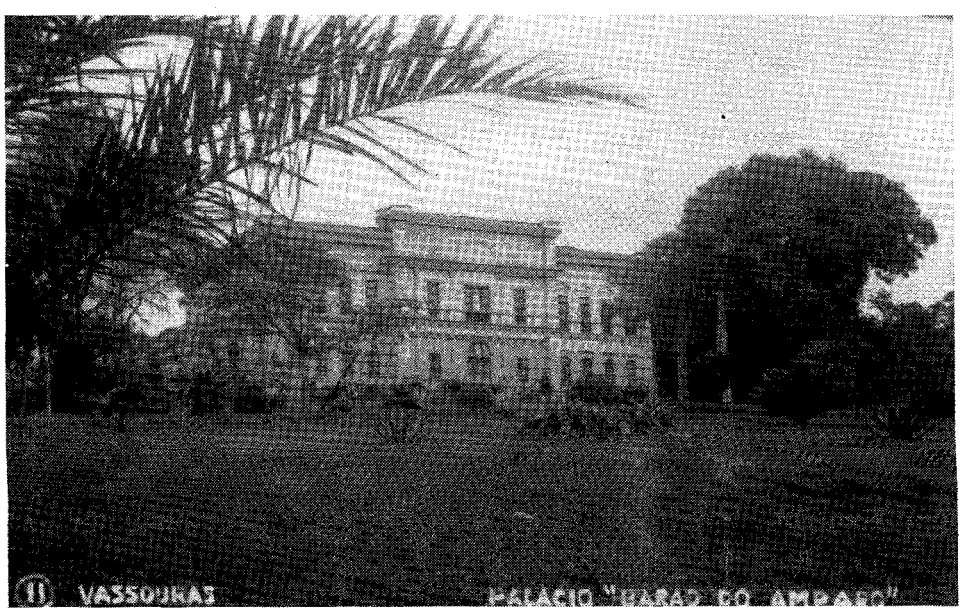
---

[4] — Afonso de E. Taunay — Obra citada — Capítulo VIII, página 117.
[5] — Afonso de E. Taunay — Obra citada — Capítulo VIII, página 120.
[6] — Afonso de E. Taunay — Obra citada — Capítulo XI, página 156.

Embora sejamos forçados a afirmar que a cultura cafeeira muito contribuiu para o nosso comércio externo e para o progresso de todo o vale do Paraíba, somos de opinião que a mesma foi nociva devido aos processos empregados. Em Andrade Pinto a falta de técnica acarretou menos desastres porque sua situação é privilegiada.

O lucro proveniente do café influiu nas cidades e Vassouras é um belo exemplo, como bem atestam as figuras 9 e 10. As magníficas residências não apareceram apenas na sede mas em todo o município como podemos observar no distrito de Andrade Pinto. As figuras 11 e 12 mos-





Figs.9 e 10 — *Ambas testemunham o apogeu e o belo gôsto da aristocracia cafeeira.*
(Gentileza da Foto Santo Antônio)

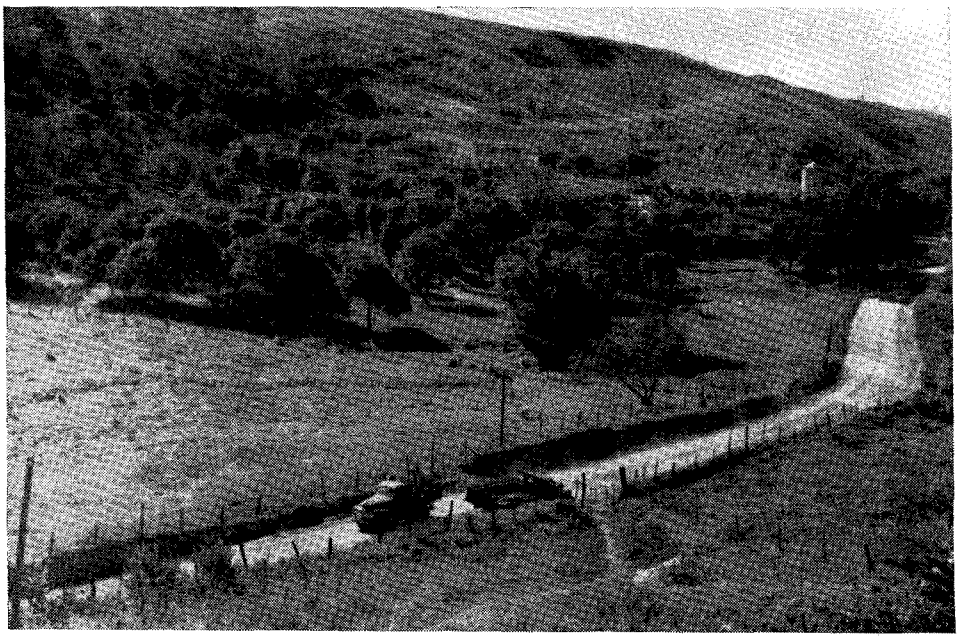


Fig. 11 — *Fazenda São Luís da Boa Sorte, uma das mais belas residências do período cafeeiro. A reforma não modificou seus traços primitivos. Ao redor dela vê-se em primeiro plano a chácara e ao fundo um canavial destinado ao gado, notando-se ainda o silo e a estrada de rodagem.*

(Foto A. J. P. DOMINGUES)

tram-nos dois belos exemplos de fazendas do período cafeeiro no citado distrito.

O mal de estragar terras era congênito. O lema era produzir o máximo e enriquecer depressa. Visavam ao presente, pouco interessando o futuro. Por isso o café marcou duas fases: uma de grandeza e outra de dacadência. Se houvesse menos ganância, até hoje os solos do vale do Paraíba estariam sendo aproveitados como o foram outrora. Sendo uma cultura aberta "é claro que o café foi nocivo por ter sido a única cultura plantada mediante desnudamento do solo" [7]. A figura 13 dá-nos um exemplo de como não se deve desnudar o solo em declives íngremes.

No distrito de Andrade Pinto bem como em outros do município de Vassouras houve cultura canavieira após a do café. Se esta fôsse realizada um pouco antes entre as filas dos cafèzais teria protegido o solo. De fato, sendo uma cultura fechada, as suas touceiras teriam protegido o solo contra a erosão. Por isso JOSÉ SETZER afirma com tôda a razão: "Assim a cana é cultura preciosa a fim de plantar com elas faixas em curvas de nível no meio de grandes extensões de culturas "abertas". Isto sem falar nos seus produtos, açúcar e álcool, que são de grande valor e isentos de riqueza mineral do solo, o que vem a significar que todo o fósforo, potássio, cálcio, azôto, etc., poderiam ser devolvidos ao solo pelas usinas que refinam tais produtos. Ao mesmo tempo o Brasil necessita de combustíveis líquidos e poderia produzir

[7] — JOSÉ SETZER — *Pequeno Curso de Pedologia*, p. 53 — Cons. Nac. Geog., Rio de Janeiro, setembro de 1944.

enormes quantidades de álcool. Mas é proibido plantar cana no estado de São Paulo" [8].

Fig. 12 — *A fazenda da Glória foi outrora importante centro cafeeiro. Hoje, muito retalhada, readquiriu projeção através das excelentes lavouras e da avicultura.*

(Foto CELMO M. M. VIEIRA)

Mesmo sem utilizar a técnica, a agricultura cafeeira foi mais durável no distrito de Andrade Pinto, beneficiada pelas condições físicas e pelos solos mais propícios. Êstes fatôres lhe permitiram a continuidade. Ainda hoje encontramos cafeeiros daqueles tempos e até mesmo plantações, como observamos na fazenda da Glória e em Providência, nas proximidades de Ribeirão.

Das 6 indústrias de café beneficiado existentes no município de Vassouras, Andrade Pinto conta com uma, representada pela Cia. Centros Pastoris do Brasil.

Fig. 13 — *Ravinamentos devido ao desnudamento do solo em Vera Cruz. Aí os agentes erosivos foram mais nocivos devido à declividade.*

(Foto CELMO M. M. VIEIRA)

[8] — JOSÉ SETZER — Obra citada, p. 53.

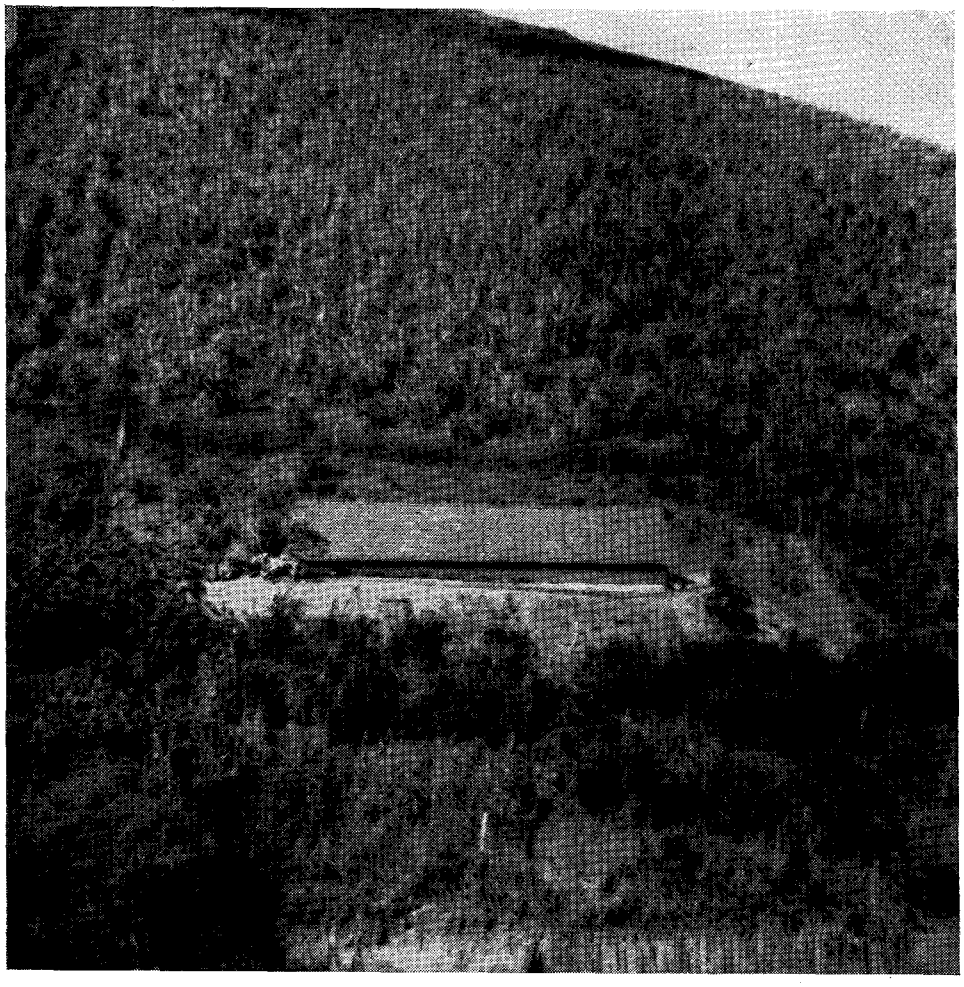


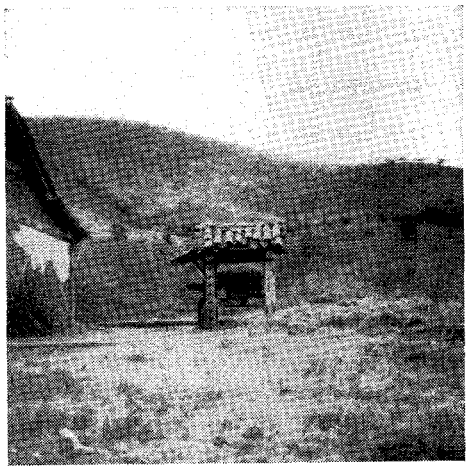
Fig. 14 — *Fazenda dos Encantos (11.º distrito). Vemos na encosta cultura de cana e ao sopé velhos cafèzais. Entre as duas culturas está uma granja.*

(Foto do autor)

As novas lavouras embora bem adubadas jamais darão os resultados de outrora. A fertilidade não se adquire ràpidamente. Daí ter razão FRANCISCO BELISÁRIO "é melhor conservar do que adubar". Hoje não há matas para derrubar, o que equivale a dizer que não há mais solos virgens. Embora não haja "terras podres" ou "panelas", estas terras estão cansadas. Darão café mas adaptam-se melhor a outras lavouras, como atestam os resultados obtidos. Todavia, é preciso mais técnica para conservar e mesmo ampliar os resultados obtidos nas feiras de Avelar, Maçambará e Werneck.

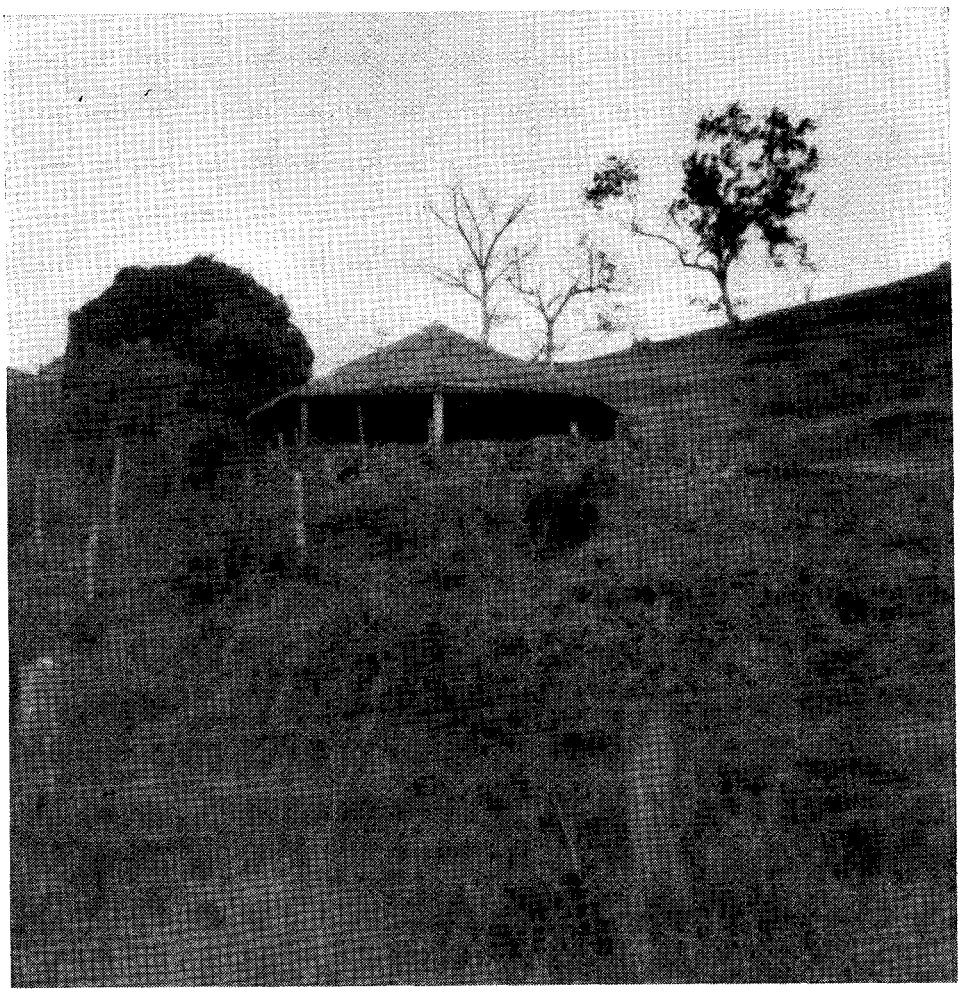
FASE DA CANA-DE-AÇÚCAR

Os canaviais existentes no distrito de Andrade Pinto são cultivados com o objetivo de melhorar a alimentação do gado bovino. Os fazendeiros que usam a cana como forragem visam a duas coisas a um



Figs. 15 e 16 — *A primeira é uma antiga moenda da fazenda São Luís da Boa Sorte, hoje aposentada em virtude de não haver cultura de cana visando à industrialização. A segunda é a moenda de cana da fazenda dos Encantos, cujo fornecimento vem do canavial visto na figura 14, que é de outro proprietário.*

(Fotos do autor)



só tempo: beneficiar o rebanho com sólida alimentação no período sêco do inverno e com isso evitar a queda na produção do leite. Mas tal acontece ùnicamente nas fazendas de criação selecionada e organizada; caso contrário nem se pensa nela.

Com outro objetivo encontramo-la em Aliança e Encantos, respectivamente propriedades do 8.º e 11.º distritos, que visam à fabricação de aguardente. Acreditamos, porém, que a agricultura canavieira entre em decadência e desapareça com o correr dos tempos, exterminando em conseqüência as duas indústrias de aguardente, pois os processos empregados no cultivo são deficientes.

A cana-de-açúcar necessita de trato. Entretanto, a idéia reinante em Andrade Pinto como também nos dois distritos vizinhos é que tal agricultura pode ser feita em qualquer meio e com pouco esfôrço.

A agricultura canavieira pode ser realizada com melhores resultados tanto em Andrade Pinto, que a utiliza como forragem quanto em Aliança e Encantos, que plantando-a para fins industriais deveriam cultivá-la com mais esmero. Tal não acontece porém. Plantam-na nas partes mais elevadas e nos piores solos. Os resultados são péssimos. Sendo cultivada em encostas de declividade desaconselhada, torna difícil a irrigação, que é tida como desnecessária. Além disso tudo, não usam adubo.

Outrora, quando a cana sucedeu ao café e marcou época, sendo cultivada também em melhores solos, podia-se notar a diferença do meio nos resultados obtidos.

O apogeu dos canaviais pouco durou. As causas foram várias. A mais importante foi a queda de preço da aguardente. Fazendas que a tinham como sustento entraram em crise. As que não fabricavam aguardente faziam o açúcar mascavo e o mascavinho, um pouco melhor que o primeiro, apresentando ainda coloração mais clara. Ambos sofreram a concorrência do açúcar branco, que além de melhor, pouca diferença tinha nos preços. Além disso surgiu a abóbora, que na fazenda São Luís da Boa Sorte teve auspiciosa fase.

Enfim, outro fator que influiu foi a falta de lenha para estas indústrias, pois não havendo matas e sendo poucas as capoeiras, as dificuldades aumentavam de ano para ano.

O resultado disto tudo foi o extermínio da cana como atividade básica, melhorando em conseqüência as capoeiras.

A FASE ATUAL

1. Pequenas lavouras

A atual agricultura do distrito de Andrade Pinto caracteriza-se pela policultura, embora haja predominância da abóbora. Anteriormente, como vimos, distinguiu-se pela monocultura, a princípio do café e depois da cana, que pouco tempo durou.

É uma agricultura que apresenta bom rendimento, pesando na economia local. Sobrepujam-na a pecuária e a avicultura, que são atualmente as atividades predominantes, como vemos pelo mapa de aproveitamento do solo. Mesmo assim, a variedade, e, em certas épocas, a

quantidade, surpreendem os que visitam as feiras de Avelar, Maçambará e Werneck.

Para uma região outrora dominada pela monocultura cafeeira, os resultados são bons. Os estragos oriundos da má técnica aplicada ao uso da terra aí foram menos funestos. A topografia mais suave contendo em sua estrutura o gnaisse, não permitiu que os agentes erosivos criassem uma paisagem desoladora como verificamos em Sebastião de Lacerda, Vassouras, Vera-Cruz e outras partes, onde as voçorocas dominam e aumentam gradativamente. A situação de Andrade Pinto é excelente em comparação com os citados lugares.

Além da topografia favorável, as rochas que nêle afloram, como o diabásio e o calcário, proporcionam-lhe solos férteis e mesmo profundos como observamos no vale do córrego Sêco, entre a vila de Andrade Pinto e o povoado de Andrade Costa (Fig. 17). Os vales são mais utilizados para a lavoura porque concentram maior porcentagem de

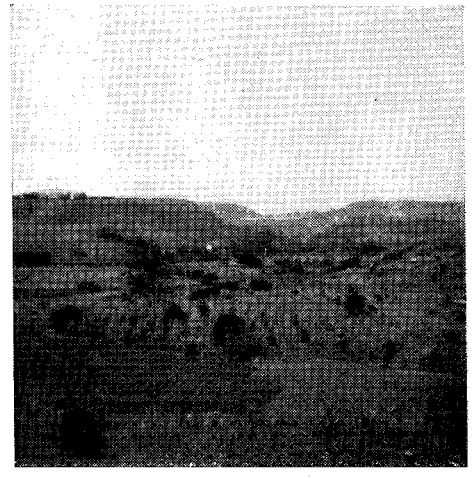
Fig. 17 — *Solo derivado da dolomita. Vê-se na parte mais escura a "terra humosa" apresentando 50 centímetros de espessura.*

(Foto do autor)

húmus e sais minerais. Segundo um lavrador local, 6 litros de milho dão 10 sacos no morro e 20 na várzea ou seja exatamente o dôbro.

Os resultados poderiam ser melhores se fôssem utilizados processos mais adequados. É verdade que já progrediram. Não empregam as queimadas, pois já conhecem os seus efeitos. Os de maior recurso já usam o trator, mas de modo geral, predominam o arado e a enxada. Falta ainda muita técnica, emprêgo de curvas de nível, terraços, etc. Utilizam muito bem os vales e com irrigação.

As culturas são feitas, geralmente, no início das chuvas, fins de setembro até março. Estas exercem grande influência. Quando faltam, ocasionam transtornos, mormente quando a lavoura se destina à ração do gado. O milho consumido na fazenda São Luís da Boa Sorte vem de São Paulo.



Figs. 18 e 19 — *Da direita para a esquerda vemos os vales dos córregos Lucas e da Barra com suas culturas, evidenciando-se a variedade do primeiro*
(Fotos do autor)

Entre as grandes propriedades, como a fazenda Samambaia com 219,6150 hectares, a lavoura é feita a meia. O proprietária dá a terra lavrada e as sementes e o meeiro cuida da mesma até o fim, recebendo ainda financiamento para os gastos particulares. Os que trabalham na lavoura são geralmente os idosos e as crianças.

As safras são vendidas nas feiras de Avelar e Maçambará, sendo que esta última tende a capturar boa parte do comércio da primeira, em virtude dos melhoramentos na estrada-tronco.

Embora a lavoura tenha dado lucro, notamos que os agricultores são prejudicados, pois os produtos são vendidos aos intermediários. O preço é quase padrão. Se houvesse o sistema de cooperativa seria mais interessante, como atestam as granjas.

As maiores lavouras são as de abóbora e feijão, seguidas das de pimentão, milho, tomate, etc.

A abóbora é cultivada em qualquer época, sendo que as lavouras de encosta são feitas no período das chuvas; as de várzea durante todo

Fig. 20 — *Culturas de feijão e abóbora próximas à fazenda São Luís da Boa Sorte. Os terrenos são derivados do diabásio.*

(Foto de A. J. P. DOMINGUES)

Fig. 21 — *Solos oriundos do calcário dolomítico. Belo exemplo da variedade de culturas existentes no córrego Sêco: feijão, pimentão e fruticultura.*

(Foto do autor)

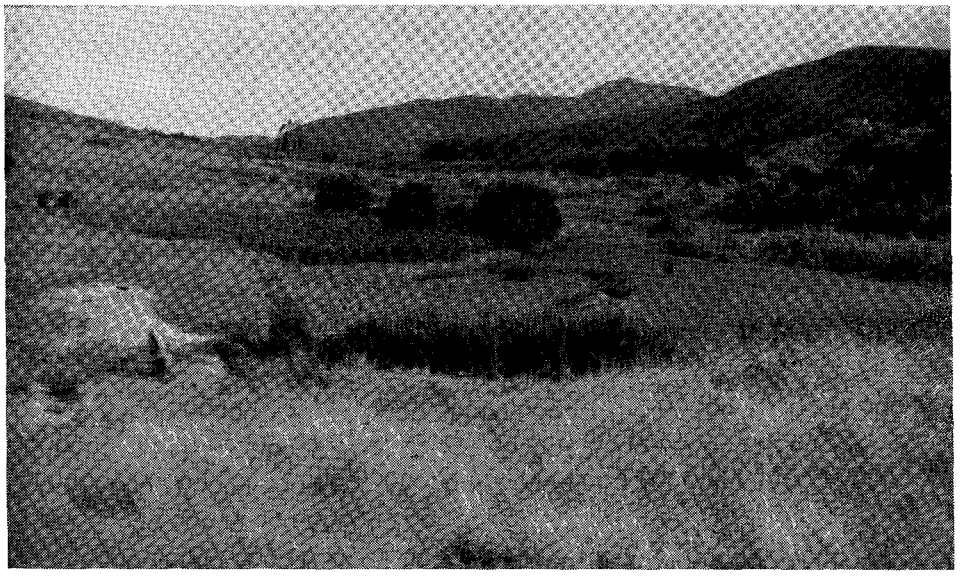


Fig. 22 — *Culturas de feijão e cana-de-açúcar associadas às granjas, próximas ao córrego Lucas.*
(Foto do autor)

o ano devido à possibilidade de irrigação, o mesmo se dando com o pimentão.

O feijão é cultivado no fim e no princípio das chuvas e o milho sòmente no comêço.

Os produtos de inverno são: repôlho, ervilha, cebola, alho, cenoura e berinjela, com início em maio ou junho.

Fig. 23 — *Feira de Avelar, para onde converge grande parte das safras do distrito.*
(Foto CELMO M. M. VIEIRA)

As hortaliças destinam-se ao consumo local e às granjas.

De modo geral, as safras crescem no verão e decrescem no inverno, quando aumentam de preço. O quadro abaixo nos dá uma idéia a respeito.

PRODUTOS	MÉDIA DIÁRIA (Toneladas)		PREÇO	
	Verão	Inverno	Verão	Inverno
Abóbora	20	1	0,60 — 1,00	1,00 — 1,50
Vagem	20	7	2,50 — 3,00	4,00 — 5,00
Pimentão	50 pregados*	6 pregados	100,00	200,00 — 250,00

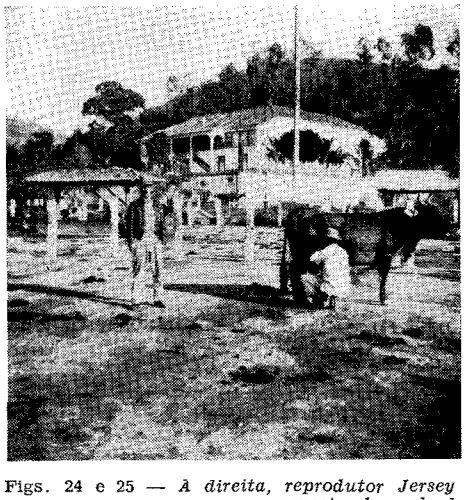
* Caixa dividida ao meio.

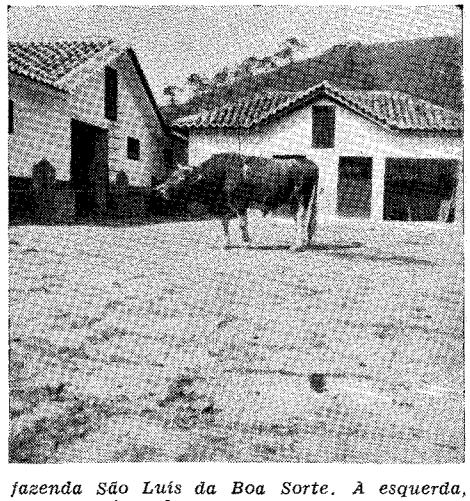
Como vemos, as lavouras de Andrade Pinto são boas. Influem grandemente nas feiras do município e conseqüentemente no Distrito Federal, para onde seus produtos são enviados na quase totalidade.

2. Criação de gado bovino

Três quartas partes do distrito ocupam-se da pecuária. Esta é a atividade predominante, destacando-se as fazendas de Ubá (Cia. Centros Pastoris do Brasil), Santa Helena (S. A. Agropecuária Santa Helena) e São Luís da Boa Sorte. Destas, as duas últimas sobressaem porque além do gado selecionado, adotam técnicas modernas. Por isso, embora possuam áreas menores, apresentam maior produção de leite em relação ao espaço ocupado, como demonstra o quadro abaixo.

FAZENDAS	Área (ha)	Litros de leite (junho de 1954)
Cia. Centros Pastoris do Brasil	2 952,9000	32 035
S. A. Agropecuária Santa Helena	533,0188	21 000
São Luís da Boa Sorte	441,6500	13 517





Figs. 24 e 25 — *À direita, reprodutor Jersey da fazenda São Luís da Boa Sorte. À esquerda, aspecto da ordenha na mesma fazenda.*

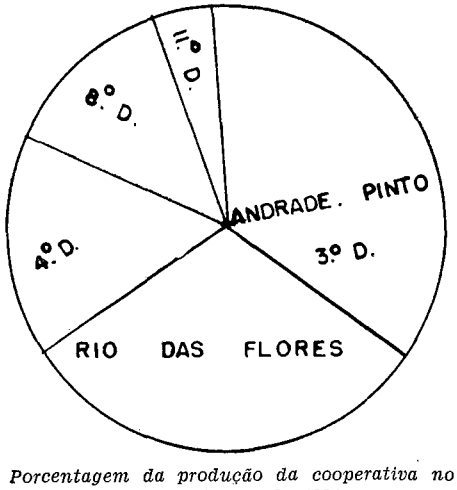
(Fotos A. J. P. DOMINGUES)

As demais não usam técnicas e em conseqüência a produção é baixa em relação à área. Precisam selecionar o rebanho. Possuir vacas não significa produzir leite. Enquanto não melhorarem a raça os resultados não serão compensadores. É preferível poucas e boas reses do que muitas e ruins. Já há tendências selecionadoras, como observamos na fazenda São Lourenço. Os resultados alcançados pelas fazendas Santa Helena e São Luís da Boa Sorte estão servindo de exemplo. Muitas já possuem bons reprodutores e daqui a algum tempo estarão com um rebanho melhor.

As pastagens, entretanto, necessitam de modificações. Os pastos grandes devem ser divididos para evitar o esgotamento. Subdivididos permitem o rodízio e evitam as conseqüências da erosão. É necessário ainda cultivar o capim, como vem acontecendo nas duas fazendas citadas. Estas, além dos pastos tratados, cultivam cana e milho para o rebanho. A primeira é usada picada e o segundo destina-se aos silos; tais forragens visam a melhorar a alimentação, mormente no período sêco do inverno, sendo ainda consumidas nos estábulos.

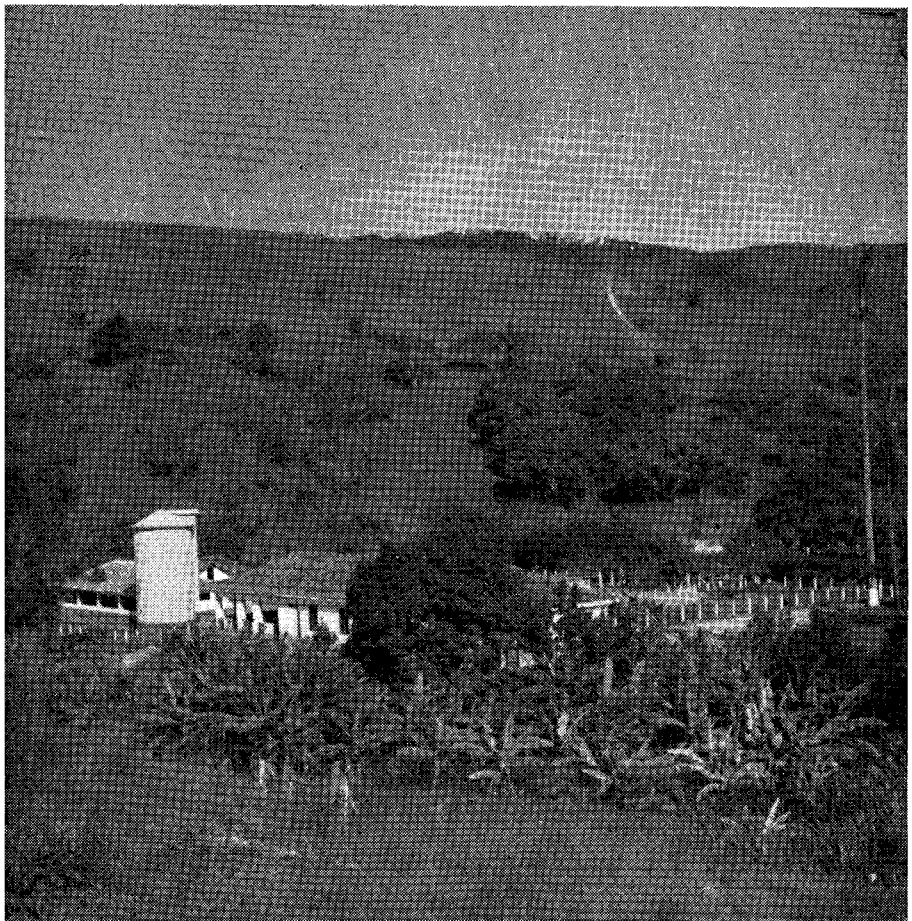
A pecuária está em franco progresso. É mais estável do que a lavoura e devido a isto é a atividade principal. Seu crescimento, todavia, contribuiu para reduzir a população do distrito, pois não necessita de tantos braços como a lavoura.

A atual produção de leite é boa, como verificamos pelos dados referentes ao mês de junho dêste ano e tende a aumentar. A Cooperativa Agropecuária de Andrade Pinto Ltda. está bem organizada. A organização, o melhoramento nas estradas e a posição estratégica influíram na sua ascensão. Além dos distritos vizinhos, o município de Rio das Flores contribui para aumentar a produção da referida cooperativa, como observamos pelo total do mês de junho (59 746 litros). Isto não diminui a sua importância, pois as fazendas Santa Helena com 21 000 litros de leite, Providência com 4 500, Horizonte com 1 800 e a propriedade do senhor ARNALDO SALGADO com 3 000, concorrem com o total de 100 631 litros mensais para a Cooperativa de Lacticínios de Paraíba do Sul.



Porcentagem da produção da cooperativa no mês de junho de 1954.

A produção total da Cooperativa Agropecuária de Andrade Pinto Ltda. no mês de junho foi de 196 010 litros, sendo a contribuição do distrito de 70 331 litros. Se desprezássemos o total dos distritos vizinhos e municípios de Rio das Flores e somássemos o leite que vai para Paraíba, teríamos para o distrito 170 962. Como vemos, o 3.º distrito de Vassouras está com boa produção de leite. Aí notamos a influência das pastagens e do gado raçado (Jersey e Guernesey) nos resultados.

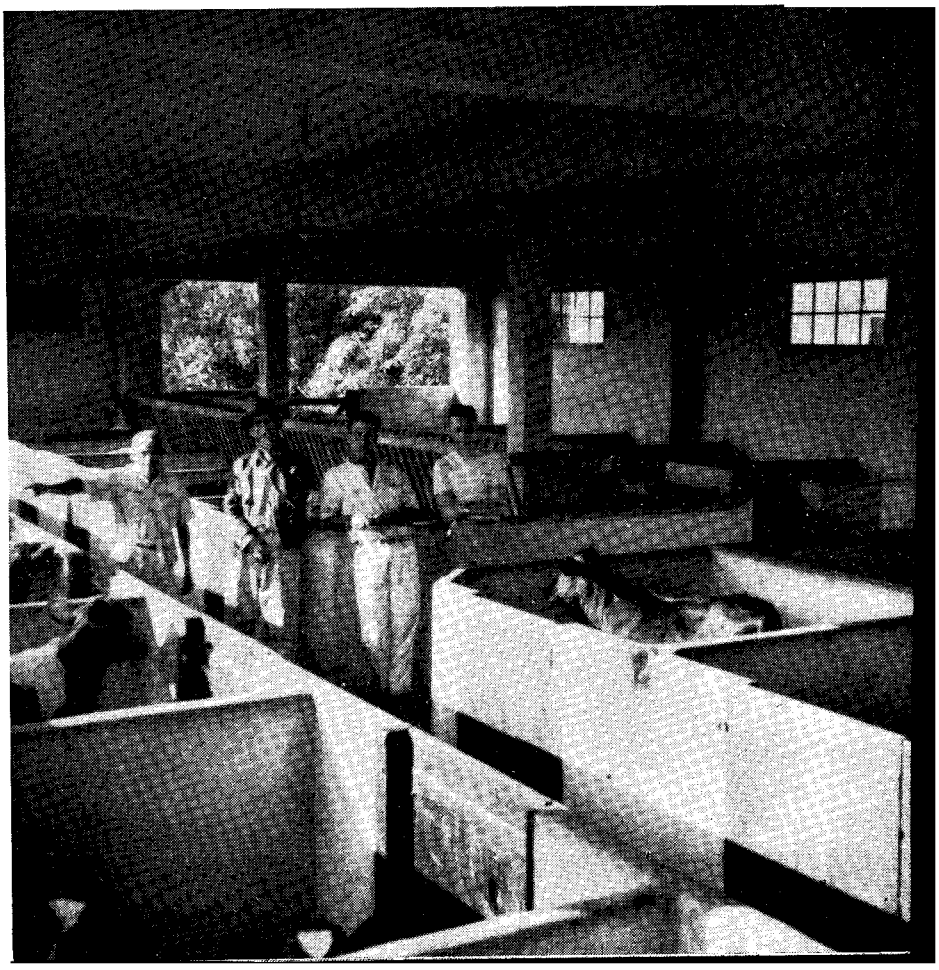


Figs. 26 e 27 — *Êstes silos das fazendas Santa Helena e São Luís da Boa Sorte testemunham o empenho dos respectivos proprietários na alimentação do gado.*

(Fotos do autor)

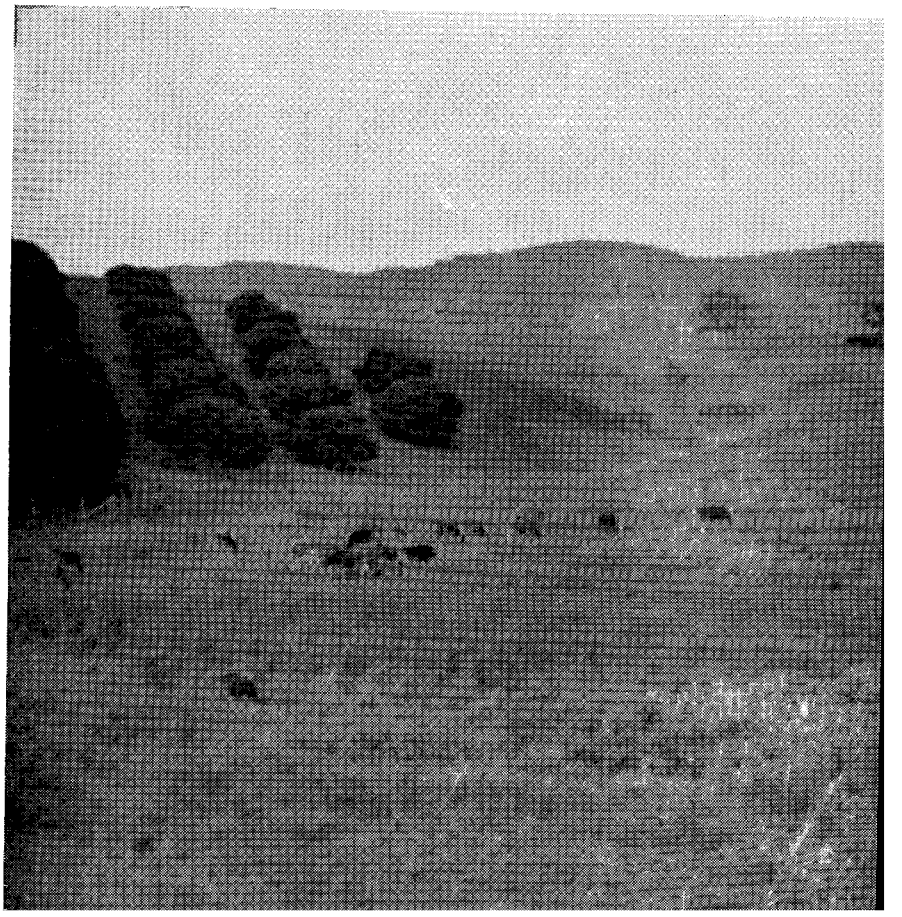
Figs. 28 e 29 — *Estábulo e creche da fazenda São Luís da Boa Sorte.*

(Fotos A. J. P. DOMINGUES)



Figs. 30 e 31 — *Pastagens da fazenda Santa Helena. Note-se a ausência de ervas e outras plantas inúteis, que anualmente são retiradas pelas roçadas.*

(Fotos do autor)



O leite é pago aos cooperados de acôrdo com o teor de gordura, conforme a tabela abaixo. Vem para o Rio com 3,3 e da gordura retirada fabrica-se manteiga.

TABELA DE PAGAMENTO DO LEITE SÔBRE O TEOR DE GORDURA EM DEZEMBRO DE 1953 a 30-4-954, AINDA EM VIGOR

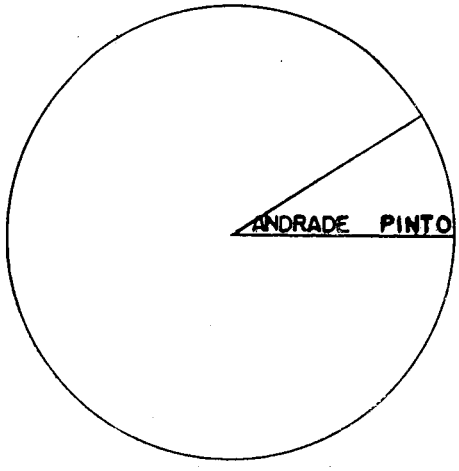
TEOR	PREÇO
3,5	Cr$ 2,70
3,6	" 2,72
3,7	" 2,74
3,8	" 2,76
3,9	" 2,78
4	" 2,80
4,1	" 2,82
4,2	" 2,84
4,3	" 2,86
4,4	" 2,88
4,5	" 2,90
4,6	" 2,92
4,7	" 2,94
4,8	" 2,96
4,9	" 2,98
5	" 3,00

3. A avicultura

É neste setor que encontramos melhor organização. De fato, quase todos os avicultores do distrito possuem criação selecionada, empregando na mesma tôda a técnica recomendável. O mesmo não podemos dizer com respeito à pecuária, pois apenas duas fazendas são organizadas, apresentando rebanho raçado, pastos tratados, silos e estábulos.

As granjas de Andrade Pinto são excelentes. A construção dos aviários demonstra-nos o bom aproveitamento do meio. O homem soube utilizar as condições mais favoráveis. As aves são devidamente tratadas. Além das rações indicadas, vacinas, etc., há hortas especiais, visando a melhorar a alimentação, como observamos na Glória, que é o centro principal desta atividade.

Os avicultores estão habilitados em suas funções. Até cruzamento para beneficiá-los com bom preço na venda das aves velhas já está sendo pôsto em prática. As Leghorns, por exemplo, dão excelentes resultados na produção de ovos e por isso são as que existem em maior número. Quando atingem a curva de decréscimo são vendidas para o corte, mas os preços são inferiores. O seu cruzamento com New Hampshire dá bom resultado e satisfaz aos dois casos. Daí o emprêgo do cruzamento. Encontramos na região tôdas as raças afamadas.



Porcentagem de Andrade Pinto na cooperativa de Benfica.

A organização tem recompensado os avicultores, fazendo Andrade Pinto sobressair na Cooperativa dos Avicultores de Benfica Ltda. Assim, em 1953, dos Cr$ 14 297 269,40 de ovos enviados à cooperativa, o distrito contribuiu com a apreciável soma de Cr$ 3 223 303,80 ou seja 22,3%. Quantia extraordinária, pois sòmente 10 enviaram ovos para a citada cooperativa. Esta contém 144 cooperados. Logo, a média de Andrade Pinto é de 322 330,38 e da cooperativa 10 034,99.

Êste ano a contribuição deverá duplicar-se, pois além dos 10 cooperados do ano passado, outros que até então vendiam aos intermediários, registraram-se na mesma. O processo da cooperativa é interessante pois fornece o retôrno no fim do ano. Assim, o primeiro colocado do distrito em 1953 enviou Cr$ 858 579,80 de mercadorias e teve Cr$ 234,802,30 de dividendo, perfazendo o total de Cr$ 1 073 382,10. Se vendesse ao intermediário, o lucro seria menor. Aparentemente, os intermediários pagam mais. Atualmente a cooperativa paga os ovos a Cr$ 20,00 a dúzia e os intermediários a Cr$ 22,00, portanto Cr$ 2,00 a

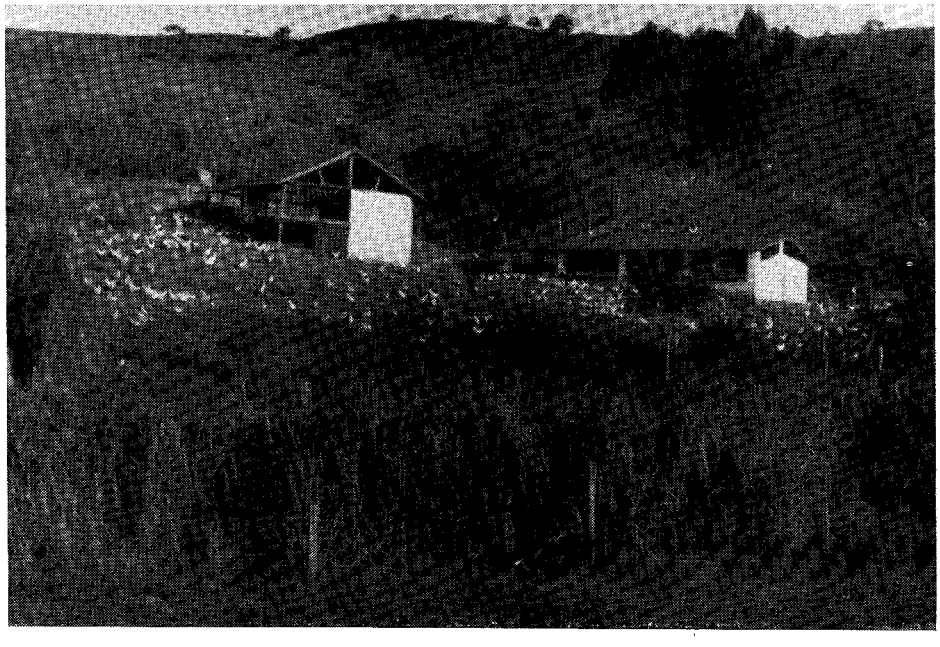


Fig. 32 — *Granja São Lourenço, situada a 1 quilômetro da vila. Observe-se a disposição dos aviários com as paredes protegendo-os do vento.*

(Foto A. J. P. Domingues)

mais. Como vemos, o sistema de cooperativas é interessante e deveria ser utilizado também na agricultura.

O número de granjas tem aumentado e futuramente os resultados serão ainda maiores e estáveis, pois a técnica vem sendo aprimorada.

Fig. 33 — *Granja São Luís da Boa Sorte. Propriedade do administrador da fazenda do mesmo nome. Nota-se a disposição protetora do aviário e duas raças Leghorn e Rhode-Island.*

(Foto A. J. P. DOMINGUES)

Fig. 34 — *Granja da Glória, maior fornecedora do distrito no presente ano*

(Foto CELMO M. M. VIEIRA)

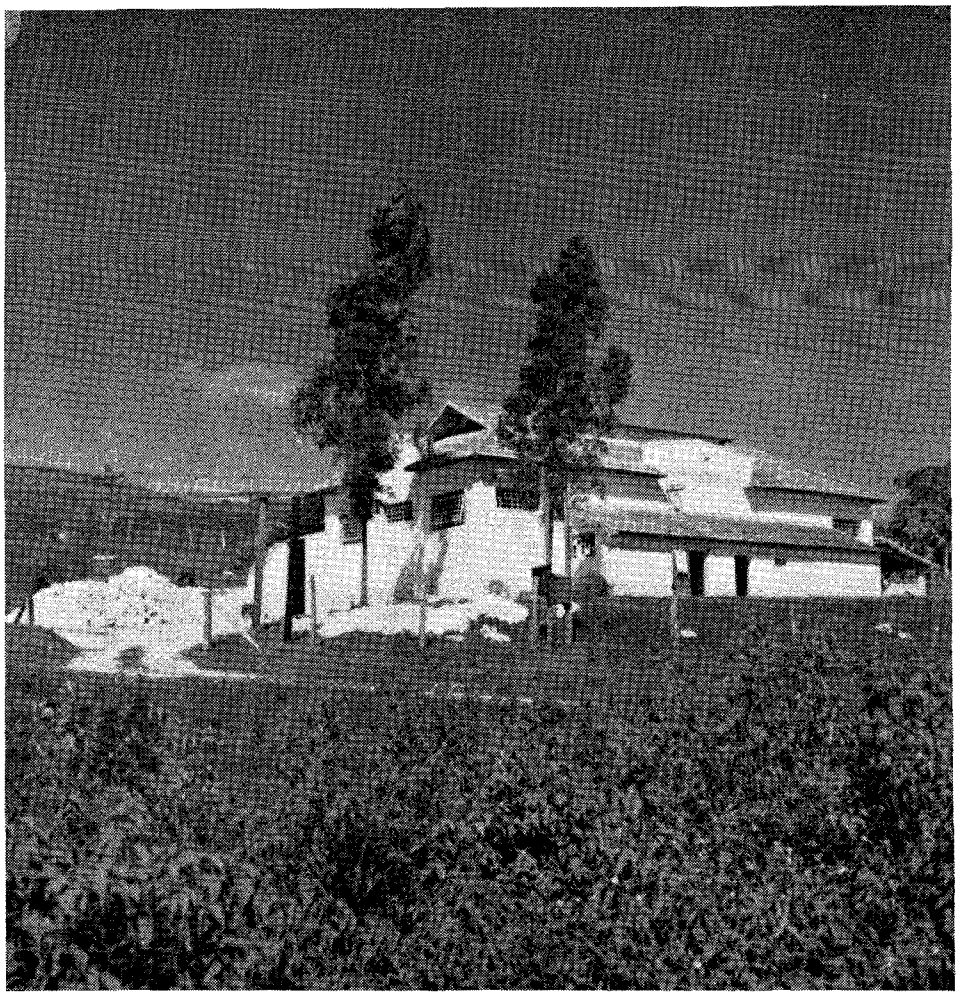


Fig. 35 — *Moagem de Minério Ltda. com sede na vila.*
(Foto A. J. P. DOMINGUES)

4. As indústrias

As indústrias mais importantes de Andrade Pinto são a Cerâmica de Andrade Pinto Ltda. e a Moagem de Minério Ltda., ambas situadas na vila. A primeira tem concorrido para a modernização das residências, pois fabrica tijolos e manilhas, tendo ainda comércio fora, inclusive Rio de Janeiro. A segunda ocupa-se da moagem do calcário dolomítico, compreendendo três tipos: R, para revestimento; T, para calçamento (asfalto) e V, para vidro. O primeiro é vendido em Caxias (Casa Francesa) e em São Cristóvão (Macedo Serra); o segundo na rua Frei Caneca (Cia. Auxiliar de Viação e Obras) e o terceiro em Juiz de Fora.

O calcário dolomítico, conforme análise quantitativa feita no Instituto Nacional de Tecnologia apresenta 19,87% MgO e 31,15% de CaO. Emprega-se também na lavoura, porém raramente. Nestas duas indústrias concentra-se a maior parte da população da vila.

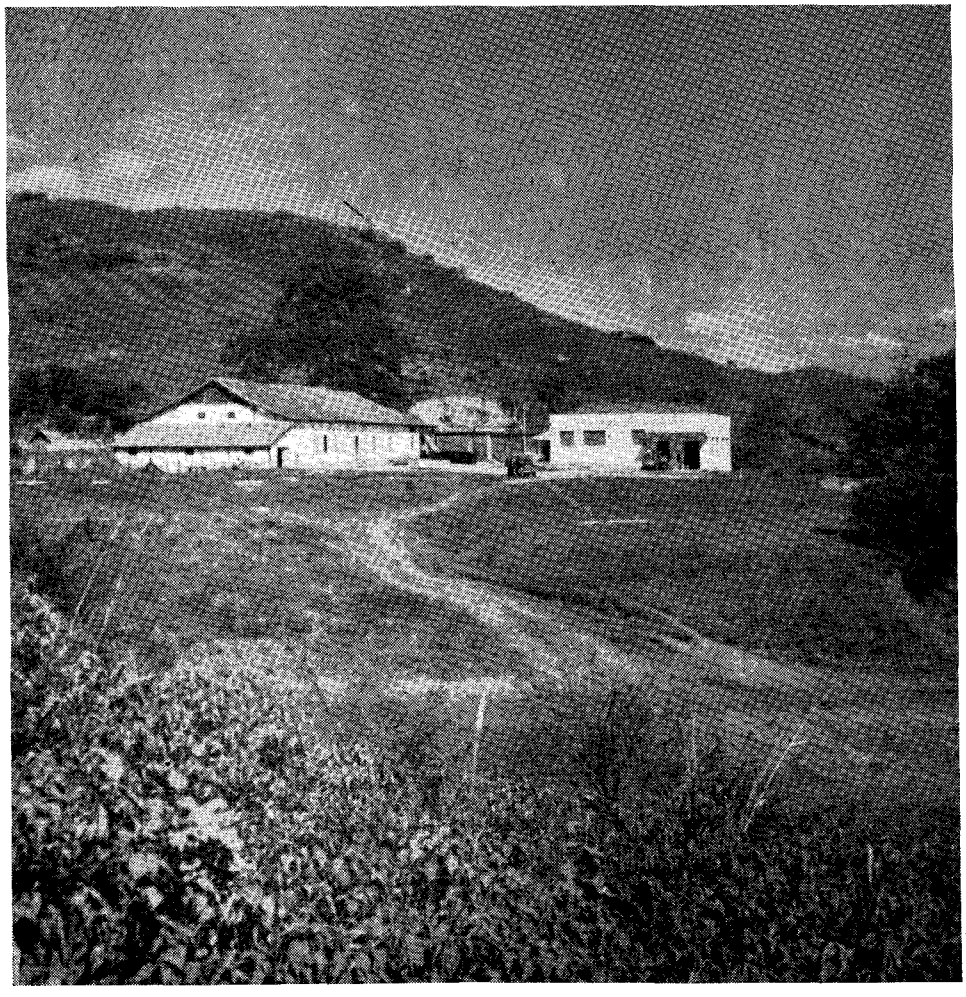


Fig. 36 — *Cooperativa Agropecuária de Andrade Pinto, com sede na fazenda de Ubá.*
(Foto A. J. P. DOMINGUES)

Além destas, outra indústria importante é a da manteiga, fabricada na fazenda de Ubá pela Cooperativa Agropecuária de Andrade Pinto Ltda. Produz uma média de 9 000 quilos mensais, tendo por mercado o Rio de Janeiro.

As demais, constam de padarias, moinhos, etc., de âmbito apenas local.

CONCLUSÃO

Em linhas gerais, o distrito de Andrade Pinto apresenta características semelhantes a todo o vale do Paraíba.

Pelo exposto, podemos concluir o seguinte:

1.º) O distrito de Andrade Pinto é beneficiado pela topografia e pela geologia. Se não fôssem êsses fatôres, teríamos aí o mesmo aspecto desolador de outras regiões estragadas pelo mau aproveitamento do solo no período do apogeu cafeeiro.

2.º) Os solos locais, embora cansados, ainda permitem agricultura compensadora no fundo dos vales e em encostas, quando oriundos de rochas cuja decomposição favorece a lavoura.

3.º) O clima mesmo apresentando duas estações: uma sêca e fria, outra chuvosa e quente, não determina a paralisação da agricultura no inverno, porque a mesma pode ser praticada nos vales, onde os cursos d'água, mesmo pequenos, permitem a irrigação.

4.º) A atual agricultura, apesar de bom rendimento, vem decrescendo em virtude da dificuldade da mão-de-obra e do predomínio da pecuária e da avicultura. Os resultados são compensadores mas poderiam ser melhores se as mercadorias fôssem vendidas diretamente aos mercados e não a intermediários.

5.º) A fase cafeeira se extinguiu devido principalmente ao cansaço do solo.

6.º) O período da cana-de-açúcar, além do mau aproveitamento do meio, durou pouco devido à queda da aguardente e à concorrência do açúcar refinado.

7.º) A pecuária tem-se desenvolvido porque exige menor mão-de-obra, é mais estável e conta com processos seletivos.

8.º) A avicultura tem dado resultados porque a organização é boa, contando com a assistência dos proprietários que residem no local e com a Cooperativa de Benfica, que é um mercado certo e compensador.

9.º) A causa da diminuição da população é devida à pecuária e à avicultura que não exigem grande número de braços e, em parte, à atração das cidades, onde os jovens permanecem após o serviço militar.

10.º) A vila, apesar de bem situada, cresce vagarosamente porque os proprietários da maior parte dos lotes estão mais interessados nos problemas das fazendas e sítios. A população não é grande porque além da Cerâmica de Andrade Pinto Ltda. e da Moagem de Minério Ltda. não há outro horizonte de trabalho.

11.º) A situação do distrito, bem como a qualidade das estradas, são fatôres que facilitam o intercâmbio com os grandes centros.

Em suma, podemos dizer, que o atual panorama de Andrade Pinto é de franco progresso, e deverá melhorar futuramente. Como vemos, sua importância econômica é grande e deverá ser maior, desde que continuem aprimorando os processos empregados em qualquer uma das atividades.

BIBLIOGRAFIA

1 — *Anuário Estatístico do Brasil* — Conselho Nacional de Geografia, 1953.

2 — *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro* — Conselho Nacional de Geografia, 1953.

3 — BARBOSA DE OLIVEIRA, Américo L. — "Deficiências da Economia Rural Brasileira" — *Boletim Geográfico,* ano IV, n.º 46, janeiro de 1947.

4 — BERNARDES, Lísia Maria Cavalcanti — "Tipos de Clima do Estado do Rio de Janeiro" — *Revista Brasileira de Geografia,* ano XIV, n.º 1, janeiro-março de 1952.

5 — BERNARDES, Nilo — "Divisão Regional do Estado do Rio de Janeiro" — *Boletim Geográfico,* ano VII, n.º 81, dezembro de 1949.

6 — BUARQUE DE LIMA, Olga — "O Vale do Paraíba" — *Boletim Geográfico,* ano VII, n.º 78, setembro de 1949.

7 — "Censo de 1950" — *Boletim Resumo* fornecido pela agência do IBGE de Vassouras.

8 — CORREIA NETO, Pedro — "Êxodo dos Trabalhadores Rurais" — *Boletim Geográfico,* ano II, n.º 20, novembro de 1944.

9 — COSTA PEREIRA, José Veríssimo — "Introdução ao Estudo do Vale Médio do Paraíba" — *Boletim Geográfico,* ano I, n.º 8, novembro de 1943.

10 — DEFFONTAINES, Pierre — "O Paraíba, Estudo de Rio no Brasil" — *Boletim Geográfico,* ano III, n.º 30, setembro de 1945.

11 — FIGUEIREDO MONTEIRO, Carlos Augusto de — *Angra dos Reis* — (Guia da Excursão) — Conselho Nacional de Geografia — 1954.

12 — GUIMARÃES, Djalma — *Arqui-Brasil e sua Evolução Geológica* — Ministério da Agricultura, 1951.

13 — LAMEGO, Alberto Ribeiro — *O Homem e a Serra* — Conselho Nacional de Geografia, 1950.

14 — MACEDO SOARES GUIMARÃES, Fábio — "O Vale do Paraíba" — *Boletim Geográfico,* ano I, n.º 4, julho de 1943.

15 — PÔRTO DOMINGUES, Alfredo José — *Município de Paraíba, Estado do Rio de Janeiro* — Relatório de Geomorfologia apresentado em 13-12-48.

16 — PÔRTO DOMINGUES, Alfredo José — "O Vale do Paraíba" — *Boletim Geográfico,* ano II, n.º 23, fevereiro de 1945.

17 — QUINTIÈRE, Léia — "O Vale do Paraíba tem sua História" — *Boletim Geográfico,* ano VII, n.º 73, abril de 1949.

18 — *Registro de Lavradores e Criadores* — Volume III — Ministério da Agricultura — Serviço de Estatística da Produção, 1952.

19 — RUELLAN, Francis — "O Litoral — A Serra — O Vale do Paraíba" — *Boletim Geográfico,* ano II, n.º 23, fevereiro de 1945.

20 — RUELLAN, Francis — *Excursão a Teresópolis* (Guia) — Conselho Nacional de Geografia, 1951.

21 — RAPÔSO, Inácio — *História de Vassouras* — Fundação 1.º de Maio, Vassouras, 1935.

22 — *Sinopse Estatística do Município de Vassouras* — Conselho Nacional de Estatística, 1948.

23 — TEIXEIRA DE OLIVEIRA — *Vida Maravilhosa e Burlesca do Café* — 2.ª edição — 1942.

24 — TAUNAY, Afonso de E. — *Pequena História do Café no Brasil* (1927—1937) — Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro, 1945.

SUMMARY

The author, geographer of the Conselho Nacional de Geografia, analyses in his article the geographical aspects of Andrade Pinto, a district from the municipality of Vassouras, in Rio de Janeiro State.

In the first chapter, the author examines the natural landscape, emphasizing the relief features and the geology and showing the influence of topography and geological structure on the local economy.

In the second chapter he studies the economical evolution of the region and the present resources, establishing three different economic phases; those of coffee and sugar cane and the present one, consisting of cattle and a poor agriculture.

In the coffee phase the author analyses the high period of coffee, plantations and the agricultural systems employed, showing that, in Andrade Pinto, the favourable conditions of the topography make possible the employment of those systems.

Next he shows the aims of the present sugar cane plantations and points out the factors of its failure as a basic economical resource, calling the attention to the errors still practiced in the surrounding Districts.

The present phase is subdivided in: little farming, cattle, aiviaries and industries:

In the study of little farming, the author emphasizes the importance of the humus concentration at the bottom of the valleys and of the fertile soils originated from basic rocks; as well as the influence of the crops in Avelar, Maçambará and Werneck fairs. Cattle is now the principal activity and an improving one. Aviculture is also studied, the advantages of the cooperativism being pointed out through the "Cooperativa de Benfica". The industrial development is shown in the last part of the paper.

Concluding, the author points out the reasons for the occurring phenomena saying of the promising future of Andrade Pinto.

RÉSUMÉ

L'auteur, géographe du Conselho Nacional de Geografia, étude les aspects géographiques du district de Andrade Pinto, appertenant au municipe de Vassouras, de l'État de Rio de Janeiro.

Au prémier chapitre, l'auteur décrit le paysage naturel du district, en détachant surtout l'influence que la suavité du rélief et la constitution géologique exercent sur l'économie locale.

Au seconde chapitre, il nous parle de l'évolution économique en établissant trois phases distinctes: celle du café, celle de la canne à sucre, et, enfin, la phase actuelle — élévage et petite agriculture.

En nous décrivant la prémière période il analise non seulement l'apogée du café mais aussi les conséquences postérieures de ce système agricole, qui, dans cette région, grâce à l'influence favorable de la topographie, ont étés moins nuisibles.

Ensuite il examine les objectifs de la culture de la canne à sucre, en signalant les causes de son insuccès qui finirent par l'abolir comme ressource économique de base; l'auteur nous montre alors les erreurs qui, encore aujourd'hui, peuvent être observés dans les districts voisins.

La phase actuelle est subdivisée en subchapitres: petite agriculture, élévage, aviculture et industries.

Quant à l'agriculture l'auteur insiste sur l'importance des vallées dont la fertilité est due à la concentraction de l'humus et aux sols originaires des roches basiques; cette fertilité peut être constatée aux foires de Avelar, Maçambará et Werneck.

L'élévagé, en constant progrès, est devenu la principale activité de la région et son importance est évidente.

L'auteur étudie, encore, l'aviculture et les bienfaits du cooperativisme en donnant comme exemple la Coopérative de Benfica.

Enfin, il nous parle du dévèloppement industriel, et conclut en prévoyant un avenir plein de promesse pour Andrade Pinto.

OCUPAÇÃO HUMANA E APROVEITAMENTO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA *

MARIETTA MANDARINO BARCELLOS
(Da Divisão de Geografia)

INTRODUÇÃO

O município de Mangaratiba, região muito pouco estudada, conta com uma bibliografia mínima. Torna-se mesmo impossível fazer-lhe um estudo retrospectivo, com precisão.

Poucos têm sido os estudiosos que se detiveram em observá-la, apesar de ter tido a sua época alvissareira e de apogeu.

Situado a sudeste do estado do Rio de Janeiro, nas proximidades do Distrito Federal, compreende a ponta rochosa e arredores, que limita a oeste a baixada de Sepetiba. Sua área é de 333 quilômetros quadrados, abrangendo em sua quase totalidade terrenos montanhosos, recobertos em grande parte por matas. Os trechos de terras planas são de pequena extensão, restritos à faixa litorânea.

O litoral é aí muito recortado e, seus mares pontilhados de numerosas ilhas; nesta costa destaca-se a enseada de Mangaratiba, que constitui um ancoradouro abrigado. Nela encontramos uma cidade, atualmente em plena decadência, cujas origens remontam aos primórdios da nossa colonização.

A distribuição da população nessa localidade, fêz-se de maneira muito dispersa, porquanto as elevações se aproximando demais da praia ou mesmo banhando o seu sopé nas águas da baía, iriam tornar as terras planas e baixas, de rara e difícil comunicação entre si.

Ainda em nossos dias, a comunicação entre o distrito de Conceição do Jacareí e o de Mangaratiba, é feito por uma estreita estrada, que nada mais é do que um caminho de tropa.

O objetivo dêste estudo, é tentar mostrar a ocupação humana da região nas suas diversas atividades econômicas.

ASPECTO FISÍSICO DA REGIÃO

Quando observamos o estado do Rio, temos a nossa atenção voltada para um grande acidente que corta o estado, de leste para oeste: é a serra do Mar.

Enquanto a leste a serra do Mar corre longe, bem afastada do litoral, permitindo a existência de uma série de pequenos alinhamentos litorâneos, isolados, em meio a uma extensa baixada, ao nos deslocarmos para o ocidente, esta mesma serra, inflete para sudoeste (Fig. 1).

---

* Tese apresentada no concurso para a carreira de Geógrafo do Conselho Nacional de Geografia.

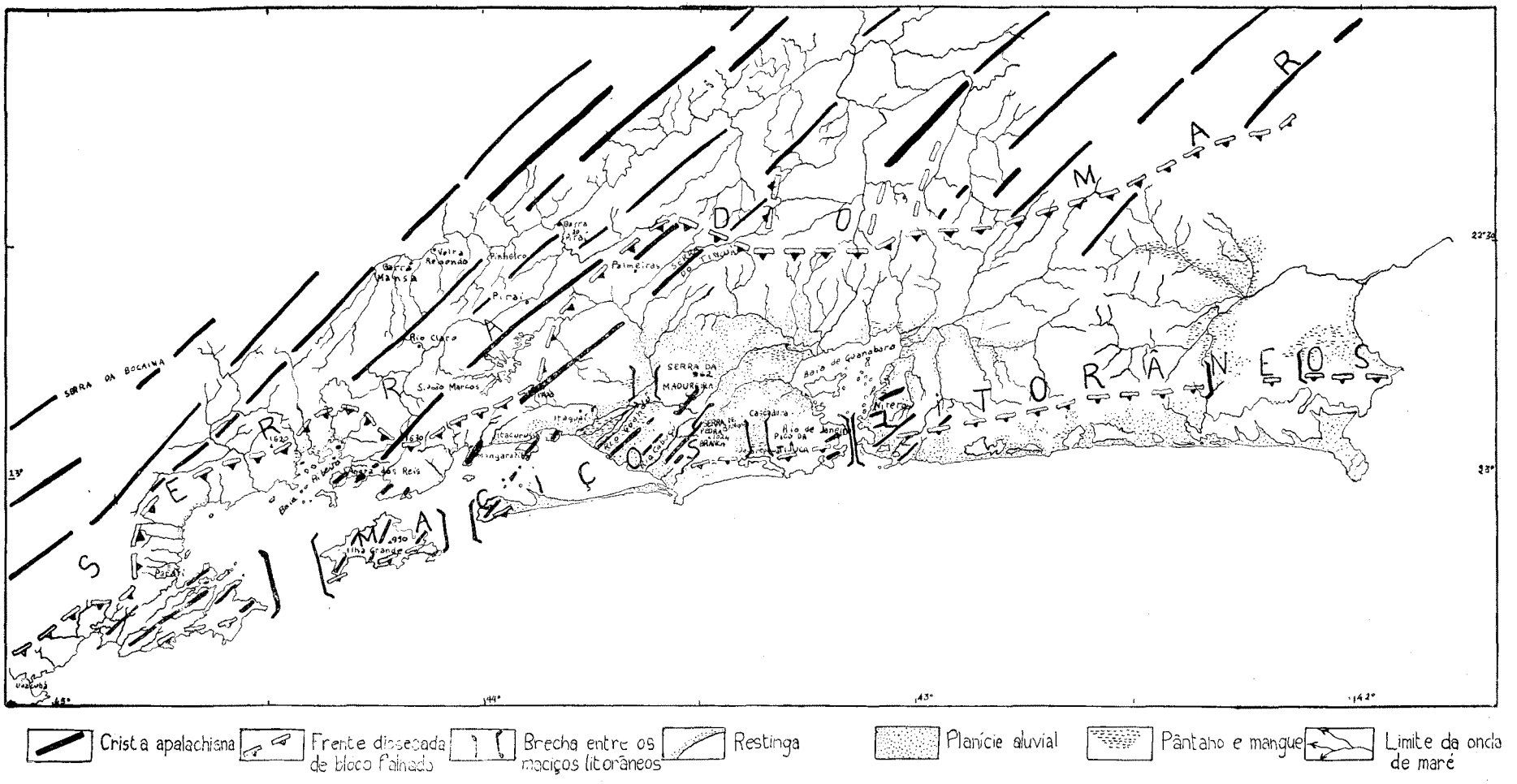


Fig. 2 — *Fonte*: Francis Ruellan — *in "Evolução Geomorfológica da Baía de Guanabara"*.

Fig. 3 — *Planície do Saco de Mangaratiba entre pontões que se lançam mar a dentro.*

A baixada não mais se estende em continuidade, pois as elevações rochosas emergem diretamente do oceano, dando-lhe um tamanho diminuto, sendo a maior, a planície denominada do Saco, que é bastante fértil, mas não muito aproveitada atualmente, como se pode ver na figura 2.

Fica pois a baixada restrita a pequenas áreas no fundo de exíguas reentrâncias do litoral: baías essas, segundo BACKHEUSER [1], que se encontram numa zona de imersão porque não há falésias.

As serras litorâneas que não se apresentam ligadas ao continente, pela baixada, mas ficam isoladas no meio da baia, transformaram-se em ilhas, das quais a mais importante é a Ilha Grande.

Temos aqui um litoral rochoso, cheio de reentrâncias e pontões. Nas enseadas o mar é calmo, pois está protegido pela restinga da Ma-

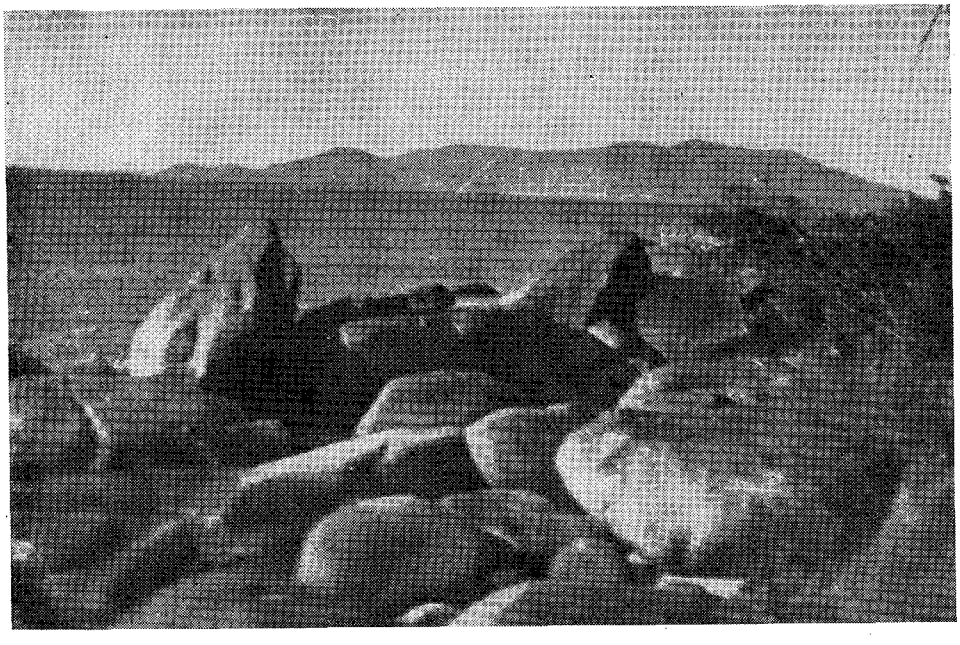


Fig. 4 — *Matacões derivados da desagregação das elevações rochosas, muito comuns nesta região.*

(Fotos do autor)

---

[1] — BACKHEUSER, Everardo — *A Faixa do Brasil Meridional* — Rio de Janeiro — 1918.

rambaia, pela Ilha Grande e outras pequenas ilhas e pelos pontões que defendem a costa contra a ação das vagas, como se fôssem diques.

As serras que rodeiam a baía de Sepetiba, se apresentam intensamente entalhadas pelos pequenos rios, alguns dos quais de regime torrencial, correndo em meio a grandes matacões, muito freqüentes nesse litoral. Os sedimentos no baixo curso dêsses rios, são bastante finos, predominando a argila e areia.

Na região em estudo, podemos distinguir feições diversas: *a) serra do Mar e seus contrafortes;* b) *os maciços litorâneos* (compreendidos pelas ilhas circunvizinhas) e c) as *pequenas baixadas* ou *planícies aluvionais*.

a) *Serra do Mar e seus contrafortes*:

A serra, nessa região, nada mais é do que um gigantesco paredão que serve de divisor das águas locais e onde os rios descem torrencialmente, constituindo saltos e rápidos. Quando atingem a região plana, êles apresentam grande modificação no seu perfil longitudinal, o declive torna-se mínimo, quase horizontal, em contraste com o perfil acidentado da região serrana.

A diferença de nível, que o perfil longitudinal dessas correntes apresenta, está sendo utilizado inteligentemente pelo homem, para a produção da energia elétrica, isto é observado no rio da Lapa (com aproximadamente 6 000 HP) onde existe uma usina, que fornece energia para todo o município. Esta usina, que foi melhorada com novas construções, está produzindo 165 000 kW para a luz e 56 000 kW para fôrça. Outra pequena queda d'água é verificada no rio Muriqui, ainda não aproveitada.

Embora existam muitos outros rios, que drenam essa região escarpada, não são muitas as quedas d'água.

A maioria dêsses rios não são caudalosos, dentre êstes destacamos o Catumbi e o Muriqui, que deságuam na praia de Muriqui. O rio Saí que deságua próximo à estação de Saí, nasce num profundo vale entre as serras de Itaguaçu e das Lajes; possui êste último percurso bastante longo, no correr do qual recebe inúmeros afluentes.

O rio do Saco, que em sua parte superior, é aproveitado para energia hidráulica, quando atravessa a planície que tem o nome de Saco de Mangaratiba; torna-a fértil; seu curso é sinuoso e desemboca no mar, após percorrer a praia de uma extremidade a outra, o que é bastante freqüente nas costas de restinga.

A serra é um obstáculo que se apresenta como vigorosa vertente bastante dissecada.

O aspecto desta escarpa, parece mostrar-nos que a mesma é bastante jovem. O seu rejuvenescimento terá sido relativamente recente, pois a erosão é ainda muito enérgica. Se ela existisse desde o período arqueano, há muito a erosão a teria carregado e solapado totalmente.

A própria umidade reinante daria sua contribuição nesse trabalho de erosão elementar.

Ao observarmos a encosta, deparamos patamares, que aliás se repetem nas ilhas, como podemos observar na fotografia abaixo, os quais poderão corresponder a reajustamentos do Escudo Brasileiro. No trecho entre Guaratiba e Mangaratiba, parece terem ocorrido movimentos da costa, como provam os pequenos terraços.

Ocorrem aqui também pequenos depósitos de conchas, em mistura a restos de cozinha e ossos. Êstes depósitos estão, às vêzes, a vários quilômetros do litoral, o que pode ser explicado pela incorporação de novas restingas e aumento constante da baixada.

Fig. 5 — *Patamares freqüentes neste litoral e visíveis, de preferência nas ilhas dessa baía.* (Foto do autor)

Várias são as hipóteses que se apresentam para a formação desta grande frente; entretanto, a explicação contida no trabalho do professor FRANCIS RUELLAN [2] em que êle a considera uma frente dissecada de bloco falhado, parece satisfazer-nos.

A teoria do professor acima citado, diz que a escarpa da serra do Mar, teve origem devido a uma falha. Apresenta a face abrupta voltada para o mar, correspondendo à frente já dissecada, por pequenos rios, que fizeram recuar a escarpa que não corresponde mais à primitiva falha.

Êstes blocos foram alçados e têm inclinação suave para a bacia do Paraíba. Devido a isto, rios que nascem na vertente setentrional fluem em direção oposta à costa, indo no sentido do vale do Paraíba.

Esta escarpa, é relativamente recente, possìvelmente contemporânea das falhas que afetaram o Escudo Brasileiro no cretáceo.

---

[2] — RUELLAN, Francis — "Evolução Geomorfológica da Baía de Guanabara e das Regiões Circunvizinhas" in *Revista Brasileira de Geografia,* ano VI, n.º 4 — 1944.

Posteriormente à formação da escarpa, a erosão trabalhou ativamente e as regiões ribeirinhas ficaram atulhadas por sedimentos trazidos pelos pequenos rios, que descem ao litoral.

O nível do mar não permaneceu estável, tendo sofrido oscilações, que se traduzem pelo trabalho de modelagem no litoral, culminando com o aparecimento dos baixos níveis marinhos. O mar, após modelar os níveis de 15 a 20 metros estêve num nível bem inferior ao atual, como documentam os meandros submarinos.

O afogamento do litoral dessa região, fêz surgir um tipo de costa em "rias".

A costa da baía de Sepetiba é [3] o prolongamento do eixo de batólito, como também os afloramentos de granito da Guanabara.

A escarpa apresenta uma camada de solo resultante da decomposição de gnaisses e granitos relativamente grande, isto se explica pela intensa umidade que prepondera na região, devido à serra servir de anteparo às massas de ar carregadas de umidade, vindas do oceano.

Os maciços litorâneos teriam sido formados por possíveis rupturas ocasionadas por desabamentos, dando origem a ilhas e, forma a encosta atlântica. Essas rupturas transversais, sujeitas a solapamentos, quando subordinada à lei de gravidade, se desprenderam formando grandes blocos de rocha, alguns encontrados nas próprias ruas da cidade (Fig. 6).

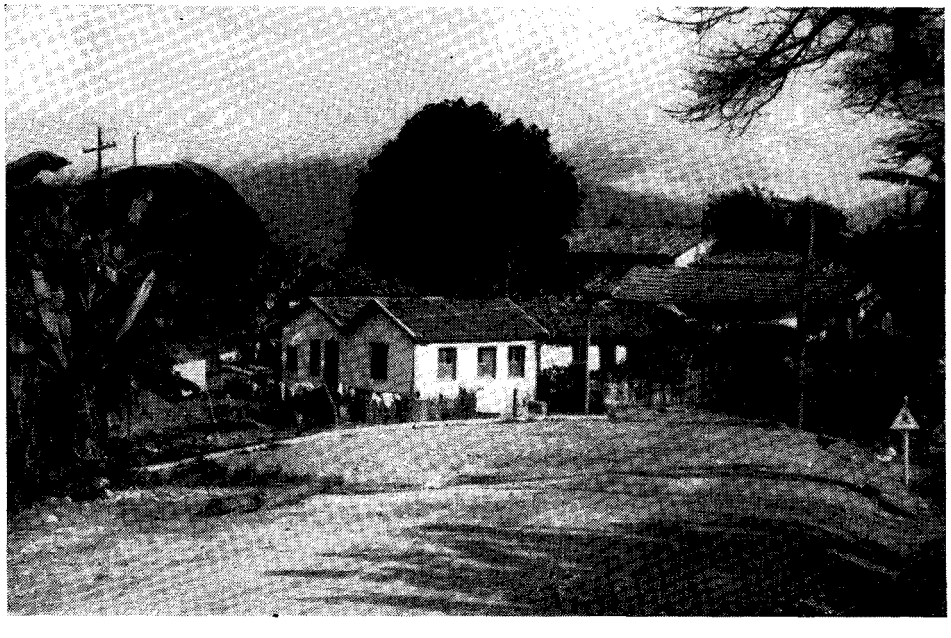


Fig. 6 — *Vemos à esquerda grande bloco desagregado da rocha em uma das ruas da cidade, ao lado das casas e pés de banana.*

(Foto do autor)

---

[3] — LAMEGO, Alberto Ribeiro — *O Homem e a Guanabara* — Biblioteca Geográfica Brasileira — Publ. n.º 5 — Série A.

As massas montanhosas quando constituídas de rochas mais ou menos homogêneas, têm as suas superfícies decompostas, em conseqüência de estarem expostas à ação de vários agentes, como variações da temperatura que provocam a expansão e a contração das moléculas rochosas.

Outro fator é a ação da água das chuvas, de preferência quando essas rochas estão expostas ao intenso calor solar. Justamente é o que se verifica nessa região, pois as chuvas coincidem com a estação quente; secundàriamente podem contribuir ainda para esta decomposição, as raízes das plantas, que penetram pelo solo, como ainda a atuação dos animais escavadores.

Estas rochas decompostas, se desprendem por esfoliação em estratos concêntricos, produzindo blocos que tombam encosta abaixo acumulando-se no sopé das elevações.

As ilhas próximas a êsses litorais, são testemunhos das serras litorâneas, que se conservam separadas do continente, por não ter havido ainda tempo suficiente para se soldarem ao mesmo.

Comparando-se os contrafortes e os maciços litorâneos, vemos que as diferenças mais frisantes entre êles, são a altitude, que é bem menor entre os segundos e a orientação que toma êsse relêvo [4]. Em Muriqui, o gnaisse apresenta forte inclinação para NW dando como conseqüência formas monoclinais.

Quanto às rochas reinantes, são idênticas às da escarpa e às dos maciços litorâneos. Encontram-se intercalando-se, gnaisses e granitos.

De modo geral, em todo o sul fluminense, a predominância, seria do gnaisse, como no pico da Marambaia, na Ilha Grande e em Parati. Nos arredores de Muriqui, êle é muito encontrado, com uma inclinação de camadas, entre esta localidade e Praia Grande, de N 80° L e 35° para NW.

Na região de Conceição do Jacareí o gnaisse parece ser mais rico em mica e, talvez se relacione ao gnaisse de Angra dos Reis, que está muito próximo.

No distrito de Mangaratiba, verificamos a existência de granitos, com grande quantidade de xenolitos (Fig. 7); ou ainda intercalada de veios de diabásio no granito-gnaisse. A ocorrência de tais filões constitui fato bastante comum nesta região da costa fluminense e carioca.

Ao subirmos a estrada que liga Mangaratiba à cidade do Rio de Janeiro, surge o gnaisse bastante perturbado e decomposto, devido à proximidade do granito (Fig. 8).

Nos arredores de Mangaratiba pode-se ver nìtidamente o contacto entre o gnaisse e o granito nas elevações.

---

[4] — MENDES, Renato da Silveira — *Paisagens Culturais da Baixada Fluminense.*

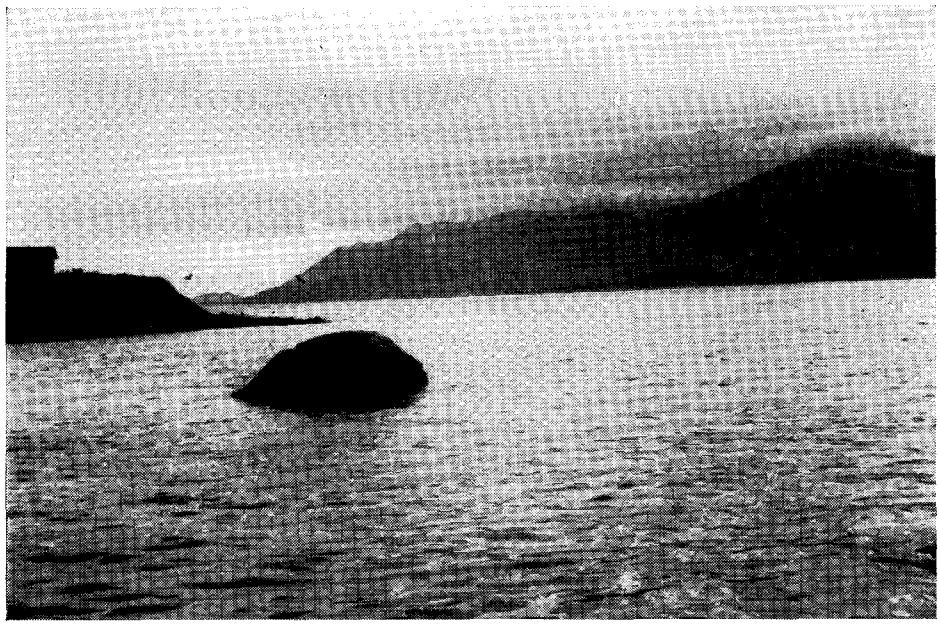


Fig. 7 — *Bloco de rocha com fraturas e diáclase, possui inúmeras manchas negras, os xenolitos.*

Fig. 8 — *À direita da rodovia, que liga Mangaratiba ao Rio de Janeiro, encontramos gnaisse muito perturbado pelo contacto com o granito. Falha (direção NS) com 1,20 de altura.*

A rocha do complexo se desagrega com relativa facilidade, dando origem a numerosos *boulders,* que se acomodaram no litoral, que vai de Muriqui até Mangaratiba (Fig. 8).

Nessa região, a brisa marítima, de preferência no verão, traz muita umidade, que envolve as vertentes da serra, voltadas para o mar. A altitude elevada destas serras, poderá originar nuvens, nas vertentes mais altas das mesmas a barlavento.

A brisa terrestre, aí se faz sentir mais intensamente no inverno.

Em conseqüência do clima, a vegetação da encosta da serra do Mar, voltada para o oceano, é formada por uma floresta de tipo tropical úmido, que serviu de atração para os traficantes de pau-brasil e de outras essências.

A vegetação aí, que se desenvolve num solo geralmente rico, é constituído de indivíduos de porte elevado, ultrapassando 20 metros; seus troncos grossos de diâmetro superior a 40 centímetros, são revestidos de musgo.

No entanto, a principal causa dessa exuberância, é a grande quantidade de precipitações que aí caem, como também a própria umidade, muito freqüente, provocada pela condensação dos vapores de que os ventos do mar vêm saturados [5].

Essas matas são ricas em espécies de madeiras de lei, como jacarandá, araribé, ipê, sapucaia, piquiá, sucupira, etc.

A devastação da floresta, verificou-se desde o tempo em que era intensa a exploração agrícola e grande o consumo de lenha pelos engenhos. Atualmente ainda se desbasta a mata para substituí-la por plantações de bananas.

Nas serras e encostas, essa mata foi inteiramente derrubada para plantação de cafézais; encontramos atualmente, ainda vestígios dêstes.

Grande parte das encostas e dos pequenos terraços é constituída de campos e plantações de bananas.

Em conseqüência do desbaste da floresta, surgem elementos que caracterizam a intervenção do homem, como embaúbas, em grande número, que se destacam pela côr prateada de suas fôlhas.

As árvores derrubadas são aproveitadas na indústria do carvão, que constitui uma das riquezas locais, como também em material de construção ou dormentes para a estrada de ferro.

b) *Baixadas litorâneas*:

As baixadas são constituídas de pequenas planícies, que se encontram na base da serra, no fundo das pequenas reentrâncias da baía de Sepetiba. Apresentam elas a mesma fisionomia da Baixada Fluminense, tendo os mesmos problemas de cultura, saneamento, etc.

Essas planícies são pequenas e, examinadas, observa-se nelas uma sucessão de restingas e terrenos turfosos, que evidenciam sua origem flúvio-marinha tal é o caso do Saco de Mangaratiba e de várias outras enseadas.

Nos litorais baixos, formados de material trazido pelos rios ou aluviões marinhas, entre as restingas encontramos faixas de sedimentos recobertos de mangue. Elas ainda estão em formação, visto que o aluvionamento ainda continua e é constante, não só pelo trabalho dos rios,

---

[5] — CAMPOS, Gonzaga de — "Mapa florestal do Brasil" — *Boletim Geográfico*, ano I, n.º 9.

que extravasam durante as enchentes, e em cujas margens se estabilizam os sedimentos, como também pelo trabalho das vagas marinhas, que é ajudado pelos manguezais. Na fotografia 10, de um trecho da Praia Grande, que é aliás, uma das mais extensas dêsse município, podemos ter uma idéia de uma planície dêste tipo.

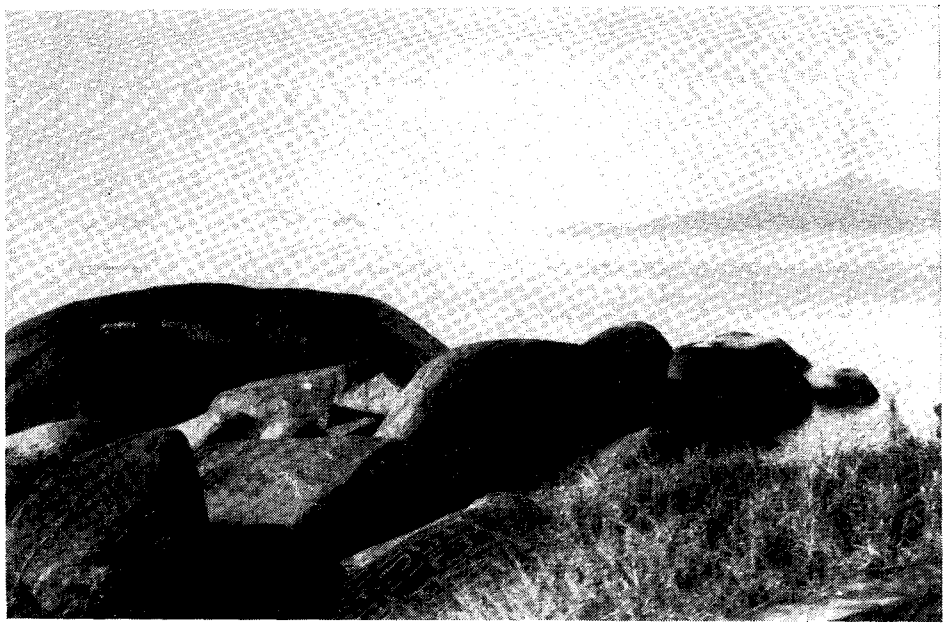


Fig. 9 — Boulders *do litoral da baía de Sepetiba, entre Muriqui e Mangaratiba.*

Fig. 10 — *Praia Grande, extenso trecho arenoso, onde se desenvolve vegetação rasteira de restinga.*

Nesses litorais arenosos, algumas vêzes encontramos várias dunas, de preferência entre Saí e Praia Grande, as quais estão relacionadas com a constância dos ventos.

As terras baixas, cobertas por vegetação de pequeno porte, própria de restingas; transformam-se em centros dispersores de malária, como se verificou há uns 10 anos, aproximadamente, provocando um surto epidêmico, e ocasionando o abandono de muitas terras, que despovoadas, foram fadadas ao declínio e à improdutividade.

Êste surto de malária obrigou o DNOS, a pedido da população local, a promover o saneamento destas baixadas, construindo canais, dragando vales, etc. [6].

O trabalho de colmatagem das depressões entre cordões de areia, pelas enchentes, dá-se lentamente, originando pequenos riachos que não conseguem escoar suas águas brejais.

As águas dos rios dessa zona, perdem a velocidade e se espraiam descrevendo caprichosas curvas, apresentando muitas vêzes a parte inferior de seus cursos, paralela à costa. A embocadura dêstes, é constantemente barrada por cordões litorâneos, que se desenvolvem.

Cordões arenosos que observamos na baixa correspondem a restingas separadas por áreas deprimidas, mas turfosas. Êstes últimos terrenos, quando bem drenados, podem constituir solo talvez aproveitável para a agricultura.

A vegetação das áreas sujeitas às oscilações das marés, apresenta-se arbustiva (Fig. 11), com raízes respiradoras, constituindo os mangues e capoeiras, desenvolvendo-se uma vegetação psamófila, que contrasta com as áreas de vegetação herbácea das zonas deprimidas e das matas das regiões mais altas.

A maior das restingas é a da Marambaia que vai da ponta da Guaratiba apoiando-se no pico da Marambaia; desenvolvendo-se para leste, tende a ligar a ilha ao continente. De quando em quando, notam-se pequenos esporões semelhantes aos observados em outras restingas do estado do Rio (Saquarema, Araruama, etc.)

Observamos nas encostas uma série de pequenos patamares que se subordinam a níveis bastante regulares e que podem corresponder a terraços. Êstes evidenciam fases de abaixamento do nível relativo do oceano e parecem relacionar-se aos níveis observados na baía de Guanabara pelo Prof. RUELLAN [7].

Êstes terraços são úteis para a localização dos habitantes, que fogem da baixada úmida.

A altitude destas colinas varia dentro dos seguintes limites, 15 a 20 metros — 25 a 35 — 50 a 65 — 80 a 100 metros. Dêstes, os que estão compreendidos entre os níveis de 50 a 65 e de 80 a 100 metros, são os mais comuns.

---

[6] — Dados obtidos no Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

[7] — RUELLAN, Francis — "Evolução Geomorfológica da Baía de Guanabara e das Regiões Circunvizinhas".

Fig. 11 — *Aspecto da vegetação de mangue e de capoeira do litoral da baía de Sepetiba.*

Quanto ao clima, está sujeito a dois fatôres preponderantes, o relêvo e a proximidade do mar.

Os dados apresentados, foram deduzidos do aspecto geral do clima do estado do Rio [8], porquanto, não nos foi possível colhêr informações precisas, no local, pois o pôsto meteorológico mais próximo se acha instalado em Angra dos Reis.

O estado do Rio, está contido no tipo de clima superúmido tropical. Apresenta durante quase todo o ano predomínio dos ventos do quadrante norte, principalmente, ventos da circulação geral do NE.

No inverno, êstes ventos podem ser substituídos pelos ventos frios da massa polar, do quadrante sul, cuja frente pode alcançar o local, trazendo chuvas na sua passagem, com queda rápida de temperatura.

No outono, a frente polar reflexa situada no estado de São Paulo, ocasiona chuvas continentais no Rio, trazidas pelos ventos de NE. Quando esta frente polar, oscila, pode ultrapassar o Rio de Janeiro. Após a passagem, surgem os ventos de SW e SE, que difìcilmente ocasionarão chuvas. Ao se enfraquecer essa frente, voltarão a dominar os ventos de NE, tendendo-se a uma estabilização do tempo local.

Os ventos secos de NE, incidem sôbre a região tanto na primavera quanto no verão. Nestas estações, quando da passagem da frente polar reflexa, formam-se chuvas, que terão maior intensidade no verão, em conseqüência da maior irradiação do solo. Em Mangaratiba, estas chuvas geralmente são acompanhadas de trovoadas.

---

[8] — SERRA, Adalberto — "Clima do Rio de Janeiro" — *Boletim Geográfico*, n.º 68.

Na primavera, em seguida à passagem destas frentes, passam a dominar os ventos relativamente frios, de SE ou de SW.

O efeito das chuvas do relêvo, é particularmente notável nas zonas em que a serra, bastante elevada, se aproxima da costa; êste é o caso das elevações serranas de Mangaratiba. Nesta zona a altura das chuvas, no mês mais sêco do ano (junho-julho) é de aproximadamente 60 mm[9].

A chuva anual de precipitações na base da serra é semelhante à das localidades das baixadas, com distribuição de chuvas, durante o ano inteiro, apresentando maiores precipitações nos meses de verão (janeiro ou março), alcançando quase 300 mm.[10]

No verão, após as chuvas oriundas da passagem da FPR, pode o tempo se estabilizar, voltando a dominar os ventos de E ou de NE da massa tropical marítima.

Na região onde está a cidade de Mangaratiba, os ventos da massa polar vindos do quadrante sul, devem chegar com a intensidade reduzida devido à barreira formada pelo pico da Ilha Grande, cuja altitude ultrapassa 900 metros.

Ao que parece, as chuvas que deveriam ocorrer em Mangaratiba, dentro da massa fria polar, vinda de SW, ùnicamente em virtude do relêvo, não são tão marcantes, porque a massa fria, ao atingir as serras, ao norte de Mangaratiba, as encontra como um segundo obstáculo a ser vencido, e portanto, desfalcada de grande parte de sua umidade, que ficou a barlavento das serras da Ilha Grande

Tal raciocínio se baseia em analogia, com as chuvas ocorridas a barlavento das serras do Mar e Mantiqueira em São Paulo, onde existem postos meteorológicos; observaram-se maiores chuvas de relêvo, provenientes das massas frias, a barlavento da primeira barreira (serra do Mar), que na segunda barreira (serra da Mantiqueira), embora esta última fôsse de maior altitude[11].

Além da circulação geral, que acabamos de analisar, existe uma circulação local proveniente do regime das brisas, devido à localização da cidade, próxima ao litoral.

A vegetação na baixada é constituída de espécimes totalmente diferentes nas áreas inundáveis e nas faixas arenosas de restinga.

Surgem pequenos campos rasteiros nas áreas inundáveis do litoral. As praias ou costas arenosas têm a sua diferença de região vinculada à duração e à altura das marés.

A região entre a maré baixa e a maré alta, é desprovida de vegetação. A zona da maré alta, apresenta como vegetação, tufos de uma planta halófita a *Iresine portucaloides,* que apresenta raízes muito profundas.

---

[9] — BERNARDES, Lísia Maria Cavalcanti — "Tipos de clima do estado do Rio da Janeiro" — *Revista Brasileira de Geografia,* ano XIV, n.º 1.

[10] — Idem.

[11] — *Atlas Pluviométrico* — Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura.

Esta planta, aparece com freqüência em zonas mais elevadas e interiores. Nestas, ela atinge seu desenvolvimento máximo [12].

Outras plantas encontradas em zona de restinga, por tempo prolongado, abrigadas da invasão do mar, são a *Ipomea litoralis* e a *Ramirea marítima,* vegetais rasteiros que são caracterizados por forte propagação vegetativa. [13].

As formações de mangues, representadas pelo *Rhizophora mangle,* e pela *Avicennia tomentosa* e outras, aparecem nas faixas parcialmente atingidas pela maré. A diferença entre as áreas das duas espécies reside na duração da maré.

Oferece a *Rhizophora mangle,* às vêzes, difícil acesso ao homem, devido à inconsistência do solo em que se desenvolve. Estas árvores raramente atingem mais de 12 metros.

As formações de mangue firmam-se em solos de contextura fina, graças às raízes adventícias.

Nas zonas mais elevadas predomina a *Avicennia tomentosa* que atinge em geral, mais de 15 metros. Suas fôlhas cobrem-se com uma camada cristalizada de sal marinho [14].

Nas áreas inundadas, nas depressões das baixadas predomina a vegetação herbácea rasteira.

OCUPAÇÃO HUMANA DA REGIÃO

Mangaratiba, localidade estabelecida em terras planas e montanhosas do litoral da baía de Sepetiba, onde a serra do Mar muito se aproxima da costa, teve sua densidade demográfica sempre muito pequena, ora condensando-se na baixada, ora espalhando-se pelas elevações.

A ocupação humana, nesta região, é muito antiga, datando do princípio do século XVIII. Embora conhecida há mais tempo, pelos portuguêses, só aí se instalaram, após a ocupação do recôncavo da Guanabara, em virtude dos repetidos ataques dos corsários estrangeiros [15].

As terras do atual município de Mangaratiba, tiveram a sua inicial ocupação na Ilha da Marambaia; logo após se estabeleceram em Ingaíba e em Jacareí, só mais tarde se fixando nas baixadas litorâneas.

---

[12] — DANSEREAU, Pierre — "Distribuição de Zonas e Sucessão na Restinga do Rio de Janeiro" — *Boletim Geográfico,* ano VI, n.º 60.

[13] — Idem.

[14] — Idem.

[15] — PIZARRO, José de Sousa — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro.*

Surge um povoado na sesmaria da Ilha Grande na primeira metade do século XVII, foi criada como comarca, denominada Angra dos Reis e compunha-se dos seguintes têrmos: Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí e Parati.

Desta vila, desmembrou-se o atual território do município de Mangaratiba, em 1764.

Constantes mudanças de lugar sofreram os habitantes dêste povoado, até se estabelecerem no atual sítio que ocupam.

Sendo elevada a cidade, sòmente em 1929.

Desde os meados do século XVI, que na Baixada Fluminense, concentrava-se forte contingente demográfico.

A economia local, durante muitos anos, cingiu-se à extração de madeira, à pesca do camarão e do tubarão, do qual aproveitavam o azeite para a iluminação, plantações de cana-de-açúcar e pouquíssimos cereais para consumo próprio. Em época mais recente, aparece o café como produto preponderante e quase único.

Ao difundir-se a grande plantação canavieira tôdas as terras propícias foram requisitadas, inclusive as pequenas baixadas da região de Mangaratiba, que receberam parte dessa população, primeiramente ocupando as baixadas e ilhas e só bem mais tarde devassando a serra.

Esta, teve sua ocupação tardia, não só pela densa mata, que lhe recobria a encosta, dificultando ao homem penetrá-la, mas também em virtude das constantes emboscadas, preparadas pelos indígenas.

Ainda no século XVII, os primitivos habitantes dessa região, começaram a fazer pequenas culturas agrícolas e criação de animais, para a própria subsistência sem, no entanto, ter expressão para as populações vizinhas.

Dedicavam-se de preferência à pesca, porquanto habitavam em grande parte, ilhas e praias calmas de águas piscosas.

A principal importância de Mangaratiba, foi durante muito tempo, decorrente, de possuir, na ilha da Marambaia, um pôrto de escravos, os quais eram encaminhados de início para as fazendas de açúcar e posteriormente, já no século XIX, para as de café, quando êste produto se alastrava pelo vale do Paraíba.

Como pôrto, a sua importância é predominante na época do café. Tornou-se muito conhecido, pelo intenso comércio de escravos que lá se desenvolvia, sendo êstes adquiridos neste local, por numerosos fazendeiros, que depois os encaminhavam a suas terras.

Durante o período colonial, estas terras tornaram-se conhecidas e povoadas, em conseqüência de constituírem passagem para as localidades próximas, que se utilizavam de seus portos como escoadouros de suas produções que demandavam o Rio de Janeiro.

Os caminhos usados, eram pequenas trilhas primitivas, sem pouso para os viajantes que muitas vêzes eram obrigados a pernoitar em residências particulares [16].

Neste mesmo século, iniciam-se as plantações de cana-de-açúcar em regiões planas e pantanosas, espalhando-se pelas baixadas.

Alguns pequenos engenhos e engenhocas, aí se estabeleceram fabricando açúcar e aguardente; o primeiro era encaminhado para a capital do país e a última tinha como objetivo o comércio de escravos.

Essa cultura que aí nunca adquiriu grande importância, em relação a outras áreas da Baixada Fluminense, dominou, durante muito tempo, a região. Ao mesmo tempo, apareceu a pecuária e culturas

[16] — SAINT-HILAIRE, Augusto de — *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil.*

de gêneros alimentícios, subsidiárias da cana-de-açúcar, destinadas ao consumo dos que trabalhavam nas propriedades canavieiras, pois o engenho era autônomo na sua manutenção.

Fazia-se o cultivo da mandioca, usada de preferência na fabricação da farinha; o arroz, o feijão e o milho. Estas plantações eram geralmente feitas nas várzeas ou entre as próprias culturas de cana, como hoje em dia ainda é feita casualmente entre as extensas plantações de banana.

Além do açúcar destacava-se, embora com importância inferior, a aguardente, produzida no engenho da Marambaia e a farinha de mandioca, produtos cuja principal importância estava possìvelmente ligada ao tráfico dos escravos.

Da mesma forma, como em grande parte do litoral brasileiro, a cana-de-açúcar ergue a economia de Mangaratiba e dá impulso ao desenvolvimento do povoado. Foi também, em conseqüência dêste produto, que aumentou o índice demográfico, com a entrada de africanos para o trabalho da lavoura açucareira e, mais tarde, no século XIX, para a lavoura do café.

A influência do negro foi grande na economia, pois tanto o açúcar quanto o café foram lavouras cujo trabalho foi de base escravocrata.

As possibilidades de um grande progresso nas estreitas planícies litorâneas dessa região eram bem limitadas, pois não havia áreas planas de grande extensão e nem solos favoráveis, por serem muito arenosos, que permitissem a instalação de grandes latifúndios açucareiros.

Além disso, as possibilidades do pôrto de Mangaratiba, eram inferiores às do pôrto de Angra dos Reis; naquele, as grandes embarcações não podiam atracar, sendo obrigadas a permanecer no ancoradouro da ilha da Marambaia.

Apesar destas condições contrárias, foi durante muito tempo, o produto da região e, mesmo após o incremento do café, êle não deixou de coexistir, embora permanecesse decadente.

Nos meados do século XVIII, teve início um novo ciclo econômico, que deu impulso à vida da região, modificando-lhe quase totalmente o seu aspecto.

A introdução do café no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII [17], segundo a maioria dos autores, intensificou o tráfico dos escravos.

---

[17] — Inúmeros foram os autores, que se preocuparam com o data precisa da penetração, no Rio de Janeiro, da rubiácea, tão propícia às riquezas, e causa de tanto progresso para nós.

O ano exato da sua introdução, não nos foi possível concluir; mas, segundo TAUNAY, teria sido em 1750. Não tendo sido o único a investigar tal assunto, outras hipóteses surgiram, como a data de 1770, afirmação de JOSÉ DE SOUSA PIZARRO; AIRES DE CASAL, dá-nos notícias dessas plantações em 1763.

De acôrdo com certos autores, as lavouras de café, no fim do século XVIII no estado do Rio, estavam em desenvolvimento e alguns falam de exportação do produto, na área do oeste fluminense.

Outros estudiosos do assunto, como SPIX e MARTIUS, citam a exportação fluminense em 1817, como sendo de 298 998 arrôbas, o que significa que já existiam milhões de cafeeiros.

SAINT-HILAIRE cita uma fazenda, nas proximidades de São João Marcos, como possuindo mais de 100 000 pés, em 1822.

A produção do Brasil, em 1837, já era bem razoável, pois que nesse ano exportou 60 000 000 de quilos, dos quais 55 000 000 pertenciam aos cafèzais do estado do Rio.

A lavoura cafeeira deu surgimento a muitas áreas agrícolas no estado fluminense e, a ela Mangaratiba deveu seu reerguimento, pois foi o produto que realmente mais contribuiu para a economia do lugar.

Inicia-se uma metamorfose na vida da cidade, transformando-a em possuidora de luxuosas residências, propriedades dos grandes fazendeiros locais. Ampliam-se as obras do pôrto, constroem-se pontes e, várias outras obras de arte.

Nessa época várias famílias empregaram grandes capitais nestas plantações; entre elas ficou célebre a família BREVES, por seus domínios incomensuráveis, compreendendo fazendas em São João Marcos, Mangaratiba, Saco de Mangaratiba e até na Marambaia, como também em Piraí e Resende; eram aproximadamente 20 propriedades e 6 000 escravos. JOAQUIM DE SOUSA BREVES, era considerado o rei do café no Brasil. Em 1860 colheu mais de 100 000 arrôbas em suas terras [18]. Esta família teve tal importância para a localidade que transformou a vida e o movimento do pôrto de Mangaratiba.

Ainda hoje, subindo a estrada que leva à serra, encontramos inúmeros vestígios dessas residências que atestam a opulência dêsses magnatas do Império; entre êstes, destacamos a Ponte Bela, construída tôda de pedras, por onde passava a produção dos cafèzais dos BREVES.

Diz LAMEGO, que por esta ponte, rodavam diàriamente 60 a 70 diligências, tal era o movimento entre os municípios.[19]

Assim, no início do século XIX, já exportava café para vários países, como Estados Unidos da América do Norte, Cuba, Rio da Prata, Portugal, Chile, etc. [20].

Foi o café que ocupou a serra atrás de Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati. Essas terras já haviam sido concedidas em sesmarias desde o início do século XVIII, mas a maior ocupação se deu no fim dêste século.

Notabilíssimo centro cafeeiro, no oeste fluminense, fôra São João Marcos que possuíra nada menos de 66 sesmarias, entre 1737 e 1828, onde as lavouras da rubiácea se desenvolveram, sobretudo a partir de 1810.

Nessa época a cidade de Mangaratiba refletia a grandeza das fazendas vizinhas, onde centenas de escravos trabalhavam sem cessar, sendo-lhes exigido rendimento máximo.

Êste povoado, que crescera e se impusera à região, só foi importante para a economia do país enquanto as terras vizinhas tiveram

---

18 — TAUNAY, Afonso — *Pequena História do Café no Brasil.*
19 — LAMEGO, Alberto Ribeiro — *O Homem e a Serra.*
20 — TAUNAY, Afonso de — *Pequena História do Café no Brasil.*

o café como razão de ser e enquanto a rota entre São Paulo e Rio teve, necessàriamente, de atravessá-lo, embora êstes caminhos de barro fôssem poeirentos ou lamacentos, tornando o seu percurso penoso e causando transtôrno às tropas.

O cafèzal se desenvolvera consideràvelmente no litoral fluminense e, diz ESCHWEGE, que em 1810 as lavouras de Angra dos Reis produziam 22 000 arrôbas, como também eram de vulto os cafèzais em tôrno de Mangaratiba.

Quando esta produção já ascendia consideràvelmente no ano de 1820, a colheita fluminense fôra de 97 500 arrôbas e só de Mangaratiba, Ilha Grande e Parati, saem 50 000 arrôbas.

Os negociantes dos pequenos portos das baías de oeste, com esta produção de café, já em sua maioria provàvelmente serrana, continuavam a lucrar, enquanto a verdadeira fixação do homem ao solo penosamente prosseguia, numa ilusória criação de riquezas para o desfrute alheio [21].

Êste produto deu origem a uma zona assaz rica e de grandes propriedades em terras fluminenses. Nessa época de fausto, havia até competições de despesas, como também o número de escravos, que era um símbolo de riqueza. Pelas estradas circulavam carruagens, contrastando pitorescamente com o barro dos caminhos.

Das opulentas residências existem hoje apenas ruínas encobertas pela vegetação e parasitas que sobem pelas paredes, dando-nos a idéia de espectros sombrios, como o que vemos na fotografia abaixo.

Fig. 12 — *Ruínas na estrada que vai a São João Marcos, vestígios da antiga opulência local.*

[21] — PIZARRO, José de Sousa — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro.*

No entanto, os processos de beneficiamento do café dêsses fazendeiros eram tão primitivos que em alguns distritos era descascado pelo pisoteio dos cascos de bois [22].

Êste primitivismo técnico da maioria dos produtores trouxe desvalorização do nosso café no estrangeiro.

Vários fatôres preponderaram na derrocada econômica fluminense, de preferência nas localidades do oeste dêste estado e, dentre elas, Mangaratiba foi um das que mais sofreu: a desorganização do trabalho, provocada pela abolição dos escravos; o empobrecimento do solo, esgotado pelas contínuas culturas, como também a erosão acelerada das terras montanhosas em decorrência das plantações feitas em declive muito acentuado, o que, aliás, é verificado em todo o vale do Paraíba.

Um dos fatôres que mais contribuiu para a diminuição das safras cafeeiras foi a proibição do tráfico dos escravos, porque para êsses fazendeiros, o negro era um valor econômico de grande monta. Êsse acontecimento se dava justamente quando havia maior necessidade de braços para a lavoura.

Além disso, grande era a carência nos transportes, que não só eram muito descuidados, como encareciam por demais os produtos.

Agravando essa situação, já tão angustiosa, houve uma crise nos preços do café, que tornou a lavoura insustentável.

Os trabalhadores escravos vão escasseando, os capitais desaparecendo; chega-se em 1903 ao ápice crítico da situação quando, ao tentarem fazer culturas de gêneros alimentícios, não terão facilidade de encontrar mercado consumidor.

Outro fator que se tornou responsável pela rápida decadência dessa região, foi o fato de após 1870, os trilhos da estrada de ferro atingirem São Paulo e outras localidades dêsse estado, desviando assim o rumo do tráfego das mercadorias do vale do Paraíba.

A queda na economia não se verificou ràpidamente, logo após a abolição da escravatura, porquanto os cafèzais ainda continuaram produzindo mas, no entanto, a colheita, que deveria ter sido muito maior, não o foi, em conseqüência do abandono das lavouras pelos escravos, que se dirigiram em massa para a capital, ou então embrenhando-se pela mata.

Êste abandono, que ainda hoje perdura, não foi efetuado apenas pelos escravos, mas também pelos próprios fazendeiros, que venderam ou hipotecaram suas terras, transferindo-se para a capital, onde aquêles que tinham salvo alguns de seus bens, irão empregá-los em outras atividades.

Estas terras, relegadas ao abandono, foram sendo invadidas pelos matagais e, suas zonas baixas, alagadas pelas águas dos rios, transformadas em grandes encharcados, causando danos à população que se

---

[22] — TAUNAY, Afonso de — *Pequena História do Café no Brasil.*

expunha a doenças causadas por anofelinos, dentre os quais os transmissores da malária.

Mangaratiba teve, infelizmente, um esplendor por demais curto e essas terras vivem em relação ao passado, em completo abandono. De alguns distritos, como o de São João Marcos, quase nada resta, estando, atualmente, uma grande parte ocupada pelas obras da Light, na reprêsa de Ribeirão das Lajes.

Apesar de serem vários os caminhos que ligavam o planalto aos portos do gôlfo angrense, não passavam de precárias e antigas trilhas por onde transitavam tropas.

Na zona do litoral fluminense, era bem ativo o comércio em alguns pontos como Jurumirim, Angra dos Reis e Mangaratiba.

Êste último tornou-se sobremodo importante, em virtude dos trabalhos da Companhia Industrial da Estrada de Mangaratiba, que iria facilitar em muito a comunicação com as regiões próximas.

Esta Companhia foi organizada em 1855, quando, invertendo grandes capitais, construíram, em média, 30 quilômetros de estrada, entre Mangaratiba e São João Marcos, subindo a serra marítima. No dizer de TAUNAY, foi a primeira verdadeira estrada de rodagem feita no Brasil, no conceito dos técnicos (Fig. 13).

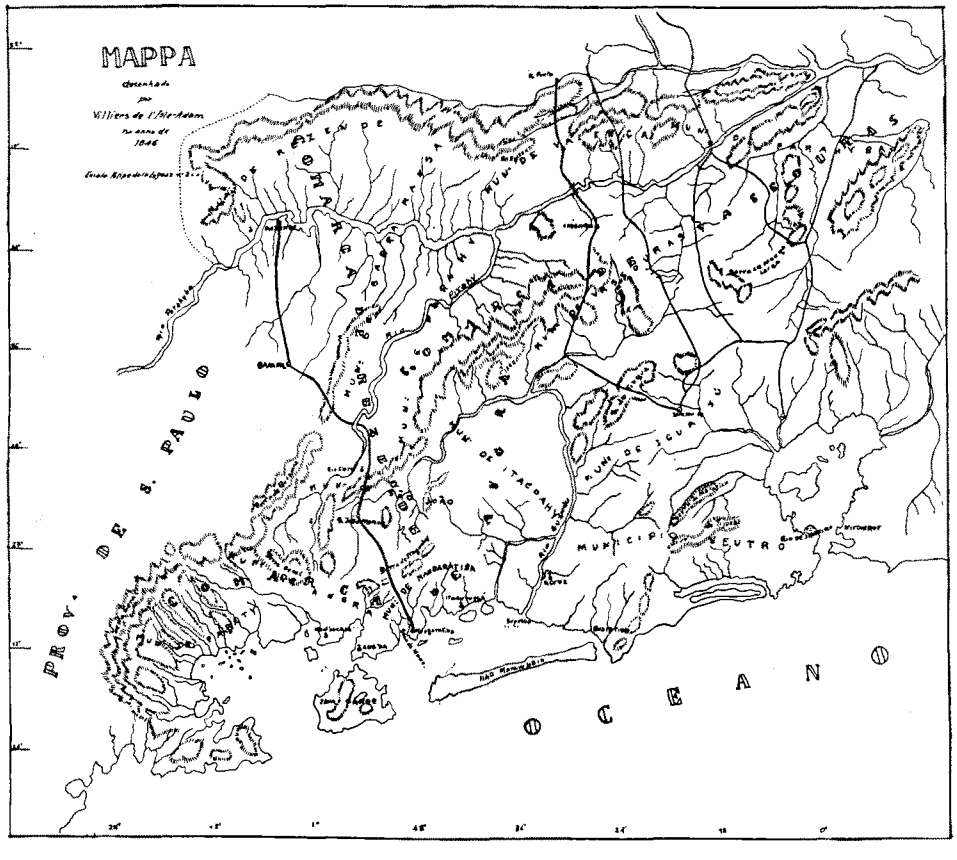


Fig. 13

Caminho tão promissor, por onde transitaram cêrca de 2 000 000 de arrôbas de café, procedentes de Minas Gerais, São Paulo e do estado do Rio, ficou impossibilitado de seguir até Barra Mansa, como era intento de seus organizadores, por faltar-lhes recursos e vir a falir a emprêsa construtora.

Ainda restam as ruínas da barreira, onde eram fiscalizadas tôdas as mercadorias que desciam da serra.

Os produtos que por ela circulavam, eram em média 9/10 de procedência fluminense e o restante do extremo norte de São Paulo ou Bananal e, do Sul de Minas, da região de Baependi. Por ela, ainda vieram numerosas famílias de mineiros, que se deslocaram do planalto para as matas do Rio de Janeiro [23].

Êstes caminhos serviram não só para os transportes de mercadoria, mas também por êles eram levados os escravos, que vinham do pôrto da Marambaia e eram enviados às fazendas vizinhas.

Os transportes marítimos, que ligavam esta região, tiveram nesta localidade, como ancoradouro para seus navios, o pôrto de Mangaratiba, que antes de nêle fazerem obras de melhoramentos, tivera uma função relativamente pequena; porém, nos meados do século XIX, tornou-se de importância capital, chegando a se destacar, no Brasil Império.

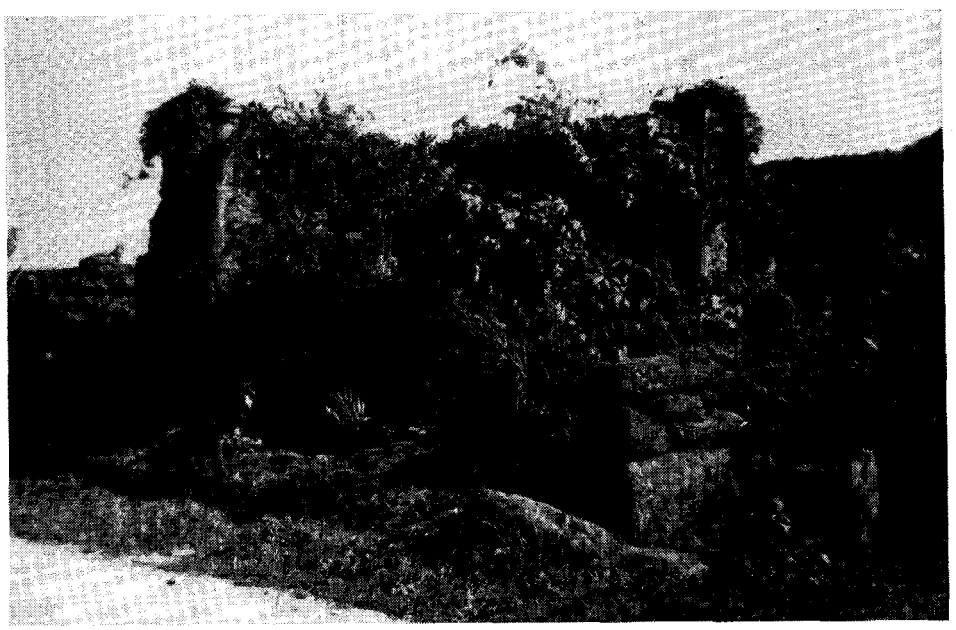


Fig. 14 — *Antigo local, denominado Barreira, na estrada que ligava a baixada à serra, atestando o grande movimento dêsse caminho.*

A finalidade da vila estava inteiramente ligada à existência dêste pôrto. Foi por intermédio dêle, que as regiões circunvizinhas, de pre-

[23] — TAUNAY, Afonso — Obra citada.

ferência as da serra, puderam dar impulso às suas culturas agrícolas e muitas se firmaram como cidades.

Na segunda metade do século XIX, o govêrno teve a preocupação de melhorar os meios de transporte, facilitando assim a construção de estradas de ferro; permitindo, dessa forma, melhor escoamento do café, que era a maior fonte de renda do estado.

Êste fato porém teve repercussão negativa, no pôrto de Mangaratiba. Êste, que outrora fôra tão útil para a região, começou a declinar, assim que os trilhos, após 1870, atingiram São Paulo e outras localidades dêsse estado; desviando dessa forma as mercadorias do vale do Paraíba; responsabilizou-se, em parte, pela rápida decadência dos portos angrenses e abalando completamente a economia de tôda uma região.

A produção do café, que anteriormente descia para os pequenos portos do extremo oeste, foi sendo monopolizada pela Estrada de Ferro D. Pedro II. A comprovação está na estatística abaixo, indicando o pequeno número de embarcações ancoradas nos portos de Mangaratiba e Itacuruçá.

Navegação da província do Rio de Janeiro de outubro de 1871 a setembro de 1872

DISTRITOS	Embarcações	Tonelagem	Saida de embarcações	Tonelagem
Mangaratiba	33	1 988	22	1 247
Itacuruçá	—	—	1	43

Ao mesmo tempo que declinava o pôrto de Mangaratiba, fato idêntico se dava com o da Marambaia, apesar de sua função diversa daquele. A decadência dêsse pôrto foi decorrente da terminante proibição do tráfico negreiro.

No início do século XX, esta região já estava em plena decadência, quando os trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil vão se aproximando de Mangaratiba e, em maio de 1911, inaugura-se o trecho entre Coroa Grande e Itacuruçá. Mais três anos duraram os trabalhos para chegarem àquela estação, abrindo-se o tráfego em novembro de 1914 [24].

A ligação ferroviária com a capital federal iria despertar esta região, embora lentamente, pois consta que em 1920 o progresso ainda não se havia pronunciado, havendo apenas 55 estabelecimentos rurais recenseados [25].

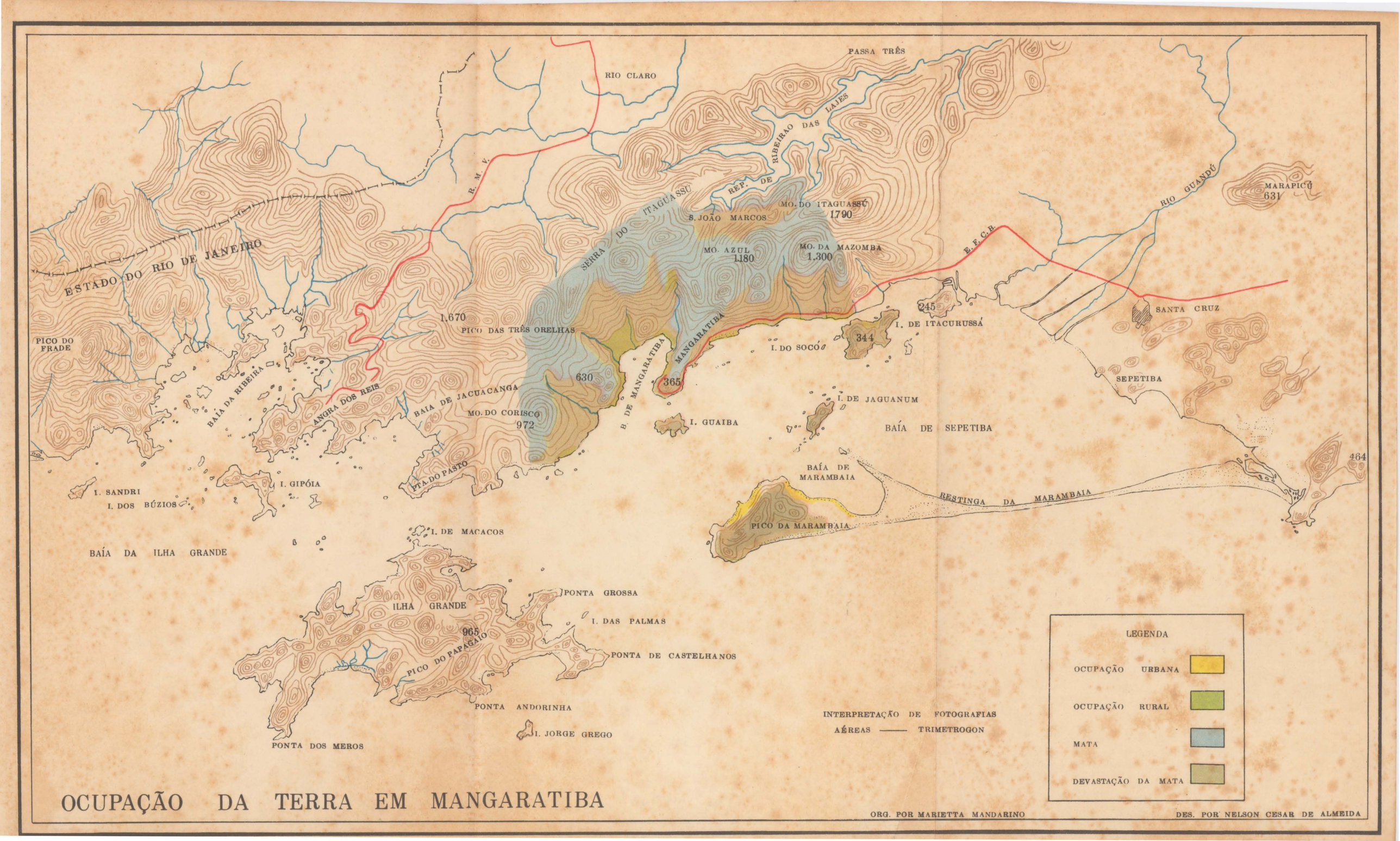
Quanto ao aspecto da cidade, era por demais acanhado. Em 1820, contava apenas com 70 casas, quase tôdas com paredes de madeira e barro, exceto cinco, cobertas de telhas vãs [26].

---

24 — CORRÊA FILHO, Virgílio — *Jornal do Comércio, 27-3-1949.*

25 — LAMEGO, Alberto Ribeiro — *O Homem e a Guanabara.*

26 — PIZARRO, José de Sousa — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro.*



OCUPAÇÃO DA TERRA EM MANGARATIBA

A maior afluência de indivíduos se verificava à beira das praias, visto que seus poucos habitantes eram mais hábeis para a pesca dc que para a lavoura.

Mangaratiba foi um exemplo de cidade que nasceu de uma estrada de comércio e sem bases produtivas locais. A sua atividade era apenas um reflexo das iniciativas agrárias da serra acima, cuja produção para ali se canalizava. Sendo êste fato comprovado pelo crescimento da população que, determinado ainda pela vitalidade dos cafeeiros nos primeiros anos dêste século, farão do povoado alvo da afluência de milhares de indivíduos que se retirarão subseqüentemente à decadência dêsse produto, como podemos observar no seguinte quadro:

Crescimento da população de Mangaratiba

1872	1890	1900	1907	1908	1910	1912	1920
7 468	6 175	7 211	14 219	14 504	15 089	15 699	7 573

Das 250 000 arrôbas de café que anualmente exportavam, 150 000 eram dos BREVES, cujos latifúndios estão atualmente retalhados e pertencem a novos donos. Estas terras já estão esgotadas, pois a rubiácea tirou-lhes tôda a potência. Hoje em dia, o pouco que produzem é transportado, pelas estradas de ferro e de rodagem, para os mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

ASPECTOS ATUAL DA REGIÃO E SUAS PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS

O município de Mangaratiba é habitado por indivíduos, na sua maioria pobres, cujo padrão de vida é ainda muito baixo, que se dedicam, em grande parte, ao cultivo da banana de exportação, para o qual devastam a mata, transformando-a em carvão, dando à paisagem um aspecto desolador.

O distrito-sede é o que concentra maior população rural e urbana. A distribuição da atual população, segundo a situação de domicílio por distrito, era a seguinte em 1950:

DISTRITO	Total	Quadro urbano	Quadro suburbano	Quadro rural
Mangaratiba	4 796	1 279	443	3 074
Conceição do Jacareí	941	106	77	758
Itacuruçá	4 047	635	519	2 893
Muriqui	983	204	379	400

A introdução do cultivo da banana na região, embora não se saiba exatamente quando se deu, calcula-se que tenha sido nas primeiras décadas dêste século, coincidindo com o declínio e posterior desa-

parecimento dos cafèzais, como também, com a carência da mão-de-obra.

Essa cultura teve realce quando se processaram os loteamentos resultantes da divisão dos grandes latifúndios cafeeiros. Era a banana, de princípio, plantada nos sítios e chácaras e destinava-se ao mercado interno; porém, após a primeira guerra mundial, dá-se a valorização do produto, com a conquista do mercado externo.

Os bananais se estendem pela serra, ilhas e, até mesmo, as terras das baixadas são utilizadas. É uma cultura rendosa, requerendo poucos cuidados, isto é, uma ou duas capinas por ano e pouca mão-de-obra; tal é o seu rendimento que permite a grande parte da população dedicar-se ao seu plantio, tirando dela seu meio de subsistência.

Essas terras, tiveram sua maior valorização, de preferência as da baixada, após a dragagem de alguns pequenos rios que inundavam a planície; ao aumento de vias de comunicação, como seja a construção da estrada de ferro; loteamentos de terras, ainda não aproveitadas, etc.

Nos meados da primeira metade dêste século, inicia-se nova fase de desenvolvimento, de caráter bastante diverso do anterior, verificado de preferência ao longo da via férrea.

Numerosos são os lotes de terra nas zonas da serra como também na baixada, onde a ocupação das margens da baía, pelo homem, foram intensificadas pelas obras de saneamento.

Embora reduzidos os trabalhos da DNOS, já se fizeram sentir os resultados, facultando maior incremento às companhias imobiliárias aí estabelecidas. Várias foram as áreas beneficiadas por êsses trabalhos, temos como exemplo Muriqui, que muito progrediu após a dragagem dos canais Catumbi e Muriqui.

Seu loteamento está sendo intenso, possuindo centenas de residências (Fig. 16) e seu crescimento é tal que já foi transformada em distrito. A cidade que surge em sua área, segue modernos planos de urbanização.

Em 1950 também a localidade de Praia Grande teve as suas terras de baixada drenadas, possibilitando-lhe um grande desenvolvimento, traduzido pelo crescente número de construções de casas de veraneio (Fig. 17).

Na planície do Saco de Mangaratiba também já se fazem sentir os resultados da dragagem no rio local, em cuja margem esquerda se delineiam futuras ruas [27], chegando a alcançar sua extensa praia. A fotografia 15, dá-nos idéia dêste loteamento, que nesta praia chega a um total de 8 400 metros quadrados, valorizados em Cr$ 3 000 000,00.

Os benefícios trazidos à cidade de Mangaratiba pelos serviços de saneamento são numerosos, livrando-a das inundações e escoando constantemente suas águas. Outras localidades têm sido, no entanto, esquecidas, como Itacuruçá e Ibicuí, que devido a isso, ainda não pu-

---

[27] — CORRÊA FILHO, Virgílio — *Jornal do Comércio, 27-3-1949.*

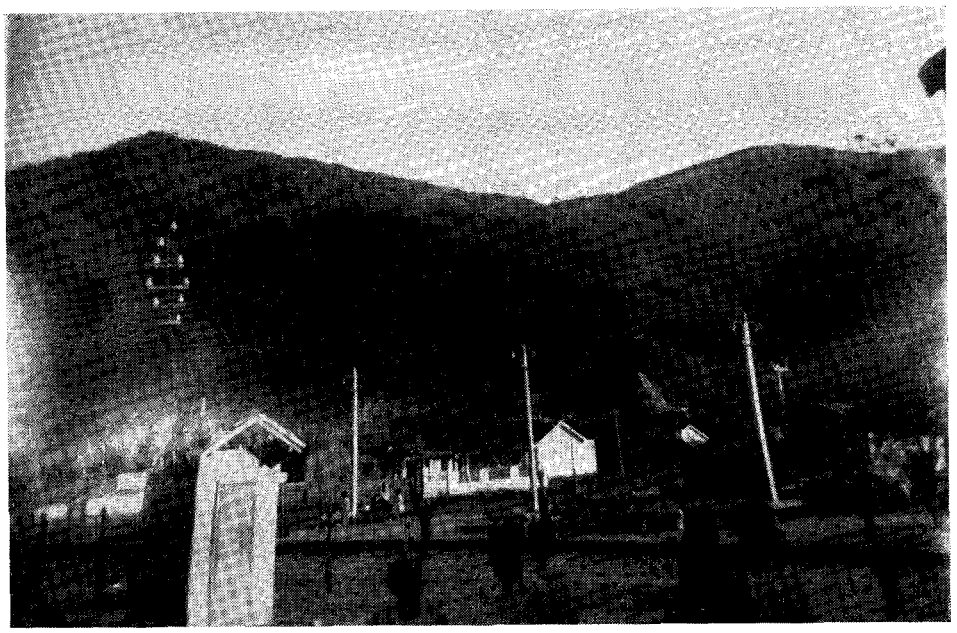


Fig. 16 — *Aspecto de Muriqui, atualmente transformado em distrito, devido ao seu crescente progresso.*

(Foto do autor)

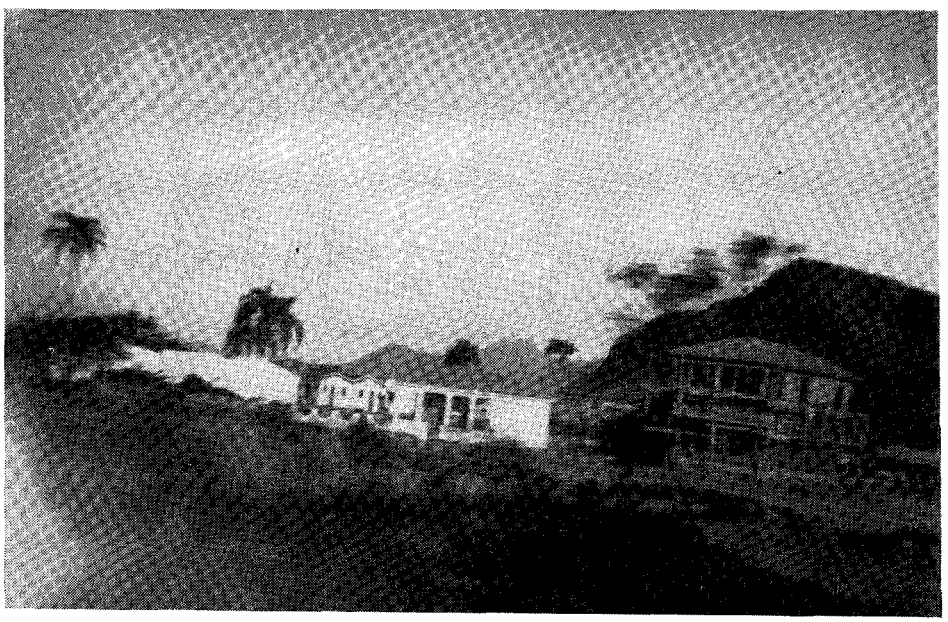


Fig. 17 — *Loteamento na localidade de Praia Grande, onde estão sendo construídas numerosas casas de veraneio.*

(Foto do autor)

deram gozar totalmente das vantagens de estarem próximas à estrada de rodagem — Rio—São Paulo—Mangaratiba.

Embora não seja recente o sistema de divisão de terras, os loteamentos tomaram maior desenvolvimento, após o término da segunda guerra mundial.

Existem nesta região dois tipos de loteamento; o urbano, que fica à beira da praia e o de sítios, quase todos na serra, usados para plantações agrícolas.

A sua valorização oscila sob vários fatôres, como sejam a proximidade do mar, das estradas, a distância dêle à capital do país, a utilização que se possa dar ao mesmo e, ainda ao progresso local.

No distrito-sede as terras do tipo sítio, como as da Lapa e Pilôto, na encosta da serra, têm um valor médio de aproximadamente Cr$ 50 000,00 para uma área de 5 600 metros quadrados, embora possuam solo bom e bastante irrigado; enquanto no mesmo município, na localidade da Praia Grande, devido ao fato de possuir uma praia aprazível, uma área de 797 hectares foi valorizada em ..... Cr$ 270 000,00.

Nos distritos de Itacuruçá e Muriqui o preço dos terrenos é equivalente, visto possuírem condições idênticas. O hectare no primeiro vale Cr$ 446,00, enquanto em Muriqui seu valor é de Cr$ 437,00.

As terras situadas nas ilhas, são geralmente desvalorizadas, por estarem na dependência de transporte mais difícil. Como exemplo, temos as terras distantes, no sertão do distrito de Conceição do Jacareí, cuja área de 2 000 metros quadrados foi avaliada em Cr$ 72 000,00, enquanto que, na ilha de Sororoca, 5 200 metros quadrados têm apenas o valor de Cr$ 6 500,00.

É de se notar a disparidade dos preços, como vemos em Praia Grande, em que a uma propriedade de 200 metros quadrados, foi atribuído o valor de Cr$ 104 000,00 [28] e, em Conceição do Jacareí, terras de igual área, possuem a metade do valor, isto em conseqüência de não haver nenhuma estrada que a comunique com centros populosos, senão um pequeno caminho de tropa, enquanto que a Praia Grande é servida por estrada de ferro e de rodagem, ligando-a ao Rio de Janeiro.

Grandes extensões de terras estão se subdividindo cada vez mais, e, esta estrada é justamente um dos fatôres, que mais tem contribuído, de preferência para os loteamentos do tipo urbano e dessa forma intensificado o povoamento. Êste fato terá que forçosamente trazer melhorias urbanas.

Quanto à valorização futura das terras, talvez nos reserve surprêsas; provàvelmente os de serra acima, serão em breve mais procurados, do que têm sido até hoje, incentivando culturas várias, pois para estas, haverá compradores certos durante pelo menos, parte do ano.

Essas terras, já bastante retalhadas, alcançam um número relativamente elevado em relação à área do município. Só a pequena localidade de Ibicuí possui 203 propriedades.

---

[28] — Informações colhidas no Cadastro Rural de Mangaratiba.

Fig. 18 — *Loteamento organizado numa zona de restingas, na foz do rio Saco, que corre ao longo da praia.*

(Foto A. J. P. DOMINGUES)

Número de propriedades do município por distrito em 1954 [29]

DISTRITO	Número de propriedades
Mangaratiba	429
Conceição do Jacareí	46
Itacuruçá	532
TOTAL	**1 007**

O município de Mangaratiba, afora as atividades urbanas, que aliás, são bastante reduzidas, possui como principal e quase única fonte de renda, a cultura, a produção e a exportação de bananas.

Outra atividade, que também se salienta, embora em muito menor escala, é a indústria do carvão, com conseqüente aproveitamento das matas derrubadas, para o cultivo da banana, ou apenas para as caieiras dos carvoeiros, sem o posterior aproveitamento das terras.

Além dessas duas atividades já mencionadas, podemos ainda citar outra, que representa relativa importância para a região: a pesca, praticada de preferência no distrito de Itacuruçá, onde se estabeleceu a colônia de pesca e o entreposto. Esta ocupação é também importante na Marambaia, cujos moradores, se dedicam quase ùnicamente a ela, sendo nesta ilha, que se localiza uma escola de pesca.

Das antigas atividades locais, nada restou, nem mesmo a farinha de mandioca, que era produzida em quantidade suficiente para expor-

[29] — Dados do Cadastro Rural de Mangaratiba.

Fig. 19 — *Embarcações de pescadores, ancoradas na enseada de Mangaratiba.*

(Foto A. J. P. DOMINGUES)

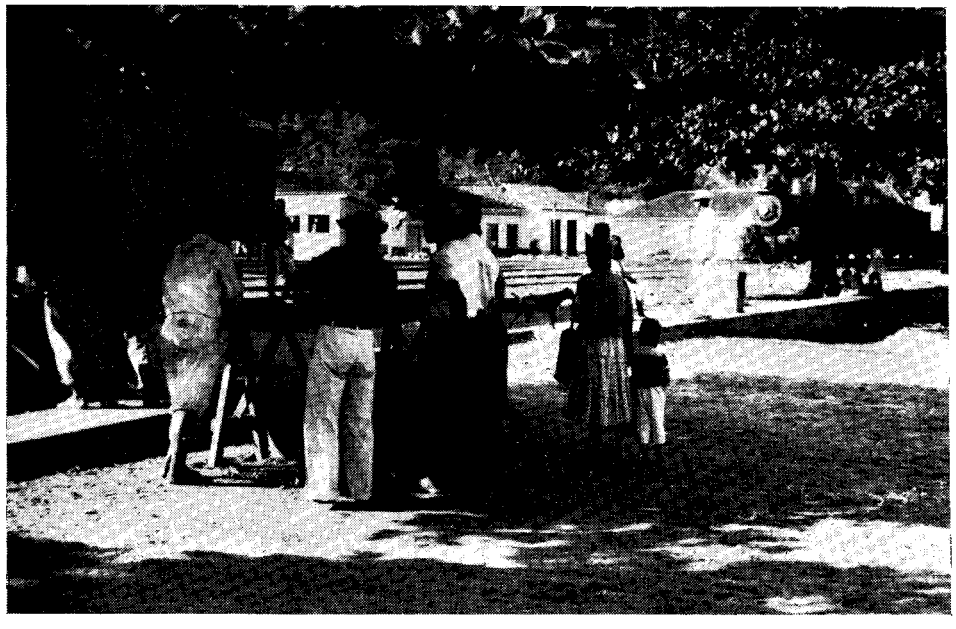


Fig. 20 — *O produto pescado, além de transportado diretamente nos trens, é também vendido em barracas à beira da praia.*

(Foto A. J. P. DOMINGUES)

tação, enviada ao Rio de Janeiro. Hoje em dia não há pràticamente fabricação da mesma.

A banana, por ser cultura permanente, ocupa durante todo o ano os agricultores e proprietários. Ela é plantada em terras próprias e

arrendadas. O aluguel da terra é feito por contrato verbal, pagando o arrendatário por ano determinada quantia, que é no máximo de Cr$ 1 000,00. Êstes contratos são feitos para um prazo, que varia de 5 a 10 anos.

Neste município, predominam as pequenas e médias propriedades, pertencendo a vários donos, principalmente nos distritos de Mangaratiba e Jacareí, enquanto que o número de latifúndios é bem menor e dispersos em tôda a zona (Vide quadro n.º 1).

QUADRO n.º 1

Tabela da área dos estabelecimentos agropecuários do município.

MUNICÍPIO	GRUPO DE ÁREAS							
	Totais		— De 100 ha		— De 1 ha		De 1 a — de 2 ha	
	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área
Mangaratiba	245	32 341	209	3 698	—	—	—	—

MUNICÍPIO	GRUPO DE ÁREAS (100 ha e mais)													
	Totais		De 100 a — de 200 ha		De 200 a — de 500 ha		De 500 a — de 1 000 ha		De 1 000 a — de 2 500 ha		De 2 500 a — de 5 000 ha		De 5 000 a — de 10 000 ha	
	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área
Mangaratiba	36	28 643	12	1 738	10	3 429	5	3 949	7	8 628	1	2 904	1	7 995

Sendo um município litorâneo, possui terras da União, de marinha, chamadas foreiras, estas devem ocupar aproximadamente uns 15 000 hectares. São terras utilizadas para lavoura ou ocupadas por pescadores.

As propriedades se distribuem de maneira muito dispersa, pelas encostas da serra, e mais agrupadamente nas baixadas.

No seu aproveitamento predominam as áreas de culturas permanentes de banana e de laranja, sendo esta em quantidade muitíssimo menor.

As áreas restantes são dedicadas às culturas menores para consumo exclusivo da população local, como arroz, batata-doce, feijão, mandioca, milho, tomate e recentemente, ainda em reinício de produção, o açúcar; para as pastagens, em aproveitamento muito reduzido na região e, ainda áreas deixadas à mata, que são, algumas delas, aproveitadas para indústria da madeira.

Êste fato, é verificado em uma das maiores propriedades do primeiro distrito, em Ingauba, que de seus 7 995,7 hectares, são reservados à mata nada menos de 4 985,2 hectares.

No entanto o aproveitamento das áreas, é quase na sua totalidade, em culturas de bananas.

O arrendatário, vende comumente sua produção ao proprietário das terras. Quando há excesso dos produtos de suas pequenas lavouras subsidiárias, costumam vendê-los na cidade.

Empregam-se na lavoura, também diaristas, denominados, no lugar, de camaradas, que percebem seu pagamento ao findar o dia de trabalho. O salário é de Cr$ 40,00. Casualmente aparecem os trabalhadores de parceria, que a fazem, tanto com o proprietário quanto com o arrendatário, sem alimentação. Êsses têm o direito de explorar a pequena lavoura e a criação doméstica, para consumo próprio.

A forma usual da prática de parceria nas lavouras é geralmente meação ou de têrça e, o parceiro é obrigado a todo o serviço da lavoura, dando ao proprietário 50% ou 1/3 da produção; êstes são indenizados pelos fazendeiros, caso êstes venham a romper o contrato, por se tratar de uma lavoura permanente.

Os processos de trabalho neste município, são bastante primários, visto os instrumentos mais usados serem a enxada e a foice.

O nível de vida da população rural é bem pobre, sendo os "camaradas" os de mais baixo padrão econômico. Os pequenos proprietários empregam sua própria família no trabalho da lavoura. Sòmente os grandes proprietários, possuem realmente nível de vida, que lhes permite relativo confôrto, em melhores habitações.

Esta população rural apresenta oscilações muito lentas, quase não se transferem de suas terras, e, são poucos os elementos, que de outros lugares têm a intenção de lá se estabelecerem.

Os lavradores não recebem o menor auxílio, não estão filiados a nenhum centro agrícola e os existentes no estado, localizam-se a grandes distâncias. Esporádica tem sido a ajuda do centro de Campo Grande (apenas inseticidas). Não possuem sequer máquinas beneficiadoras.

Nesta localidade há uma associação (Associação Rural de Mangaratiba), que embora criada recentemente e, não tendo ainda conseguido realizar satisfatòriamente seus propósitos, facilitando a compra de ferramentas, combatendo a praga e a formiga, já possui a confiança dos lavradores.

As terras dêsse município, como já citamos anteriormente, são aproveitadas para o cultivo da banana, aproximadamente em 50% das áreas das diversas propriedades, não só do continente, como também das ilhas circunvizinhas, de onde, semanalmente vem grande quanti-

dade dessa fruta, para ser embarcada nos trens ou levada pela rodovia, até a cidade do Rio de Janeiro.

Os pequenos fazendeiros, que possuem barcos próprios ou alugados, trazem-nos carregados de bananas, as quais são transportadas pelos próprios remadores e embarcadas nos trens da Central do Brasil, a caminho da capital do país.

Uma das fazendas, que tem maior exportação é a denominada Três Orelhas, que produz em média 1 200 cachos, vendidos na base de Cr$ 200,00 a dúzia ou Cr$ 15,00 o cacho (1954).

É interessante observar como aumentou o valor da produção da banana, a partir de 1947. Êste fato talvez seja devido à maior exportação do produto e, também à maior facilidade de escoamento, após a abertura da estrada de rodagem, que em muito tem ajudado os lavradores, pois apanham a mercadoria na própria fazenda, e a levam diretamente aos mercados consumidores, como sejam, o Mercado Municipal e várias outras feiras da capital da República, como Barra da Tijuca, Gamboa, Jacarepaguá, Madureira e Cascadura, de onde é levada inclusive para uma fábrica de doces.

Produção da banana no município de Mangaratiba —
1946 — 1950

ANOS	Área cultivada	Quantidade	Valor (Cr$ 1 000)
1946	3 000	1 200	3 600
1947	3 203	1 528	10 696
1948	1 980	1 592	11 147
1949	2 235	1 814	12 698
1950	2 351	1 881	15 049

Pelo quadro acima, podemos observar, que o valor do produto, de 1946 a 1950 aumentou de quase 30%.

Apenas sete propriedades em todo o município não possuem cultura permanente, sendo suas terras aproveitadas em pastagens e parte entregue às matas.

Esta região possui bem poucas culturas temporárias, e, apenas a têrça parte das propriedades, utiliza suas terras, no cultivo das mesmas.

A cultura da laranja, atualmente, na região, está decadente e, pràticamente abandonada, tendo sua produção decaído há mais de dez anos. Dela, restam apenas alguns laranjais, nas planícies do Saco de Mangaratiba.

A sua produção em 1945 era de 3 500 centos e, sucessivamente, até 1950 temos — 1 200—4 000—4 000—4 000. No entanto, hoje em dia, não dá para o consumo local, sendo necessária a sua importação.

A produção de culturas de gêneros alimentícios como arroz, feijão, mandioca, milho e a do tomate e hortaliças, ocupa área

muito pequena e é praticada geralmente pelo arrendatário ou pelos pequenos proprietários. Ela é feita juntamente com a cultura da banana; não representa valor econômico para a região, mas sim, uma cultura de subsistência.

QUADRO N.º 2

Culturas temporárias no município de Mangaratiba

CULTURA	Área cultivada	Quantidade da produção	Valor (Cr$)
1944			
Arroz em casca	5	100 sacos	7 500
Batata-doce	8	100 toneladas	50 000
Feijão	20	100 sacos	10 000
Mandioca	20	200 toneladas	80 000
Milho	25	300 sacos	13 500
TOTAL	**78**	—	**161 000**
1945			
Arroz em casca	6	160 sacos	14 400
Batata-doce	3	130 toneladas	65 000
Feijão	45	120 sacos	12 600
Mandioca	50	400 toneladas	60 000
Milho	18	400 sacos	20 000
TOTAL	**122**	—	—
1946			
Arroz em casca	10	63 sacos	7 560
Batata-doce	15	42 toneladas	18 900
Feijão	12	300 sacos	36 000
Mandioca	45	450 toneladas	180 000
Milho	68	1 500 sacos	82 500
TOTAL	**150**	—	—
1947			
Arroz em casca	5	125 sacos	15 000
Batata-doce	15	27 toneladas	5 400
Feijão	25	650 sacos	130 000
Mandioca	2	24 toneladas	9 600
Milho	3	130 sacos	14 040
TOTAL	**50**	—	—
1948			
Arroz em casca	4	55 sacos	11 000
Batata-doce	14	25 toneladas	5 000
Feijão	3	75 sacos	22 500
Mandioca	2	20 toneladas	80 000
Tomate	2	10 000 quilos	34 000
Milho	3	100	10 000
TOTAL	**28**	—	—
1949			
Arroz em casca	10	230 sacos	50 600
Batata-doce	13	14 toneladas	3 052
Feijão	26	445 sacos	129 495
Mandioca	1	9 toneladas	2 250
Milho	10	55 sacos	6 600
Tomate	4	12 000 quilos	36 000
TOTAL	**64**	—	—
1950			
Arroz em casca	8	80 sacos	16 000
Batata-doce	12	24 toneladas	48 000
Feijão	31	440 sacos	79 200
Mandioca	3	25 toneladas	6 250
Milho	15	225 sacos	27 000
Tomate	5	—	—
TOTAL	**74**	—	—

Culturas temporárias no município de Mangaratiba (conclusão)

CULTURA	Área cultivada	Quantidade da produção	Valor (Cr$)
1951			
Arroz em casca	10	120 sacos	30 000
Batata-doce	16	49 toneladas	122 500
Batata-inglêsa	1	50 toneladas	12 000
Feijão	27	270 sacos	67 500
Mandioca	12	103 toneladas	25 750
Milho	32	303 sacos	43 560
Tomate	13	34 000 quilos	115 600
TOTAL	111	—	—
1952			
Arroz em casca	17	230 sacos	59 800
Batata-doce	13	32 toneladas	57 600
Cana-de-açúcar	4	150 toneladas	45 000
Feijão	13	160 sacos	48 000
Mandioca	8	65 toneladas	124 995
Milho	19	220 sacos	33 000
Tomate	2	6 000 quilos	24 000
TOTAL	76	—	—

Em 1950, recomeçaram a produzir a cana-de-açúcar, com uma produção de 2 500 toneladas, no valor de Cr$ 500 000,00, ocupando uma área de 50 hectares.

O café, também está ressurgindo, em pequena quantidade, apenas em algumas fazendas.

Quanto à criação de gado, neste município, é extensiva e, compreende um número reduzido de cabeças, sobressaindo-se o primeiro distrito, que tem aproximadamente 2 000 animais. Ela é praticada em pastos de capim gordura, cujo único preparo, são as queimadas anuais, a fim de que êsses se renovem.

De modo geral, os que lidam com o gado, localmente, não possuem denominação especial; algumas vêzes, são chamados de retireiros, os que tomam conta de uma porção de gado ou sítio de engorda, ou de vaqueiros, os que ordenham as vacas.

Porcentagem mínima de fazendas, dedicam alguns hectares de terras à criação de gado para o corte e, apenas duas se salientam, enviando seus produtos ao matadouro de Santa Cruz. O restante do gado é aproveitado para o leite e seus derivados, que no entanto, não são suficientes nem mesmo para o consumo da cidade.

A falta de recursos para o devido cuidado com a pecuária, provoca enormes baixas entre os bezerros, morrendo em média 3, em cada 10 animais nascidos.

MUNICÍPIO	NÚMERO DE CABEÇAS						
	Bovinos	Eqüinos	Asininos	Muares	Suínos	Ovinos	Caprinos
Mangaratiba	1 800	700	—	600	5 000	350	300

Predominando na região, a pequena propriedade, não favorece a criação extensiva do gado. Êste, para apresentar lucro, deveria ser criado intensivamente, em pequenas propriedades, com estábulos e instalações apropriadas.

A atual cidade de Mangaratiba, sede do município, apesar de ser servida por estradas de ferro e de rodagem que a comunicam com o Distrito Federal, proporcionando-lhe considerável movimento de fim de semana, ainda conserva, em grande parte, aspecto colonial; as ruas são poucas, quase tôdas sem calçamento, as casas, algumas apenas assobradadas, contrastam com a maioria, de construção antiga.

Restam-nos no entanto, grandes esperanças de um futuro melhor, porquanto, nesta cidade, iniciam-se numerosos loteamentos de caráter urbano, acrescentando-se a isso, as obras da estrada de rodagem, que em breve se estenderá a todo o litoral fluminense, alcançando Angra dos Reis, e chegando mesmo, às proximidades de São Paulo [30].

O pôrto de Mangaratiba, que outrora fôra tão importante, em nossos dias, tem movimento quase nulo, com exceção dos sábados, quando a êle aportam numerosos barcos, de tamanhos variados, vindos das ilhas vizinhas e do distrito de Conceição do Jacareí.

Essas embarcações, na sua maioria pequenas canoas, vêm ùnicamente carregadas de bananas, trazendo em média 80 a 100 dúzias de cachos dessa fruta; aproximam-se da praia e, seus remeiros carregam diretamente o conteúdo de seus barcos, para o interior dos trens, que o transportarão para a cidade do Rio de Janeiro (Fig. 22). As lanchas

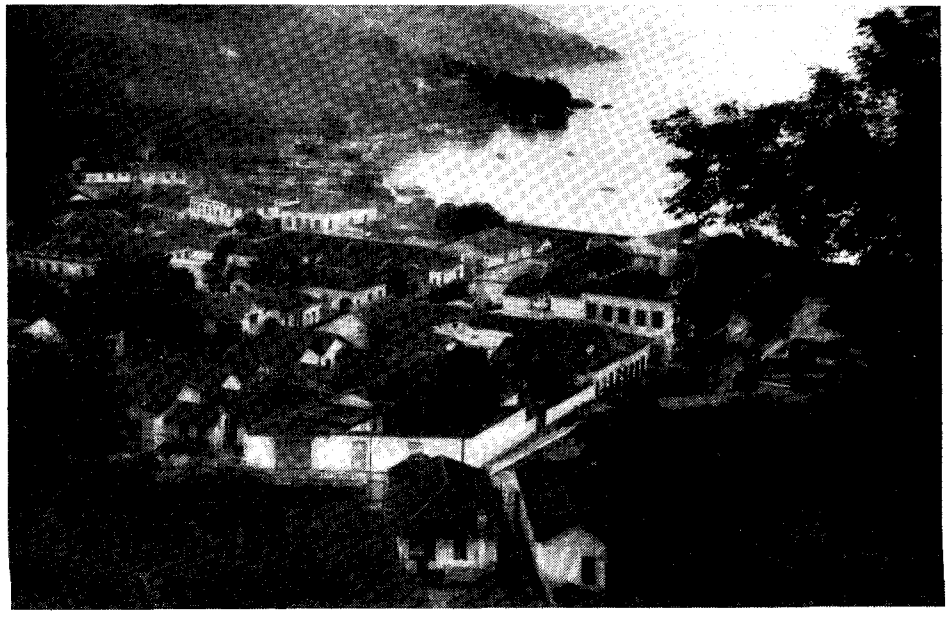


Fig. 21 — *Vista parcial da pequena cidade de Mangaratiba, que estando imprensada entre o mar e a serra, tem poucas possibilidades de se expandir.*

(Foto A. J. P. DOMINGUES)

[30] — RIBEIRO, Adalberto Mário — *Rêde Rodoviária Fluminense.*

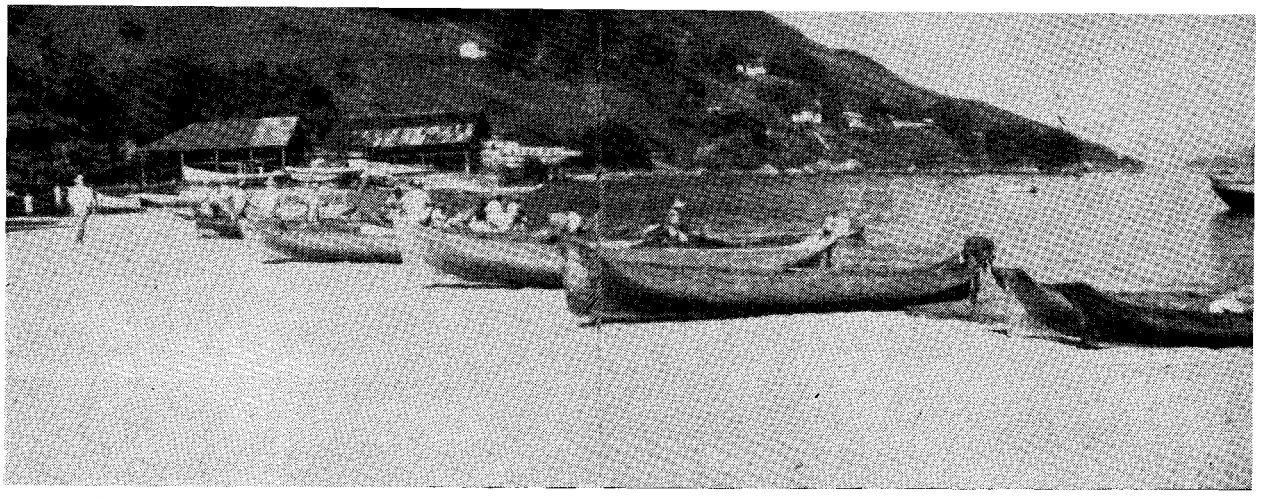


Fig. 22 — *As pequenas embarcações que aqui vemos, vêm das ilhas e terras próximas, carregadas de bananas, as quais são embarcadas diretamente nos vagões dos trens.*
(Foto do autor)

maiores, quase tôdas particulares, utilizam-se do ancoradouro, que lhes facilita o desembarque em caminhões.

Em Itacuruçá, existe um pequeno ancoradouro, que está em franco progresso e, possìvelmente, num futuro próximo, virá a suplantar aquêle. Atualmente, êle exporta diretamente para o Rio, carvão e banana.

O Serviço de Navegação Sul-Fluminense, mantém o transporte de passageiros e cargas, para várias localidades próximas, como Angra dos Reis, cujo serviço é feito diàriamente; Parati, com viagens de 2 em 2 dias, de onde lhes vem parte do peixe consumido; mais espaçado é o intercâmbio com o ancoradouro de Abraão, na Ilha Grande, ao qual chega um barco de 4 em 4 dias. E ainda outros, como Conceição do Jacareí, Mambucaba, etc.

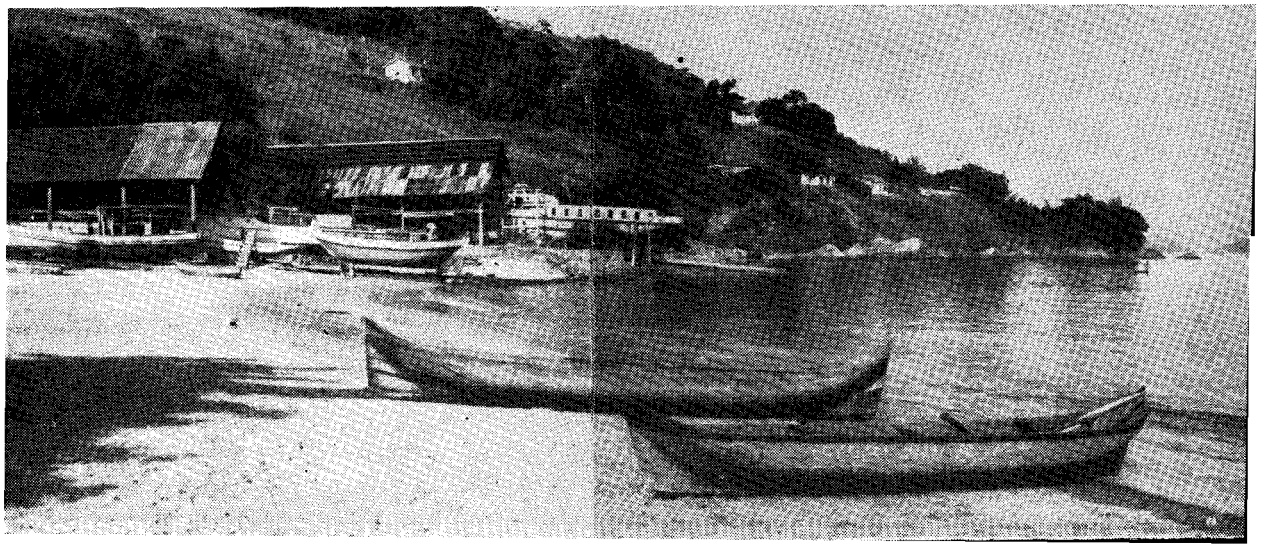
As companhias particulares, levam vantagem sôbre a do estado, porque, por incrível que pareça, esta paga várias taxas, o que encarece o transporte, enquanto, que o preço exigido por aquelas, é bem menor, o que as tornam mais procuradas [31].

Fazem-se, atualmente, estudos sôbre a possibilidade da construção de um pôrto na ilha de Itacuruçá, com grande capacidade, para a ex-

---

[31] — Informação prestada pelo Pôrto Estadual de Mangaratiba.

Fig. 23 — *A esquerda da fotografia, vemos os dois estaleiros situados na praia de Mangaratiba.*
(Foto do autor)



portação do minério de Conselheiro Lafaiete e a importação do carvão, para Volta Redonda. É quase certo, que a execução dêsse trabalho, não poderá ser imediata, visto ser necessária a inversão de vultosos capitais [32].

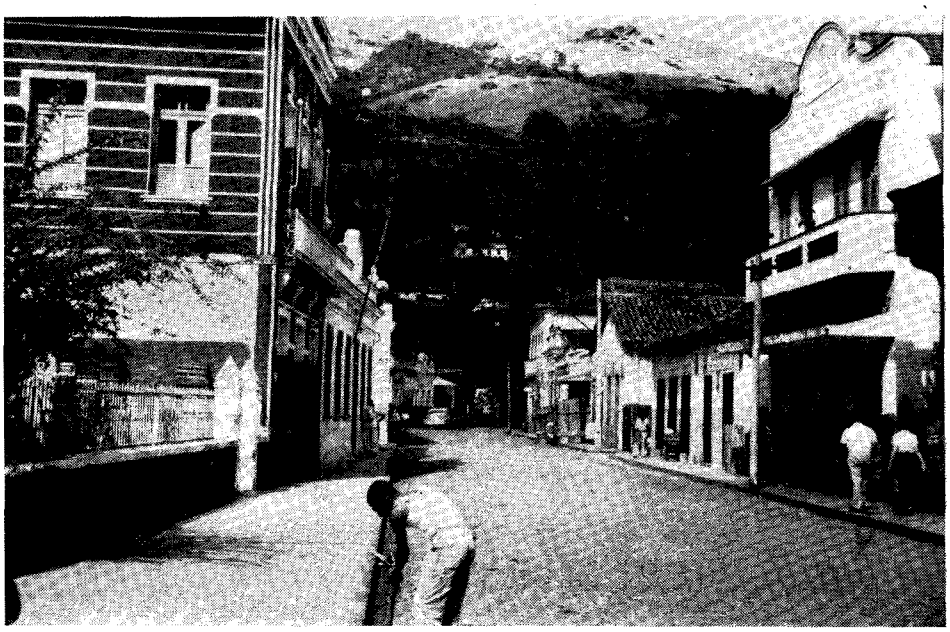


Fig. 24 — *Aspecto da rua principal da cidade de Mangaratiba, onde se localiza o Banco e a Prefeitura Municipal. Suas casas, com raras exceções, são construções coloniais.*

(Foto do autor)

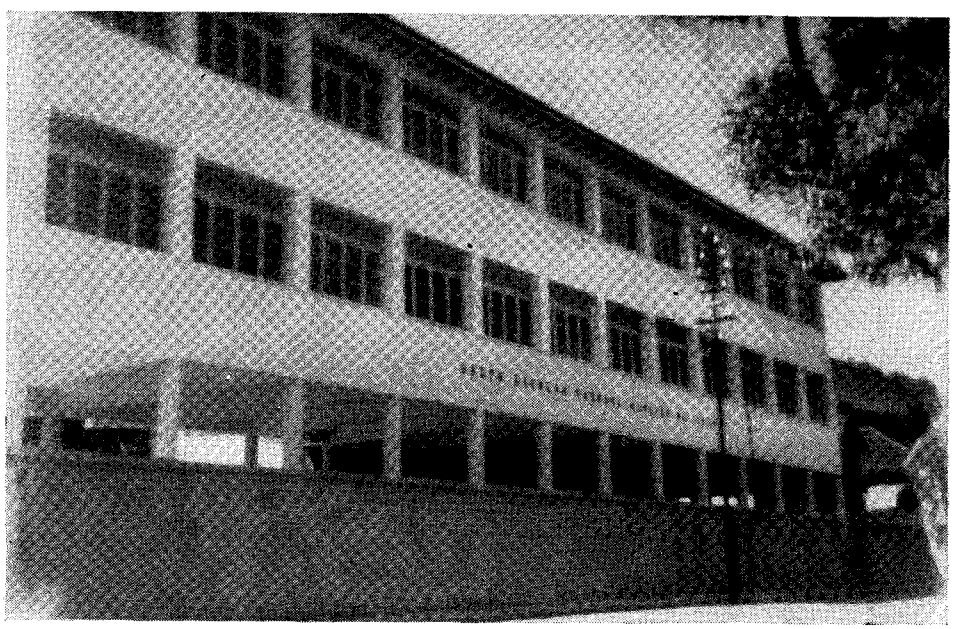


Fig. 25 — *Escola General Moreira da Silva, uma das poucas construções, que acompanham as linhas modernas da arquitetura.*

(Foto do autor)

[32] — Informações colhidas no Serviço de Portos, Rios e Canais.

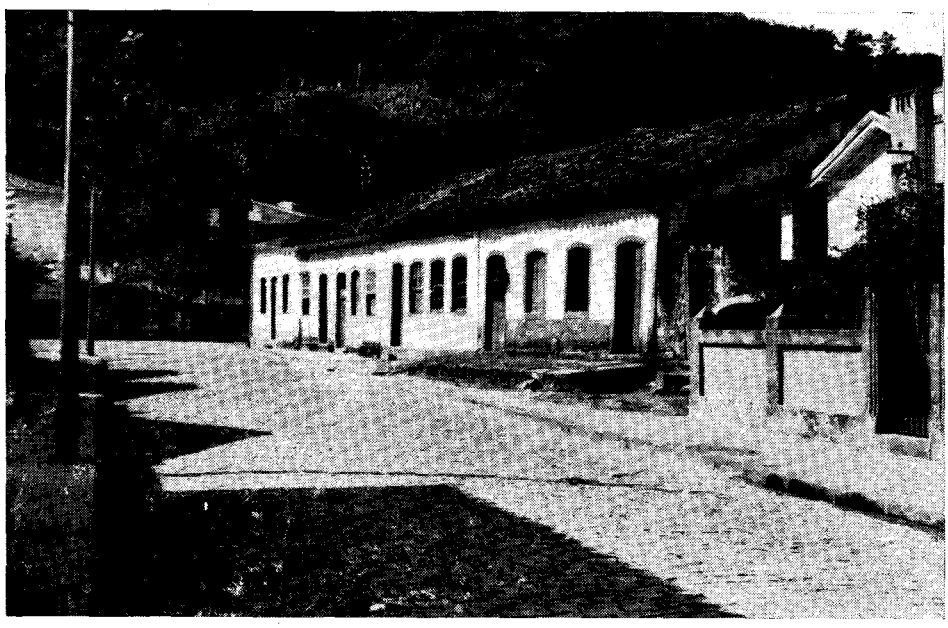


Fig. 26 — *Velha rua da cidade, cujas casas são ainda construção do século passado.*
(Foto A. J. P. DOMINGUES)

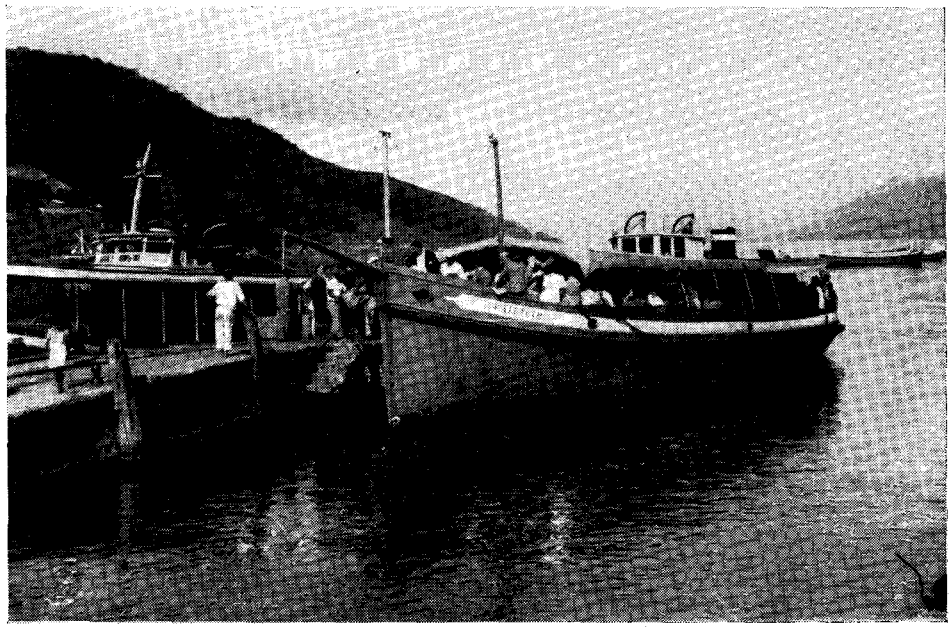


Fig. 27 — *Aspecto do ancoradouro do pôrto de Mangaratiba, no qual vemos um barco de passageiros, que se destinam a Angra dos Reis.*
(Foto A. J. P. DOMINGUES)

Na ilha da Marambaia, há um ancoradouro, cuja importância está diretamente ligada à pesca, atividade exclusiva da população local. Nessa ilha, além da Escola Técnica de Pesca "Darci Vargas", existe uma escola profissional de Marinha Mercante, como também, várias indústrias adstritas à pesca, como frigoríficos, fábricas de rêdes, peixes enlatados, etc.

Na pequena cidade de Mangaratiba, situam-se dois estaleiros, um dêles funcionando desde 1923. Constroem barcos pequenos e barcaças, fazem restaurações de outras, de preferência, quando há excesso de serviço nos estaleiros de Angra dos Reis.

CONCLUSÃO

Como acabamos de ver, a existência dêsse município, passou por várias fases, quase tôdas ligadas a ciclos de economia agrícola.

Depois do açúcar e da pesca, a cultura do café foi por muitos anos, a vida dêste povoado, dando-lhe riqueza e realce. Foi ainda a rubiácea, que necessitando de braços para a lavoura, aumentou a introdução de milhares de escravos africanos, dando importância ao pôrto da Marambaia, cuja trajetória, teve fim, ao proibirem o tráfico negreiro.

Quanto ao pôrto de Mangaratiba, tornou-se de maior importância, para o estado, justamente com o desenvolvimento do café. Decaiu, após a abertura de estradas, que desviaram os produtos para outros ancoradouros.

Continua até hoje a dominar na região, a monocultura, ocupando as lavouras de gêneros alimentícios, lugar ínfimo, em relação ao produto valorizado, que, por último, tem sido a banana. Esta, apesar de não possuir o mesmo valor econômico que o café, está aos poucos reerguendo o município.

Os loteamentos, estão trazendo numerosos turistas, que se vêm interessando pela região e até mesmo nas terras serranas, onde se estabelecem em sítios e chácaras.

Nesta região, cujo progresso é tão lento, utilizam ainda, em plena era das máquinas, processos agrícolas de séculos passados. A sua industrialização é quase nenhuma, resta-nos, porém, uma esperança, por se tratar de uma região acidentada e, de grande pluviosidade, onde possìvelmente se poderá aproveitar suas quedas d'água, em energia hidráulica.

Outra atividade, que poderá ser explorada com êxito, em tôda a costa serrana da Ilha Grande, é a extração de madeiras de lei, já vastamente utilizadas no passado.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Luís — *História da Agricultura no Brasil*. 3 tomos — Série Brasiliana — Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1939.

Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro — Ano I, 1953.

Atlas Pluviométrico — Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura.

BACKHEUSER, Everardo — *A Faixa Litorânea do Brasil Meridional* — Rio de Janeiro, 1918.

BERNARDES, Lísia Maria Cavalcanti — "Tipos de Clima do Estado do Rio de Janeiro" — *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIV, n.º 1.

CAMPOS, Gonzaga de — "Mapa Florestal do Brasil" — *Boletim Geográfico,* ano I, n.º 9.

CORRÊA FILHO, Virgílio — *Jornal do Comércio* — 27-3-1949.

DANSEREAU, Pierre — "Distribuição de Zonas e Sucessão nas Restingas do Rio de Janeiro". *Boletim Geográfico,* ano VI, n.º 60.

DE CARLI, Gileno — *A Evolução do Problema Canavieiro Fluminense* — Rio de Janeiro — 1942.

Documentação Municipal do IBGE — 1953.

Documentação do Arquivo Corográfico — Conselho Nacional de Geografia.

Estatística de Propriedades — Cadastro Rural de Mangaratiba — 1954.

FORTES, José Matoso Maia — *Condições Econômicas do Rio de Janeiro.*

GÓIS, Hildebrando de Araújo — *A Baixada de Sepetiba* — Relatório do DNOS — 1942.

Inquérito da Comissão Nacional da Política Agrária em colaboração com o IBGE — 1953.

LAMEGO, Alberto Ribeiro — *O Homem e a Guanabara* — Biblioteca Geográfica Brasileira — Publicação n.º 5. Série A — "Livros" — Conselho Nacional de Geografia, 1948.

LAMEGO, Alberto Ribeiro — *O Homem e a Serra* — Biblioteca Geográfica Brasileira — Publicação n.º 8 — Série A — "Livros" — CNG — 1950.

MENDES, Renato da Silveira — *Paisagens Culturais da Baixada Fluminense.* Tese de doutoramento apresentada à cadeira de Geografia Humana — São Paulo — 1948.

PEDROSO, José e Clodomiro Rodrigues — *Rio de Janeiro — O Estado e o Município* — Rio de Janeiro, 1953.

Periódico da Campanha Agrícola e Industrial Fluminense — Mangaratiba — Rio de Janeiro.

PIZARRO, José de Sousa — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil* — Rio de Janeiro, 1820.

PRADO JÚNIOR, Caio — *Formação do Brasil Contemporâneo* — Colônia — São Paulo, 1942.

RIBEIRO, Adalberto Mário — *Rêde Rodoviária Fluminense.*

RUELLAN, Francis — "Evolução geomorfológica da baía de Guanabara e das regiões circunvizinhas". — in *Revista Brasileira de Geografia,* ano VI, n.º 4 — 1944.

SAINT-HILAIRE, Augusto de — *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil* — Série Brasileira, vol. 210 — São Paulo, 1941.

SERRA, Adalberto — "Clima do Rio de Janeiro" — *Boletim Geográfico,* ano VII, n.º 68.

Sinopse Estatística do Município de Mangaratiba — IBGE — 1948.

TAUNAY, Afonso E. — *História do Café no Brasil* — Edição do Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro, 1939.

VASCONCELOS, Clodomiro Rodrigues — *O Estado do Rio de Janeiro.*

Publicação do Arquivo Nacional — *Sesmarias no Brasil.*

SUMMARY

Mangaratiba is situated on the banks of Sepetiba Bay, in Rio de Janeiro.

In this region the mountain is too close to the coastal line and we can distinguish different relief features: the "Serra do Mar" and its buttresses; the coastal massifs represented by the surrounding islands and the alluvium plains.

The mountaim presents and abrupt slope intensively eroded by torrential rivers which drawn it back; it doesn't correspond anymore to the primitive fault. Those rivers carry way great quantities of sediments; these and those of marine origin together are going to built the coastal lowlands.

The soil of the scarp is originated by the decomposition of gnaisse and granite regarding the intense humidity of the region; this characteristic is dued to the masses of air which come

from the ocean and strike against the "Serra do Mar"; another consequence of this humidity is the tropical humid forest which has been deeply cut down and in its place appears agricultural cultures as the coffee one and presently, the banana one.

Explored since the first times of our colonization by contrabandists of "pau brazil", only in the XVII century it was really occupied.

The local economy, for many years, was based in timberwork, fishing, sugar cane plantations and later on in coffee and banana.

Although its soils are not appropriate to great cultures, during the Empire, Mangaratiba had an outstanding role as the natural port for exportation the products of the hinterland; when the communications began to be made directly to the Port of Rio de Janeiro, the town and the whole municipality ruined; this situation continued to the present days.

Its recovering is very slowly on account of the following factors: the lack workmanship, the exhaustion of the soils as a consequence of the primitive methods of culture employed.

Mangaratiba was an exemple of a town which was born from a commercial road and a port, but whithout possessing basic local products.

RÉSUMÉ

Le municipe de Mangaratiba est situé en marge de la baie de Sepetiba.

Dans cette région où la montagne s'approche du littoral on distingue les aspects suivants: La Serra do Mar et ses contreforts; les massifs du littoral et les iles voisines; les plaines d'alluvions.

La chaine se présente comme un versant vigoureux, escarpé, marquée par l'érosion des fleuves torrentielles qui l'a fait reculer; la pente ne correspond plus à la faille primitive. Ces mêmes fleuves charrient une grande quantité de sédiment qui ajoutés aux sédiments d'origine maritime forment les plaines du littoral.

L'escarpe est rêvetue d'une couche de terre résultante de la décomposition du gnaiss et du granit due à l'humidité intense de la région: les masses d'air humide venues de l'océan s'arrêtent contre la "Serra do Mar"; en conséquence de cette humidité la végétation de la côte este formée par une forêt tropicale qui a été grandement déboisée et remplacée par des cultures agricoles de café et actuellement de bananes.

Exploitée dès commencements de notre colonisation par les contrebandiers de 'pau -brasil", elle n'a été occupée que pendant le XVII° siècle.

Pendant de longues années l'économie locale c'est restreind à l'extraction du bois, à la péche, à la canne à sucre et plus tard aux cultures du café et des bananes.

Pendant l'empire le port a servi de débouché aux productions des régions voisines. Plus tard des nouvelles routes furent ouvertes et la région a été directement liée au port de Rio de Janeiro, de là la décadence du port comme de celle de tout le municipe, situation qui persiste jusqu'á nos jours.

La récupération se fait très lentement, Il manque la main d'oeuvre, le sol est épuisé par des cultures consécutives et mal orientées, qui provoquent l'érosion accélerée des terres dont les plantations sont faites sur des versants trop marqués.

Mangaratiba peut être citée comme un exemple de ville née d'une route comerciale et d'un port sans posseder toutefois des bases de productions locales.

OS NOMES GEOGRÁFICOS E A CARTOGRAFIA

Major SEBASTIÃO DA SILVA FURTADO
(Do Serviço Geográfico do Exército)

1 — Importância dos nomes geográficos. Seu profundo significado

Os nomes geográficos definem e delimitam uma área cultural, pois, à semelhança dos demais vocábulos, refletem a estrutura vertical ou dialetológica (geologia lingüística) e a horizontal (geografia lingüística) do idioma. "A fisionomia de um país — diz BERNARDINO (1) —, não raro traduz-se por certos nomes que a terminologia geral, umas vêzes supre, subsidiando-a, outras a relega ao desprêzo para a subtituir avantajada".

As vicissitudes da história e da vida, a mentalidade de uma época e de um povo, a natureza, em suas características fisionômicas, estão muitas vêzes retratadas nesses vocábulos, lembra êle, ainda.

"As invasões passam, os costumes modificam-se ou desaparecem, as condições físicas do solo variam, e contudo os nomes lá ficam muitas vêzes, como marcos esquecidos, como sentinelas do passado a revelar grande número de fatos que de outro modo nos seriam inteiramente desconhecidos", lembra o grande filólogo e etnólogo LEITE DE VASCONCELOS (2). É a própria história da formação de um povo entrevista nos marcos toponímicos, que, no espaço e no tempo, balizaram sua trajetória evolutiva!

Os topônimos, que são, ou serão, fósseis lingüísticos, indicam e refletem, também, os estratos das línguas faladas pelos povos que se sucederam ou se fundiram na ocupação de um dado território.

Os nomes geográficos são, portanto, testemunhos históricos do povoamento. Sendo a carta, um documento, deve ela, recolhê-los com os maiores rigor e fidelidade possíveis.

2 — Papel dos nomes geográficos na cartografia.

A carta é uma representação gráfica, simbólica e convencional de uma paisagem humanizada da Terra. Ela deve, assim, figurar fielmente não só o aspecto físico do terreno, como também, as obras humanas que êste possibilitou ou condicionou.

Sob vários aspectos, a carta é "um registro científico, um documento histórico, um instrumento de pesquisa e um objeto de arte" (3). Deve ela, então, vir a lume com elevado padrão de beleza, precisão e fidelidade, revestindo-se de expressivo conteúdo cultural, tendo, por isto, o órgão incumbido de a elaborar a responsabilidade de dar a máxima atenção a tôdas as fases do seu preparo e a tôdas as partes que a compõem.

Os nomes geográficos — topônimos e antropônimos — são uma das mais importantes e delicadas partes da carta, porque êles a animam e personalizam e porque, em síntese admirável, representam a linguagem geográfica essencial que se fala na área cartografada. A nomenclatura geográfica, é a linguagem da carta e a identidade da região representada. "Geographic names — observa o professor RAISZ (4) — are of concern to the cartographer because they are necessary for the identification of places and features symbolized on maps. It is virtually impossible to refer to individual places on maps without employing place names".

No âmbito cartográfico, a toponímia é, pois, um como registro civil da região. Eliminem-se da carta os topônimos, e a área representada tornar-se-á morta e anônima, a despeito de todo o seu enquadramento geográfico e analítico! "Todo país possui um vocabulário geográfico, que se lhe acomoda e une como atributo essencial e individualizador. É-lhe próprio, exclusivo. Delineia-se rasgadamente patriótico, de fruição quase exclusivista, dir-se-ia até egoista", assinala BERNADINO (5).

---

* Comunicação apresentada a I Reunião Brasileira de Consulta sôbre Cartografia, realizada em São Paulo, em outubro de 1958.

3 — Os nomes geográficos e a categoria da carta.

O problema dos nomes geográficos assume aspecto e importância distintos para as diversas organizações cartográficas, conforme tenham elas por finalidade apenas a produção de cartas topográficas ou tão sòmente a de cartas geográficas.

As cartas cadastrais, representando todos os pormenores da área levantada, estampam todos os locativos. As topográficas, de maneira idêntica, representam pràticamente todos os nomes geográficos — topônimos e antropônimos. As geográficas — cartas ou mapas, figuradores dos principais traços físicos e humanos do território cartografado, como serras, rios, localidades e vias de comunicação mais importantes, —, finalmente, estampam apenas os principais nomes geográficos, exatamente os mais conhecidos. As topográficas, além dêstes, ainda exibem quase todos os nomes geográficos menos importantes da região levantada. A geográfica perpetua, quase sempre, a toponímia conhecida e consagrada; a topográfica, além de o fazer também, recolhe mais uma toponímia muitas vêzes ainda desconhecida cartogràficamente, quando não coleta uma outra duvidosa ou em fase de fixação, como ocorre com a das áreas em desbravamento.

"Small-scale maps of large areas — confirma o Prof. RAISZ (6) — usually show only such major features as countries, cities, larges rivers, mountain systems, seas and gulfs. The required names for such maps can be selected most conveniently by comparing the names to those on similar maps, and in desk atlases, geographical dictionairies, general gazetteers, and comparable materials. Names in agreement in several sources and in accord with the principles outlined above should be chosen for use.

Large-scale maps allow the inclusion of many geographical names wich will not be found, on small-scale maps...".

4 — O cartógrafo em face dos problemas toponímicos.

Pràticamente tôda carta topográfica que se prepara suscita sérios problemas toponímicos, ocorrendo, inclusive, algumas dificuldades antroponímicas, mormente se das áreas coloniais. Adverte o citado Prof. RAISZ (7).

"The cartographer concerned with the problem of obtaining place names... should keep in mind a general caution. Few maps or other materials are reliable in their geographic nomenclature that they can be safely used as sources for place names without comparision with other materials. Many place-name source materials are faulty because of careless compilation or inadequate compilation data; other because their name identification is out of date. Place names are not static. They change for numerous reasons...".

O cartógrafo consciencioso e responsável, defrontando-se com tais problemas, vê-se forçado a estudá-los, para tanto realizando pesquisas, análises, comparações, interpretações e, finalmente, a seleção ou escolha. As dificuldades que se lhe antepõem são enormes. Além disto, raríssimos cartógrafos conhecem com profundidade suficiente o problema toponímico. É ainda do Prof. RAISZ (8) a observação que se segue:

"Toponymics, the science of place names, is a field of kowledge based on specialized training in geography, linguistics, and history. Few cartographers fully comprehend the complexity and specialized character of place-name problems or have the necessary facilities and training te doal with them in detail. Most persons engaged in the field at scientific level are in the service of government that undertake extensive mapping programs".

5 — Problemas toponímicos mais freqüentes na cartografia

Os problemas toponímicos que mais comumente exigem a atenção e a decisão do cartográfo são:

— Existência de mais de um nome para designar o mesmo acidente.
— Pronúncias e grafias diferentes do mesmo nome.
— Emprêgo do mesmo nome em mais de um acidente de igual gênero, na mesma circunscrição administrativa.
— Incerteza na localização do acidente a que se refere o nome indicado, fato muito comum nas regiões em desbravamento.
— Transferência do nome de um acidente para o seu vizinho de igual gênero, por tê-lo fornecido negligentemente o informante sertanejo.

— Discordância entre o nome lançado no mapa e o de uso local, fato acentuado entre nós depois de alteradas as denominações das cidades e vilas homônimas.
— Discordância entre o uso local contemporâneo e o uso local histórico. Em certos casos poderá convir a restauração e a preservação do nome histórico. Quanto à preservação, convém, muitas vêzes, garantir a continuidade de um nome de excepcional importância.
— Novos nomes propostos, sobretudo nas áreas de colonização ou de loteamento recente, nas quais a toponímia está ainda em fase de fixação, entrando em conflito ou em superposição com os topônimos locais tradicionalmente aceitos.

Os mais sérios problemas, porém, são os seguintes:

a) coleta errônea ou defeituosa dos nomes geográficos;
b) grafia incorreta dos topônimos recolhidos;
c) grafia errada dos topônimos compilados;
d) êrro na grafia dos antropônimos asiáticos e europeus não-lusitanos, sobretudo teutos e eslavos, difíceis de serem percebidos e apreendidos pelos reambuladores.

Para solucioná-los satisfatòriamente exige-se do cartógrafo uma soma considerável e diversificada de conhecimentos. Mas, mesmo dotado com êstes conhecimentos, nem sempre poderá ou deverá êle decidir individual ou unilateralmente, para lançar nomes controvertidos num documento oficial de enorme valor — a carta.

Embora por si só não habilite o cartógrafo a decidir individual ou unilateralmente, o estudo onomatológico torna-o, porém, mais apto para a solução da grande maioria dos problemas suscitados, quase sempre de ordem ortográfica. Daí a importância do seu estudo, para a cartografia.

6 — *O estudo onomatológico. Sua importância*

"A onomatologia — define-a e divide — LEITE DE VASCONCELOS (9) — ocupa-se do estudo da origem e alterações (no sentido e na forma) dos nomes próprios; considerando apenas os que se referem a locais e a pessoas, podemos dividí-la em *toponímia* e *antroponímia*".

Das duas categorias é a *toponímia* que tem sido mais cultivada, tanto no Brasil, quanto noutros países. A *toponímia* (de *topo*, lugar, e *onyma*, nome), também chamada *toponomástica*, não se limita, porém, ao estudo sistemático dos nomes geográficos; ela também pesquisa a origem dos nomes dos lugares e estuda suas alterações.

O estudo dessas transformações tem grande importância para a análise de certos topônimos. Na cartografia, esta análise é muitas vêzes indispensáveis, mormente nos casos duvidosos ou contraditórios, a fim de se concluir sôbre qual a grafia ou o topônimo mais apropriado ao acidente.

7 — *Estudos e trabalhos onomatológicos estrangeiros. Órgãos e instituições.*

Reconhecendo a importância da toponímia e a imperiosa necessidade de dirimir a confusão reinante entre os seus locativos, os Estados Unidos criaram, no fim do século passado, o *U. S. Board on Geographical Names*, com o objetivo de disciplinar e uniformizar suas ortografia e nomenclatura geográficas, "particularmente nos mapas e cartas publicados pelos diversos Departamentos e escritórios", reza o diploma legal que o instituiu. A Segunda Grande Guerra impôs-lhe uma remodelação, surgindo um novo e mais amplo *U. S. Board on Geographical Names* (*BGN*), integrado por todos os órgãos cartográficos nacionais e instituições geográficas importantes daquele país.

Por idênticos motivos, e com iguais finalidades, o Império Britânico criou um *Permanent Comittee on Geographical Names for British Official Use* (*PCGN*). Há, também, na Inglaterra, uma *Place-Names Society*.

Na Dinamarca, há, desde 1910, uma *Comissão de Toponímia*. A Bélgica tem, desde 1927, uma *Comissão Real de Toponímia e Dialetologia* e, lá, estuda-se a cadeira de Toponímia na Universidade de Liège. A Holanda possui uma Comissão semelhante à da Bélgica. Na Suécia destaca-se a notável atividade científica do *Instituto de Toponímia*, da Universidade de Upsala.

Polarizando os esfôrços internacionais em prol do desenvolvimento dos estudos e trabalhos onomásticos e vencendo as tendências autárquicas da Cultura e Economia européias de então, ALBERT DAUZAT *conseguiu reunir* em julho de 1938, o *I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia.* Entre outros importantes resultados dêsse conclave resultaram:

a) a recomendação, aos países que o não possuíam ainda, para instituírem um órgão oficial de estudo e pesquisa toponímicas;

b) a criação, na França, da *Comissão Nacional de Toponímia e Antroponímia,* com o fim de estimular e coordenar pesquisas, de elaborar vocabulários, etc.;

c) a transformação do *Institut voor Naamkunde,* de Lovaina, em *Centro Internacional de Onomástica,* ligado ao *Comité Internacional de Sciences Onomastiques,* que é parcialmente subsidiado pela UNESCO.

Longa seria a enumeração das organizações e instituições estrangeiras que tratam dos assuntos toponímicos, visto que dêles se ocupam todos os órgãos geográficos e cartográficos e tôdas as entidades de estudo histórico, geográfico e filológico dos principais países. Não obstante, mencionaremos ainda a *Comissão Permanente do Dicionário Geográfico do Chile* e o *Centro de Estudos Onomásticos* de Portugal.

"Todos os nomes toponímicos oficiais, isto é, geográficos, antes de serem usados nos mapas do Canadá, devem ser aprovados pela Comissão Geográfica", informou o Eng.º R. H. PETERS (10) à II Reunião Pan-Americana de Consulta Sôbre Cartografia.

Na Argentina, nenhum mapa, oficial ou não, é impresso sem antes ter sua nomenclatura geográfica minuciosamente examinada, por uma Comissão permanente de professôres, no Instituto Geográfico Militar, que, como se sabe, centraliza tôdas as atividades geográficas e cartográficas argentinas.

De suma importância para a cartografia são os *dicionários* e *glossários geográficos* e os *atlas étnico-linguísticos,* organizados em vários países.

Finalmente, não se podem omitir as recomendações, já consolidadas, das Reuniões Pan-americanas de Consulta Sôbre Cartografia, e o programa normativo da UNESCO sôbre a terminologia científica no mundo e, em especial, sôbre a terminologia geográfica.

8 — *A toponímia no Brasil. Providências oficiais.*

No Brasil, afora grande número de estudos individuais, relativos a vocabulários, dicionários geográficos ou toponímicos e antroponímicos, relações onomásticas e artigos diversos, ainda não se fêz o bastante. Existem, é certo, louváveis trabalhos oficiais, não o suficiente, em profundidade e extensão, porém.

Muitos daqueles trabalhos são especializados, referindo-se sua maioria à toponímia tupi-guarani e aos brasileirismos, e, muito mais restritamente, à toponímia africana.

Outros, só incidentalmente se referem diretamente à toponímia. Entretanto, não se pode encetar qualquer estudo toponímico sério ou fazer pesquisas a respeito de um determinado topônimo sem o conhecimento linguístico e dialetológico.

Só na República surgiram providências oficiais específicas e normativas nas esferas onomatológica e ortográfica, objetivando uniformizar, sistematizar, policiar e disciplinar a adoção e grafia dos topônimos e antropônimos. A não ser quanto à ortografia, essas providências estão longe, porém, de solucionar devidamente tão importante problema.

Não obstante, valiosíssimos têm sido os trabalhos do IBGE. Sob sua inspiração foram tomadas algumas decisões legais, com o fim de sistematizar a nomenclatura geográfica e de disciplinar-lhe a grafia. Estas providências, contudo, atingiram apenas os principais nomes geográficos. Até mesmo muitos dêstes estão ainda a exigir estudo acurado.

Uma das mais louváveis iniciativas do IBGE foi a criação e planificação, no princípio de 1938, do *Dicionário Geográfico Brasileiro,* importante empreendimento a ser realizado progressivamente, em três escalões, que são:

1.º) os Vocabulários Geográficos;
2.º) o Pequeno Dicionário Geográfico Brasileiro;
3.º) e o Grande Dicionário Geográfico Brasileiro.

Dêsse projeto, presentemente confiado ao *Setor de Toponímia,* da Divisão Cultural do CNG, já foram publicados seis Vocabulários Geográficos.

A natureza documental da carta topográfica, que deve ser intrìnsecamente rica e altamente informativa, destaca a necessidade de se dar cuidadosa atenção aos nomes geográficos.

Sentindo-a, a *Diretoria do Serviço Geográfico* organizou um glossário de têrmos geográficos. Sua maior contribuição tem ficado, todavia, pràticamente anônima, apenas registrada nas cartas que tem levantado e imprimido. Para êste fim, no campo, por meio de reambulação, coleta tôda a nomenclatura geográfica das áreas levantadas e, no gabinete, uma das suas Secções examina meticulosamente todos os topônimos e antropônimos recolhidos daquela forma ou havidos por compilação. Os vocábulos duvidosos são investigados, isto é, detidamente examinados, sob os aspectos lingüístico, semântico, etimológico, ortográfico, geográfico, histórico, etc., para tanto recorrendo-se a consultas e pesquisas na documentação bibliográfica e cartográfica pertinente aos topônimos e às região e língua às quais êles pertencem. Finalmente, faz-se cuidadosa filtragem e seleção dos topônimos e antropônimos a serem impressos na carta, bem assim a sua meticulosa revisão ortográfica.

Cada nome geográfico, é intuitivo, exige atenção e exame individual, sob os aspectos cartográfico, etimológico, ortográfico etc.

O *Manual de Convenções Cartográficas* da DSG prevê, disciplina e orienta o emprêgo das legenda cartográficas. Seu artigo 15 recomenda que "as legendas devem se basear sempre que possível em informações de caráter oficial. Na falta destas, devem ser aceitos nomes consagrados pelo uso".

Quando um objeto ou acidente é indicado com mais de um nome, adota-se para o principal o tipo de letra correspondente e escrevem-se os demais entre parêntesis e com letras reduzidas à metade".

O fato de aceitarmos, como deve ser, aliás, os *nomes consagrados,* já implica no reconhecimento do princípio da socialização do vocábulo, mas nunca na aceitação de grafias incorretas. A aceitação de grafias errôneas, além disto, desrespeita o decreto n.º 8.286, de 5 de dezembro de 1945, que oficializou as instruções do Acôrdo Ortográfico.

Daí a razão da meticulosa revisão toponímica, antroponímica e ortográfica de todos os originais cartográficos que a DSG elabora.

E a *Diretoria de Hidrografia e Navegação,* atentando para o importantíssimo papel da nomenclatura geográfica na cartografia, recomenda o maior cuidado em sua coleta, mormente no que refere às conhecidas corruptelas e cacoépias dos informantes locais. Determina, por isto, que se faça:

a) um exame completo da toponímia local recolhida;
b) consultas a autoridades e a documentos oficiais;
c) e o confronto da nomenclatura coletada com a constante das cartas existentes.

Muitas dúvidas, deficiências e omissões toponímicas que se apresentam ao cartógrafo, são fàcilmente solucionadas, não constituindo problema de monta. Noutros casos, as dúvidas, as incoerências ou a opção entre dois nomes recolhidos para o mesmo acidente podem ser fácil e unilateralmente resolvidas por um só órgão cartográfico.

Alguns topônimos, porém, já nos fizeram sentir tôda a verdade e justeza da advertência do Prof. BOLÉO (11):

"Alguns dêsses estudos onomásticos são tão morosos e de tal magnitude que não basta a investigação individual e isolada: é necessária uma equipe de colaboradores".

A pesquisa, o exame e a interpretação dos nomes geográficos recolhidos constituem necessidades imperiosas. Mas, ao fazê-los, é preciso, entretanto, que o cartógrafo evite, em certos casos, os riscos das interpretações e decisões individuais e unilaterais. A pesquisa e a interpretação devem ser feitas prudentemente e com discernimento, não devendo o cartógrafo deixar-se empolgar e arrastar por visões parciais e unilaterais dos problemas e pelo fascínio do tupinismo.

O cartógrafo deve ter em consideração a realidade das tendências dialetológicas duma língua que se fala num vastíssimo território, como o é o do nosso país. Deve, também, considerar, as diferenciações lingüísticas que ocorrem de região para região, a fim de reconhecer, nas variações de forma ou de entonação, o nome correto, ou a fim de evitar que, aceitando os senões perpetrados

pelo reambulador, venha a transplantar gêneros de topôminos peculiares a uma região para as cartas representativas de outra, como seriam, por exemplo, a designação de um curso d'água nordestino como *arroio* ou a nomeação de uma fazenda mineira como *estância*. Deveria ainda o cartógrafo capacitar-se da necessidade de se pôr em guarda contra as corruptelas, os metaplasmos e as cacoépias da fala rural.

É preciso, pois, método científico e critério para fazê-los. Realmente, sendo a nomenclatura geográfica um campo especializado, a investigação dos nomes geográficos deve ser feita por pessoal habilitado e treinado em técnicas que envolvem o emprêgo de métodos científicos, modernos e seguros, adverte o Dr. BURRIL (12).

É evidente, pois, que há necessidade de se filtrarem as informações toponímicas recolhidas pelos operadores de campo (reambuladores) e as compiladas em documentos impressos, depurando-se os nomes geográficos dos conhecidos vícios de linguagem dos nossos rurícolas.

Por isto, para que a linguagem culta e os documentos não sejam contaminados com vocábulos deformados e viciados, que, poderiam ser exibidos em mapas e cartas oficiais e, dessa maneira, desabonar o órgão responsável e a cultura do país, é que se deve filtrar a nomenclatura geográfica utilizada. É o que procuram fazer a DSG, a DHN e o CNG, todos os órgãos cartográficos importantes, enfim.

É enorme, contudo, o volume de trabalhos cartográficos executados no país por repartições oficiais e emprêsas privadas, fruto na maioria das vêzes de compilações que se sucedem em cadeia, perpetuando os mesmos erros e grafias incorretas, quando não os piorando.

O problema dos nomes geográficos deve ser tratado, pois, de modo sistemático, uniforme e disciplinado, por pessoal habilitado, trabalhando em conjunto, e nunca desordenada, individual e unilateralmente.

A aceitação dos topônimos alterados, isto é, corrompidos, só deve ocorrer naqueles já universalmente aceitos e sancionados pelo uso, isto é, legitimados. Embora haja necessidade de se preservar, sem exageros, a pureza da língua, não se pode rejeitar *in limine* tôda e qualquer corrruptela, porque a língua não é estática, é, antes, profundamente dinâmica, mutável como a própria vida, de que é manifestação.

Vê-se, pois, que o estudo toponímico transcende as esferas geográfica e cartográfica. "La topographie est une science... Les études toponimiques sont du ressort du linguiste. Leur methode est la methode linguistique" proclama DAUZAT (13). E o Dr. BURRIL (14), afirma, com a sua autoridade de diretor do *U.S. Board on Geographical Names*:

"It is also important recognize that geographical names is a specialized field, and that investigation of geographical names should be done by skilled personnel trained in techniques embodyng modern scientific methods os securing such non-instrumental data". O problema não é, pois, exclusivamente geográfico e cartográfico. Contudo, a *toponímia deve ser feita no terreno*. Daí a excepcional importância da contribuição que as entidades cartográficas estão em condições de dar à sua solução.

9 — O problema toponímico não está, portanto, completa e definitivamente resolvido no Brasil

Embora as referidas e louváveis medidas oficiais já nos tenham proporcionado a sistematização da nomenclatura das cidades e vilas, elas apenas afloraram a solução do problema. E é preciso não esquecermos, também, que a toponímia não é estática — ela se altera e enriquece, mormente num país com elevado crescimento demográfico e em pleno desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Salvo os principais nomes geográficos do país, os milhares restantes estão a exigir estudo acurado e, em muitos casos, deliberação oficial ou coletiva, por parte das entidades e pessoas interessadas. A fim de não privarem suas cartas, que devem ser impressas sem delonga de nomes cuja figuração contribuirá para enriquecê-las e para aumentar-lhe o valor informativo e a melhor caracterização, são os órgãos e entidades cartográficos constrangidos a decidirem isolada e unilateralmente.

Impõe-se, pois, a criação de um *CONSELHO* (*Comissão ou Instituto*) *PERMANENTE SÔBRE NOMES GEOGRÁFICOS*, integrado, certamente, por repre-

sentantes dos Ministérios das Relações Exteriores, do Interior e Justiça, da Educação e da Agricultura, do Estado-Maior das Fôrças Armadas, Estado-Maior do Exército, Conselho Nacional de Geografia, Conselho Nacional de Estatística, Diretoria do Serviço Geográfico, Diretoria de Hidrografia e Navegação, Departamento dos Correios e Telégrafos, Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Academia Brasileira de Letras, Academia Brasileira de Filologia, Sociedade Brasileira de Geografia, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Histórico Nacional, Museu Histórico Nacional, Biblioteca Nacional, Departamento de Imprensa Nacional, Instituto Nacional de Imigração e Colonização e Comissão Nacional de Folclore.

10 — Mecanismo de funcionamento do Conselho proposto.

O mecanismo de funcionamento de um tal Conselho, deve ensejar ampla possibilidade de pronunciamento de todos os órgãos regionais, de entidades culturais e de tôdas as pessoas interessadas, como sucede no BGN norte-americano. Pois, para suas deliberações terem acatamento e eficácia precisam ser regional e localmente consentidas, embora dentro de limites que não colidam com os princípios gerais normativos e uniformizadores.

Como primeiras medidas, o *CONSELHO* ou *COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE SÔBRE NOMES GEOGRÁFICOS* estabeleceria regras, diretrizes e o processamento do exame dos nomes geográficos.

O Conselho trataria igualmente dos nomes geográficos estrangeiros.

CONCLUSÕES

As organizações cartográficas nacionais, públicas e privadas, estão, por indesviável decorrência de sua destinação, inevitàvelmente entrosadas na solução do problema toponímico. Por isto, é de excepcional importância o valor da contribuição que elas podem dar-lhe.

É-nos, pois, sumamente honroso submeter à emérita apreciação da presente Reunião as seguintes sugestões, concernentes aos nomes geográficos e a essa colaboração:

1 — Tratamento acurado, sistemático e uniforme da coleta e exame dos nomes geográficos pelos organismos cartográficos nacionais e estaduais, que para isto criariam um setor especializado, a exemplo do existente no CNG.

2 — Propugnarem os cartógrafos pela criação de um órgão consultivo e deliberativo nacional sôbre nomes geográficos, isto é, o *CONSELHO* ou *COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE SÔBRE NOMES GEOGRÁFICOS*, com a finalidade de:

a — estabelecer normas, regras e diretrizes, visando ao tratamento uniforme dos nomes geográficos.
b — decidir sôbre os casos controvertidos ou duvidosos e sôbre as consultas que lhe forem dirigidas.
c — exercer ação preventiva.
d — publicar vocabulários e dicionários toponímicos, coletâneas das decisões tomadas, trabalhos onomásticos, bibliografias, mapas-índices, etc.

3 — Cooperarem as pessoas e instituições ligadas à cartografia no combate às corruptelas toponímicas, contribuindo, destarte, para a neutralização do processo dialetológico e, batalhando, assim, pela unidade lingüística nacional e pela preservação da íntima correspondência que deve existir entre o topônimo e o lugar ou acidente nomeado.

4 — Velarem os cartógrafos e os órgãos cartográficos pela preservação da toponímia autóctone, como recomendou, aliás, a *IV Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Cartografia*.

5 — Respeitar em todos os trabalhos cartográficos a ortografia oficial prevista no decreto-lei, de 5 de dezembro de 1945, que estabeleceu as normas da escrita brasileira e portuguêsa.

6 — Contribuirem os órgãos cartográficos, com base no fichário elaborado no Setor de Toponímia, para a organização dos *dicionários topográficos* preconizados pelo *I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia*, de tanta valia para o preparo das cartas topográficas e dos

vocabulários e dicionários geográficos — os degraus superiores da grande realização onomatológica nacional.

7 — Batalharem os cartógrafos e as instituições cartográficas pela organização do *Vocabulário Onomástico*, previsto pela Academia Brasileira de Letras, do *Vocabulário dos Principais Nomes Estrangeiros*, sugerido pela Conferência de Geografia, de 1926, do *Dicionário Etnográfico* e do *Atlas Lingüístico e Etnográfico do Brasil*.

Da concretização destas sugestões decorreriam, nas áreas toponímica e cartográfica, importantes conseqüências, destacando-se as seguintes:

1 — disciplinamento e uniformização do emprêgo dos nomes geográficos na cartografia nacional;
2 — tratamento adequado e científico da toponímia;
3 — preservação dos topônimos, já na essência, já na forma;
4 — manutenção da íntima correspondência que deve existir entre os topônimos e os acidentes por êles designados.

B I B L I O G R A F I A

(1) — SOUSA, Bernardino José de. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil.* 4.ª edição. São Paulo, Companhia Editôra Nacional (Col. Brasiliana, V, 164), 1902. 433 p.

(2) — VASCONCELOS, J. Leite de. *Opúsculos*, V. III — *Onomatologia.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931. 690 p.

(3) — CRONE, G.R. *Maps and Their Makers — An Introduction to the History of Cartography.* Londres, Huntchinsonis University Library. 1953, XIV, 181 p.

(4) — RAISZ, Erwin. *General Cartography.* New York, Mc Graw-Hill Book Company, Inc., 1948, 354 p.

(5) — SOUSA, Bernardino José de. Op. cit.

(6) — RAISZ, Erwin. Op. cit.

(7) — Idem, ibidem.

(8) — Idem, ibidem.

(9) — VASCONCELOS, J. Leite de. Op. cit.

(10) — PETERS, F.H., delegado do Canadá à II Reunião Pan-Americana de Consulta Sôbre Cartografia. *In Anais*, v. II., p. 191. Rio de Janeiro, IBGE, 1945.

(11) — BOLÉO, Manuel de Paiva. *Os nomes étnico-geográficos e as alcunhas coletivas, seu interêsse lingüístico, histórico e psicológico.* Separata de *Siblos*, v. XXXI. Coimbra, Coimbra Editôra, Limitada, 1956. 19 p.

(12) — BURRIL, Meredith F. *U.S. Board on Geographical Names.* In *Surveyng and Mapping*, Jan-Mar-1946. Washington, American Congress on Surveying and Mapping. Pp. 54-57.

(13) — DAUZAT, Albert. *La Toponymie Française*, nova edição. Paris, Payot, 1946. 335 p./e/ 8 map.

(14) — BURRIL, Meredith F. — Op. cit.

O BUMBA-MEU-BOI

Manuel Diégues Júnior

O Bumba-meu Boi representa um dos mais típicos folguedos populares do Brasil. Considera-o RENATO ALMEIDA, mestre de nossa musicologia popular, o bailado mais notável do Brasil. É conhecido de um extremo a outro do nosso território, nas margens do Atlântico, na beira de rios interiores, nos sertões mediterrâneos, nas distantes paragens do Centro-Oeste. Variam seus nomes, é certo, e, por vêzes, na própria apresentação se encontram diferenças.

No extremo-norte, no Amazonas e Pará, é conhecido como Boi-Bumbá; no Nordeste, do Maranhão às Alagoas, chama-se Bumba-meu-Boi, embora apareça numa ou noutra localidade com nome diverso, como, por exemplo, Boi ou Careta, no Ceará, Bumba em Pernambuco, Boi Calemba, no Rio Grande do Norte; na Bahia, aparece com o nome de Boizinho, Burrinha, quando o boi é substituído por uma burra, ou Dromedário, quando se apresenta um camelo em vez do boi, sem prejuízo de conservar-se o nome de Bumba-meu-Boi em, pelo menos, 49 municípios; no Sul, em Santa Catarina, é Boi de Mamão; em outras localidades, é Boi Surubi, Brinquedo de Boi, Boi de Reis, ou simplesmente Boi. Esta variação de nome, por vêzes, corresponde a peculiaridades regionais. E é interessante notar que, em alguns estados, tem variada nomenclatura, sobretudo pela introdução de novos elementos ou pela adaptação do brinquedo a outros tipos de animais, tal como verificamos na Bahia, com o dromedário ou a burrinha.

Outra observação também cabe fazer. É a de que, em alguns casos o Boi figura como parte do Reizado, que é outro folguedo popular, também amplamente difundido. Num Reizado cearense, em Boa Viagem, canta-se assim, na jornada inicial:

Abre a porta, minha gente,
Que nós queremos dançar,
Que nós queremos dançar
Com o boi e o Jaraguá.

As origens do folguedo — do Bumba-meu-Boi — perdem-se na noite dos tempos. Não vale a pena evocarmos aqui as longínquas narrações, de natureza erudita, que ligam o folguedo a vetustas tradições egípcias, asiáticas ou mesmo européias. Vale dizer, principalmente, que no Brasil é antiga sua existência, aparecendo registro de sua presença ainda na época colonial, como uma das manifestações de vida popular, criando e formando tradição.

É evidente sua origem portuguêsa, sem que se desprezem as influências que lhe transmitiu o elemento negro. É fora de dúvida que todos os nossos folguedos foram de base essencialmente lusitana, ou, quando menos, foram estruturados pelo elemento português. Em relação a alguns, como a Chegança, o Fandango, a Nau Catarineta, a marca portuguêsa continua bem nítida, ao passo que, quanto a outros, se misturou mais intensamente com os traços africanos. É o caso do Bumba-meu-Boi. GUILHERME DE MELO considera-o tão nìtidamente português, que lhe atribui ser variante do *Monólogo do Vaqueiro*, de GIL VICENTE, representado pela primeira vez em 1502.

O tema central do folguedo pode ser sintetizado na morte e ressurreição do boi. Para que se alcance esta característica, é que se desenrola o folguedo, reunindo uma série de personagens, que variam de acôrdo com as preferências e tendências de cada grupo popular, embora existam algumas que são permanentes em qualquer apresentação do folguedo. O elemento constante, fundamental, é, porém, aquêle, no qual se encontra simbolizado, como aliás em outros folguedos, a idéia da morte e da ressurreição. Iniciada com uma finalidade religiosa a origem do brinquedo, desenvolveu-se êle dentro dêste tema principal, relacionando-se, de outro lado, à importância do boi na vida agrária.

O sentido religioso liga-se, em grande parte, à tradição bíblica da presença do boi no presépio, aquecendo Jesus com seu hálito. Incorporou-se às tradições católicas. Outro aspecto dessa ligação podemos encontrar ainda no fato de o Bumba-meu-Boi apresentar-se, de modo geral, no ciclo de Natal, entre 24 de dezembro e 6 de janeiro. É certo que em alguns pontos do Brasil aparece

também no período junino. FRAZER refere-se, igualmente, à figura bovina nos cultos agrários. Em vários países usa-se fazer bois de palha no fim da colheita. E até nós chegou a crença de colocar-se uma caveira de boi, nas cêrcas de uma lavoura, para preservar de mau olhado. Assim ligaram-se os dois elementos: o religioso e o agrário.

O Bumba-meu-Boi se irradiou por todo o Brasil, o que foi facilitado pela presença da pecuária ou de atividades agrárias, de que o boi participa em quase tôdas, ou em tôdas, as regiões brasileiras. O Bumba-meu-Boi é um folguedo com tôdas as características da tradição pastoril, pois o boi representa o interêsse de vida da população regional. As figuras que nêle aparecem, simbolizando personagens tradicionais, são justamente elementos ligados à criação de gado. O que os alegra é o boi, dançando, brincando, folgando; mas a tristeza chega quando o boi morre. A ressurreição, porém, é novo motivo de alegria.

O folguedo é um produto mestiço, que, trazido bàsicamente de Portugal, aqui sofreu as adaptações indispensáveis, oriundas da cultura que então se formou, decorrente do encontro entre os grupos humanos aqui reunidos que originaram o mestiço. Imaginação, malícia, expressão moral — isto é sobretudo do mestiço, o bom mestiço brasileiro, que faz agricultura e criação de gado. Não lhe falta a sátira, o espírito irônico do povo, traduzindo suas idéias.

O Bumba-meu-Boi pode ser assim resumido: o amo, dono do boi, confiou o animal a um vaqueiro. Em tôrno do boi, numa alegria de festa, surgem os "caretas", que vão estimulando a dança do boi cantando:

Ei bumba, ei bumba meu boi!
Dá nos caretas, ei bumba!
Faz meia-lua, ei bumba!

Faz lua inteira, ei bumba!
Dá meia volta, ei bumba!
Dá volta e meia, ei bumba!
Ei bumba, meu boi!

O vaqueiro Mateus, porém, andou tomando uns goles, excitou-se na dança e tanto provocou o boi que êste chegou a agredi-lo. Em conseqüência, dá uma pancada no boi, que o mata. Em outras versões são os "caretas" que matam o o boi. Enquanto se vai desenrolando esta representação, aparecem animais e personagens que participam da festança, até o momento do sacrifício. Morto o boi começa a cantoria de lamentação:

O meu boi morreu,
que será de mim. ..
Manda buscar outro,
ó maninha,
lá no Piauí.

Tenta-se, então, ressucitá-lo. É chamado o curandeiro, depois o padre, e finalmente, o médico que aconselha a "ajuda", expressão regional para o clister. Praticado o remédio, o boi ressuscita. A volta do boi reacende a alegria, reanima a festa, novas danças, cantos, aparecem, e todos participam do entusiasmo coletivo.

O boi é uma armação, espécie de engradado, coberto com chitão barato, com a cabeça de uma rês, os chifres pregados na madeira. O engradado ou armação é de forma que permite a um homem colocar-se debaixo dêle, podendo levantá-lo do chão e sair dançando pelo terreiro.

Em alguns lugares, geralmente, o boi é apresentado em tablados armados, em outros percorre as ruas. Em Santo Amaro, na Bahia, uma descrição que possuímos, apresenta o boi percorrendo as ruas, em cortejo, com o vaqueiro vestido como tal, tirando as toadas, que são respondidas pelos companheiros. O boi arremete-se contra um, ora contra outro, dançando sempre.

No boi, além dos animais — o próprio boi, a burrinha, o jaraguá, o urubu — aparecem como personagens o Mateus e o Bastião ou Gregório, vaqueiros escravos do capitão, um negro, o primeiro, outro, caboclo ou índio, o segundo; Mateus é um sabidão, ao passo que Bastião — em outros folguedos, Gregório

— é tolo; a Catirina, os "caretas", que formam o público participante do folguedo, o capitão ou dono do boi, etc. Os personagens nunca deixam de dançar; entram e saem de cena sempre dançando. A função dos "caretas" é fazer graças, provocar o boi, estimulando-o, atiçar os vaqueiros, etc.

Êste é pois, o Bumba-meu-Boi. Esta dança dramática foi considerada como o folguedo brasileiro de mais significação estética e social. Quem o assiste não duvida, nem duvidará jamais, da verdade dessa assertiva. Aí está a manifestação popular, a imaginação do mestiço brasileiro, a criação do povo, traduzida nesta dança dramática, auto popular, folguedo, que representa uma das mais puras tradições do Brasil na variedade de aspectos regionais de sua vida popular.

---

8 — 27 183

CASAS DE MADEIRA DO PARANÁ

UM dos elementos da paisagem geográfica do sul do Brasil, principalmente das áreas de colonização do oeste paranaense, é a tradicional "casa de madeira". Ela é encontrada não só nas áreas de colonização antiga, como nas zonas pioneiras do Terceiro Planalto Paranaense, porém, domina nas regiões do Segundo Planalto — Tibaji, Reserva, Urtigueira — onde surge contìnuamente aos olhos do viajante.

Essas habitações têm como material de construção a madeira, que predomina em tôda a estrutura da casa, que é rudimentar. Edificadas sôbre estacas, distanciadas, que servem de alicerce, ficam essas moradias, em nível mais elevado do chão, a fim de evitar a penetração da umidade. Suas paredes são formadas de tábuas de pinheiro colocadas verticalmente e para evitar as frestas nas junções, são colocadas ripas. As portas e janelas, também de tábuas, são de uma fôlha. O telhado é de duas águas, bastante inclinado, recoberto de "tabuinhas", refletindo por seu estilo, uma influência da colonização européia.

Num puxado construído atrás da casa, acha-se localizada a cozinha, que dessa maneira fica como um apêndice da habitação. A maioria delas possui um sótão, em geral habitado pelos filhos do colono, ou então, é utilizado para guardar objetos caseiros em desuso. Essas moradias internamente são constituídas por uma sala, dois ou três quartos, às vêzes, apenas isolados por tabiques.

Muitas dessas habitações têm varandas, não raro construídas dentro da estrutura da casa, que é alcançada por uma escada, de poucos degraus, também de tábuas.

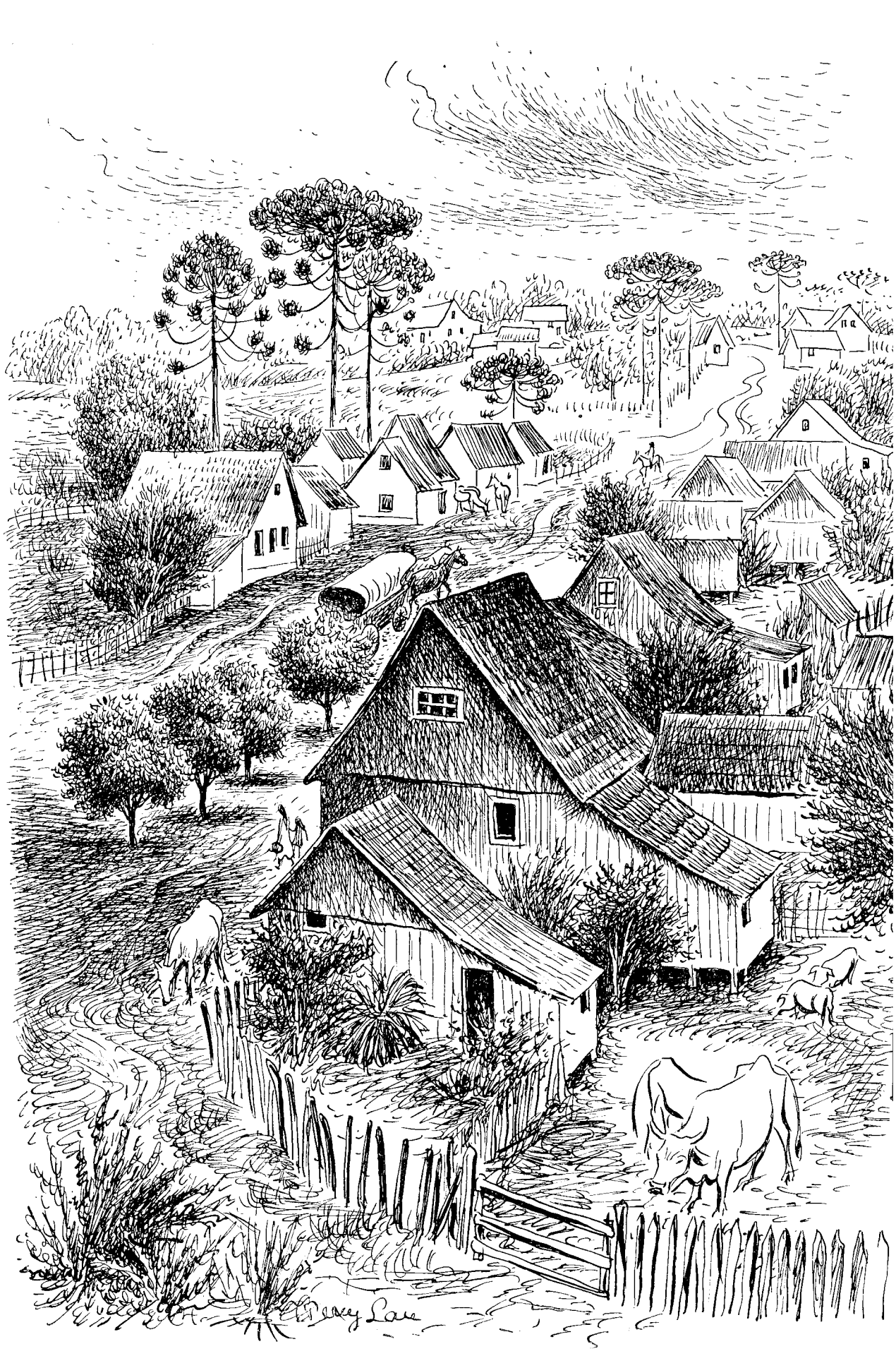
Elas têm outro detalhe interessante: uma fachada bem grande, com duas ou três janelas, além da porta, tendo portanto, mais largura de frente do que de fundos.

Êsse tipo de casa quando localizado nos pequenos povoados ou na periferia das cidades que encontramos no oeste paranaense, são isoladas umas das outras por cêrcas de madeira. Nas áreas rurais, em tôrno da casa, o colono constrói outras dependências, também de madeira, como o paiol de milho, a pocilga, o estábulo, etc., conforme o exigem suas atividades produtoras.

É comum, encontrarem-se algumas casas caiadas, porém, predominam as habitações sem pintura. Quando o colono atinge nível econômico mais elevado, logo introduz melhorias em sua moradia, como telhas, janelas envidraçadas, e pintura da casa, etc.

A "casa de madeira" traduz uma influência da colonização européia no sul do Brasil, ou melhor, da imigração eslava e polonesa, em terras paranaenses. Acima de tudo, porém, sua existência está ìntimamente relacionada a um elemento: a araucária. A abundância dos pinheirais na região sul, madeira fàcilmente trabalhada é a causa principal da difusão dêsse tipo de habitação, que é um aspecto tradicional da paisagem do oeste paranaense.

Delnida Martinez Cataldo.


Percy Lau

Projeto do Novo Fundo Florestal

O Serviço Florestal do Ministério da Agricultura elaborou o anteprojeto que amplia o "Fundo Florestal", trabalho êsse resultante das sugestões do grupo de trabalho instituído em setembro do ano passado, pelo Sr. Presidente da República. É êsse o primeiro passo para concretização da nova política florestal que se pretende inaugurar no país, com o objetivo de evitar a destruição do patrimônio florestal.

A ampliação do "Fundo Florestal", previsto no projeto de lei em aprêço, propiciará os meios imprescindíveis à efetivação de várias providências, como a criação da Escola Nacional de Florestas de estações experimentais e de florestas nacionais, em todo o território nacional.

ÍNTEGRA DO PROJETO DE LEI ACIMA DESCRITO: — Art. 1.º — O "Fundo Florestal", criado pelo art. 98, do Código Florestal, baixado com o decreto n.º 23.793, de janeiro de 1934, passa a ser constituído dos recursos seguintes:

a) dotações que, por qualquer título, lhe sejam atribuídas pela União, estados e municípios;

b) rendas obtidas pela exploração racional das florestas nacionais; vendas de mudas e sementes de essências florestais, e de outras atividades do Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura;

c) contribuições de órgãos e entidades públicas, de sociedades civis e emprêsas privadas, interessadas na proteção e defesa das florestas;

d) doações de qualquer natureza;

e) multas provenientes de infrações florestais;

f) taxas florestais.

Art. 2.º — Do impôsto sôbre lucro imobiliário devido pelas transmissões de propriedades rurais, será deduzida e escriturada pelo órgão arrecadador, sob a rubrica FUNDO FLORESTAL, a taxa de 10% do total arrecadado.

Art. 3.º — Das verbas orçamentárias destinadas à Valorização Econômica da Amazônia, às Obras Contra as Sêcas, à Comissão do Vale do São Francisco, bem como as que constituem o "Fundo Nacional de Pavimentação", do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, serão consignados, anualmente 5% para o "Fundo Florestal".

Parágrafo único. Excetuadas as verbas que integram os fundos rodoviário e de pavimentação, as demais previstas neste artigo serão aplicadas na própria região a que se destinam.

Art. 4.º — Das taxas arrecadadas pelo Instituto Nacional do Pinho e destinadas a florestamento e reflorestamento, serão deduzidos 10% para o "Fundo Florestal".

Art. 5.º — O Govêrno Federal consignará no orçamento geral da República, durante cinco exercícios financeiros consecutivos, uma dotação nunca inferior a Cr$ 200.000.000,00, para a constituição do "Fundo Florestal".

Art. 6.º — Fica instituído, no Serviço Florestal Federal, o registro obrigatório das pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à exploração de produtos ou subprodutos florestais.

Art. 7.º — Ficam criados, no Serviço Florestal Federal, as seguintes taxas:

a) registro e alteração — ..... Cr$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

b) vistoria e inspeção, por hectare — Cr$ 100,00 (cem cruzeiros)

c) licença para comércio com produtos e subprodutos florestais, por ano — Cr$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

d) licença para desmatamento, sôbre o valor *ad valorem* da operação — 2%.

e) expedição de guia, sôbre o valor do produto ou subproduto florestal — 2%.

Art. 8.º — Os recursos e taxas previstos nesta lei serão recolhidos, mediante guia, aos órgãos arrecadadores e escriturados, sob o título "Fundo Florestal", como receita da União.

Art. 9.º — As importâncias a que se refere o artigo anterior, bem como a dotação orçamentária prevista no artigo 5.º, serão depositadas no Banco do Brasil, em conta especial, à disposição do Serviço Florestal Federal, devendo o saldo que se verificar no encerramento do exercício, ser automàticamente transferido para o seguinte.

Art. 10. — O "Fundo Florestal" será aplicado de acôrdo com a seguinte discriminação:

a) criação e ampliação de parques, reservas e florestas nacionais, inclusive desapropriação — 50%;

b) proteção e defesa florestal — 10%;

c) florestamente e reflorestamento em terras do domínio público e privado — 20%;

d) pesquisa florestal — 10%;

e) educação florestal — 10%.

Art. 11. — Da arrecadação do "Fundo Florestal" nos Estados e Territórios, o Serviço Florestal Federal aplicará nos mesmos, uma quota anual mínima de 40%, proporcional à respectiva arrecadação.

Art. 12. — Os recursos do "Fundo Florestal" não poderão ter outras aplicações a não ser as previstas na presente lei, sob pena de responsabilidade.

Art. 13. — Ao Serviço Florestal Federal compete a aplicação dos recursos previstos na presente lei, mediante planos prèviamente elaborados, ouvido o Conselho Florestal Federal.

Art. 14. — O Ministério da Agricultura, no prazo de 120 dias, baixará o regulamento para a execução desta lei.

Art. 15. — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

V Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia

VÁRIAS PROPOSIÇÕES APROVADAS SÔBRE EXPLORAÇÃO E USO DA TERRA, OCEANOGRAFIA E CENSO E FOTOGRAFIAS AÉREAS

Promovida pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História, realizou-se em fins de janeiro, na cidade de Quito, capital do Equador, a V Reunião Pan-Americana de Consulta Sôbre Geografia, certame de âmbito internacional, que teve o patrocínio do govêrno daquele país amigo.

Como especial deferência ao Brasil, a aludida reunião funcionou sob a presidência do Prof. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, representante do nosso país junto ao IPGH, como presidente que é da Comissão de Geografia do mesmo Instituto, com sede nesta capital.

Várias proposições foram aprovadas, figurando entre elas a que se referiu à publicação de textos de Geografia da América destinados ao ensino primário, secundário e universitário. Ficou também resolvido o estabelecimento de um intercâmbio de informações, dados, estudos e outros materiais entre professôres do continente.

Outro assunto que não escapou à atenção dos participantes da Reunião foi o que se prende aos entendimentos para a oportuna criação do Centro Pan-Americano, destinado ao aperfeiçoamento dos geógrafos profissionais, providência essa que dependerá da próxima Assembléia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Cuidou-se também da realização do Seminário Pan-Americano que será levado a efeito no Chile, em 1959, bem como da inclusão da matéria "Recursos Naturais e sua Conservação" nos programas de ensino primário, secundário e universitário.

Por outro lado, os integrantes da Reunião não se descuidaram de recomendar a criação, nas Faculdades de Arquitetura, da cátedra de Geografia Urbana, bem como a publicação de uma Metodologia da Geografia Urbana e o estabelecimento de bôlsas para o estudo dessa matéria.

No tocante aos problemas de exploração e uso da terra, resolveu-se que serão elaborados quadros *standard*, referentes às diversas classificações de uso da terra, que sirvam de ponto de partida para as investigações e estudos de todos os Estados americanos, permitindo comparações internacionais nos seus diversos aspectos. Recomendou-se ainda a elaboração de mapas de uso da terra, em escala de ..... 1/1 000 000, e a criação de parques nacionais para a salvaguarda dos tesouros da fauna, da flora e das belezas naturais.

Na parte relativa à Geografia e ao censo, a Reunião recomendou a instituição de um grupo de trabalho de Oceanografia, e também a criação do Instituto Oceanográfico das ilhas Galápagos. Quanto ao censo pròpriamente dito, em 1960, ficou acertada a constituição de um grupo de trabalho conjunto que terá por base o exame, dos resultados do censo de 1960, como contribuição ao futuro censo de 1970. Recomendou-se também a utilização dos serviços geográficos do próximo censo de 1960.

Também mereceu especial atenção dos congressistas o uso das fotografias aéreas nas instituições educativas, a cobertura da área total de cada unidade americana, o levantamento aerofotogramétrico das mesmas e a capacitação dos seus técnicos.

Finalmente foi recomendada a criação de fototecas em cada um dos países latino-amercanos.

IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros

Sob o patrocínio da Universidade da Bahia, que já adotou as providências preliminares, inclusive a constituição de uma Comissão Organizadora, realizar-se-á, em agôsto próximo, na cidade do Salvador, Bahia, o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros.

Destina-se a reunião ao estudo da civilização da língua portuguêsa em tôdas as épocas e lugares em que se tenha manifestado. Os convites já estão sendo dirigidos a tôdas as instituições interessadas e muitos trabalhos já foram enviados aos promotores do certame.

Na capital da Bahia e em várias outras unidades da Federação já se calcula o êxito do Colóquio, não só pelas atividades que vem desenvolvendo a sua Comissão Organizadora, bem como pela ação altamente cultural que o Prof. EDGAR SANTOS, reitor da Universidade da Bahia, está imprimindo à instituição que dirige.

O INIC e a Reforma Agrária

Falando à imprensa sôbre a reunião dos administradores de núcleos coloniais, realizada sob o patrocínio do .. INIC, em fevereiro último, no Rio de Janeiro, o Sr. WALTER CECHELLA, presidente daquela autarquia, declarou que espera obter, no final dos trabalhos, suficientes subsídios para colaborar com o Ministério da Agricultura na reforma agrária.

Informando que o INIC pretende fixar numerosos colonos brasileiros e estrangeiros em dez mil hectares do Núcleo Colonial de Brasília, acrescentou o Sr. WALTER CECHELLA: — "Tal empreendimento está sendo levado a efeito pelo INIC em colaboração com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, sendo que 45 famílias japonêsas já se encontram naquela zona".

"Visa êste conclave — prosseguiu o SR. VALTER CECHELLA — a buscar um melhor entrosamento entre a direção central do INIC e os núcleos colonizadores, acertando medidas que facilitem melhor ritmo de atividades. Além disso, o Departamento de Administração procurará ouvir a opinião dos administradores a respeito de medidas que pretende pôr em prática, visando a estabelecer padrões únicos de trabalho para tôdas as unidades. Serão, também, — continuou — colhidos novos elementos para a argumentação com que reiteraremos o pedido de verbas para que possamos levar avante os programas traçados. O orçamento do INIC sofreu grande redução que dificulta sobremaneira o prosseguimento de suas atividades e o início de outras importantes tarefas que lhe foram atribuídas. Basta citar que o nosso orçamento não acompanhou, nem de longe, o aumento das verbas atribuídas aos Ministérios e outras autarquias federais, "para êste ano".

GRUPO DE TRABALHO

Para os trabalhos da 1.ª Reunião, foi elaborado um programa que divide os 29 administradores em grupos de três, integrando "grupos de trabalho". Cada um dêles percorrerá, durante os 14 dias de duração do conclave, todos os departamentos técnicos do órgão central.

Dêsse modo, ao término dos trabalhos, a direção geral do INIC poderá conhecer as necessidades dos administradores dos núcleos, nos mais variados setores que compreendem as ati-

vidades daquele órgão, apresentando-lhes sugestões e anotando providências que resultarão num melhor aproveitamento do serviço".

"Ainda nesse conclave — continuou o presidente do INIC — poderemos sentir a opinião dos administradores e estudar os meios pelos quais poderemos entrar em contacto com as cooperativas de produção agrícola. Caso consigamos um entrosamento com essas entidades, estaremos valendo-nos de um formidável arcabouço, cuja organização prestará inestimável serviço à obra de colonização do INIC".

Falando sôbre a colonização na área de Brasília, o Sr. WALTER CECHELLA voltou a tecer as seguintes considerações: "De acôrdo com o progressivo aumento populacional de Brasília, o INIC prosseguirá, com os recursos de que dispuser, na sua obra de colaboração, no sentido de propiciar a fixação de elementos nacionais e estrangeiros, apara atender às necessidades dos habitantes da nova capital. O Departamento de Colonização, em contato permanente com a Diretoria de Terras e Agricultura da NOVACAP, vem desenvolvendo um plano de trabalho".

"O INIC dará início imediato aos trabalhos de realização do Núcleo Colonial de Brasília — prosseguiu o senhor WALTER CECHELLA — levando para ali, não só colonos nacionais como estrangeiros, para desenvolver atividades e técnicas agrícolas a que os nossos agricultures não estão afeitos. Entre estas, está a cultura de frutas européias, bem como a cultura da oliveira, ainda não explorada na região, a despeito de apresentar tôdas as condições para tal. Também no que toca às técnicas agrícolas, como a recuperação e conservação do solo e à agricultura em degraus, o colono estrangeiro terá uma grande função pedagógica no meio rural naquela região".

Em face de entendimentos havidos — finalizou o Sr. WALTER CECHELLA — foi atribuída à NOVACAP a execução dos trabalhos de topografia, a fim de ser definida a gleba destinada à colonização. Concluído êsse trabalho, a área será posta à disposição do INIC, que dará início imediato à colonização".

Brasília

HISTÓRIA DO BRASIL FOCALIZA BRASÍLIA EM UM CAPÍTULO ILUSTRADO — SERÁ TRADUZIDA PARA O FRANCÊS E O HOLANDÊS A OBRA DO DOPLOMATA RENATO MENDONÇA

Pela primeira vez uma História do Brasil concebida dentro das modernas técnicas didáticas, será traduzida para o francês e o holandês. A obra é de autoria do diplomata RENATO MENDONÇA e deverá ser lançada simultâneamente em Paris, Bruxelas e Haia. A edição francesa será de quatro mil exemplares, e a holandesa de dois mil.

De passagem pelo Rio, em demanda de Santiago do Chile, o novo ministro conselheiro do Brasil na capital andina prestou as seguintes informações sôbre a obra de sua autoria: — "uma das originalidades da História do Brasil por mim organizada é o fato de ser a primeira a surgir com um capítulo especial sôbre Brasília, com um texto explicativo da idéia, suas bases históricas, políticas e econômicas. O esfôrço desenvolvido pelo presidente JUSCELINO KUBITSCHEK para levar a cabo a transferência, diversos mapas indicativos da situação geográfica da nova capital, bem como uma ilustração bastante variada, serão diversos dos temas que focalizo nesta parte.

Sabedor de meu interêsse por Brasília, o presidente JUSCELINO KUBITSCHEK me dignou com um convite para visitar as obras ali em execução, o que deverei fazer antes de viajar para o Chile.

Nesse país, pretendo iniciar um movimento em favor da tradução de obras fundamentais da nossa cultura, de modo a fazer como que os chilenos conheçam melhor o Brasil, sua gente e suas tradições. Logo que chegar a Santiago, tratarei de obter um local para pronunciar uma conferência sôbre Brasília, mostrando aos nossos amigos dos Andes a obra gigantesca que o atual govêrno deliberou executar em cumprimento a um dispositivo constitucional e às exigências do nosso desenvolvimento econômico".

Aspecto Ecológico Atual do Estado do Espírito Santo

DESEQUILÍBRIO RESULTANTE DA DEVASTAÇÃO DAS MATAS — GRAVES ERROS NA EXPLORAÇÃO DA TERRA. — A ÁGUA ESCASSEIA EM REGIÕES EXTENSAS — RETRATO DA SITUAÇÃO SEGUNDO O PROFESSOR SEGADAS VIANA

Tendo regressado recentemente de uma longa viagem pelo estado do Espírito Santo e parte do estado do Rio de Janeiro, o Prof. SEGADAS VIANA, conceituado ecologista do Museu Nacional, fêz sombrias advertências sôbre o que pode resultar dos erros por êle observados na atividade desordenada do homem naquelas regiões.

O Prof. SEGADAS VIANA visitou, entre outras localidades, o norte de Campos (Morro do Côco), Santa Cruz (divisa do estado do Rio com o Espírito Santo), Guarapari, Anchieta, Cachoeiro do Itapemirim, Colatina, São Mateus, Vitória, e a faixa litorânea.

Procedendo a estudos nas restingas espírito-santenses, sobretudo as de areias monazíticas, várzeas, brejos, alagados e manguezais, colheu essa dolorosa impressão que é bem um retrato do que vai por aquêle trecho do território brasileiro. Acrescentou o Prof. SEGADAS VIANA que todo o Espírito Santo passa no momento pelo perigo de ter suas reservas florestais totalmente destruídas, com tôda a série de conseqüências, como por exemplo, a possibilidade de extinção das fontes de água e ameaça à subsistência da população, que atualmente já está importando de outros estados tôda sorte de gêneros alimentícios. Frisou ainda que os resultados nefastos dessa situação já se estão fazendo sentir, pois, há dois meses, não chove na maior parte do estado. "Ninguém leva em conta, mas está bem próximo o dia em que o Espírito Santo será um deserto".

Tudo isso porque, explica o Prof. SEGADAS VIANA, a ganância desenfreada dos exploradores de madeira, obsecados pelos altos preços do mercado, deixa-os incapazes de ter um mínimo de sentimento patriótico. O preço pago pela madeira é tão vantajoso, que os mercadores se sujeitam a todos os sacrifícios, trazendo-a em carrêtas até Campos e daí ao Rio de Janeiro.

"Por outro lado, prossegue a propaganda dos cafés finos tem influído decisivamente para que se destruam as derradeiras reservas de matas, errôneamente aliás. Quem as possui, derruba-as. Devia haver restrições por parte do govêrno no sentido de limitar as zonas de cultura de café. Acresce que muitos cafèzais são improdutivos, de cultura decadente. Seria proveitoso que uma orientação das autoridades dirigisse os agricultores para outras culturas".

PROBLEMA DA ÁGUA

"Outro problema gravíssimo, cruciante mesmo, é o da água em vastas regiões do Espírito Santo, para não dizer de todo o estado. Drenaram tôda a zona mas não pensaram no problema paralelo que é o da irrigação. Dêsse modo, temos um panorama paradoxal por excelência; há 15 ou 20 anos imensas regiões eram inundadas totalmente; hoje está tudo sêco. Isso, porém, é uma realidade tão meridiana que até os jesuítas colonizadores do estado previram. Em Banqueta, vimos um açude construído pelos jesuítas, hoje abandonado, que é uma prova eloqüente do que afirmamos. Já naquele tempo os religiosos tiveram a visão suficiente para prover às necessidades de água das populações, quer no seu uso doméstico, quer nas práticas agrícolas. Em conseqüência dessa atitude de imprevisão atual, isto é, drenar sem cuidar da irrigação, o nível freático cai até 8 e 10 metros de profundidade; basta que não chova por um período de um a dois meses, como acontece agora".

PEQUENA AGRICULTURA

"Nesse ambiente desolado e esturricado em que se está transformando o Espírito Santo, salientou, não há mais nenhuma possibilidade para a pequena agricultura anual. Isto pelas razões implícitas de natureza técnica e econômica. Também a grande agricultura está no mesmo caso, pois é preciso inverter somas fabulosas para resolver o problema da irrigação. Assim, só resta lugar para as culturas permanentes, tais como cacau e café.

"De cambulhada com isso tudo, assoberba-se outro problema de que as autoridades não se estão apercebendo", aduziu o Prof. SEGADAS VIANA. "Refiro-me à invasão do capim "colonião", verdadeiramente impressionante, que está dizimando matas inteiras em todo o vale do rio Doce. Suas sementes são transportadas pelo vento e pelo gado, caem nos sub-bosques, proliferam assustadoramente e acabam por extinguir a vegetação arbórea de regiões imensas. É comum verem-se mi-

lhares de árvores mortas, tendo no substrato a exuberância verde do "colonião", que se constitui uma autêntica praga. Devia ser proibida sua cultura, que ainda facilita os incêndios das matas.

OUTROS PROBLEMAS

"Mas não fica sòmente nisso a situação do Espírito Santo. Não obstante a existência de boas terras de várzea, que por sua homogeneidade de constituição seriam ótimamente empregadas na agricultura; há falta de braços. Um trabalhador rural atualmente ganha em média o salário-mínimo da região, com oito horas de trabalho. E não se encontra. O surto industrial do sul tem carreado levas enormes da população rural, em busca da melhor sorte, que o campo já não lhe pode oferecer em vista dos fatos expostos".

As afirmações do Prof. SEGADAS VIANA, resultantes de acurado estudo, merecem a mais profunda meditação por parte das autoridades brasileiras, empenhadas vivamente no entrosamento agro-industrial das diversas regiões da nossa pátria, e na preservação do nosso patrimônio florestal.

Censo Agrícola Mundial

Cêrca de 150 países já deram o mais completo apoio à realização do "Censo Agropecuário", previsto para o ano de 1960. Para que os trabalhos respectivos possam alcançar o fim desejado que se consubstancia, sobretudo, no levantamento das condições universais no setor da alimentação, deverá cada país proceder inicialmente ao próprio censo nacional. Por outro lado, a FAO emprestará a maior colaboração às nações que não dispõem de serviços estatísticos suficientes, o que será feito mediante o empréstimo de técnicos.

Por seu turno, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) publicará o resultado do censo juntamente com gráficos internacionais, que permitam ampla comparação da estrutura agropecuária geral.

Os preparativos para a realização do "Censo Agropecuário" tiveram início há alguns anos, em regime de cooperação, sob a responsabilidade de várias organismos internacionais.